

CARLA CRISTINA NACKE CONRADI

**AS AÇÕES DO ESTADO NACIONAL E A TRAJETÓRIA POLÍTICA
DOS GUARANI ÑANDEVA NO OESTE DO PARANÁ (1977-1997)**

**UFGD
2007**

CARLA CRISTINA NACKE CONRADI

**AS AÇÕES DO ESTADO NACIONAL E A TRAJETÓRIA POLÍTICA
DOS GUARANI ÑANDEVA NO OESTE DO PARANÁ (1977-1997)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História, Região e Identidades.

Linha de pesquisa: História Indígena.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Alves de Vasconcelos.

Dourados, MS

2007

CARLA CRISTINA NACKE CONRADI

**AS AÇÕES DO ESTADO NACIONAL E A TRAJETÓRIA POLÍTICA
DOS GUARANI ÑANDEVA NO OESTE DO PARANÁ (1977-1997)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador _____

2º Examinador _____

3º Examinador _____

Dourados, _____ de _____ de 2007.

DADOS CURRICULARES

CARLA CRISTINA NACKE CONRADI

- NASCIMENTO** 27/01/1978 – Marechal Cândido Rondon/Pr
- FILIAÇÃO** Harry Nacke
Maria Juçara Nacke
- 1998/2003 Curso de Graduação em História Universidade
Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE –
Marechal Cândido Rondon - PR
- 2003/2005 Curso de Especialização em História e Região –
Linha de Pesquisa: Movimentos e Práticas Sociais,
na Universidade Estadual do Paraná, UNIOESTE –
Marechal Cândido Rondon – PR

*Ao amor de minha vida, Ademir Conradi,
que está a minha espera, em algum lugar...*

*A afeição real de alma a alma, é a única que sobrevive à morte, porque os seres que se unem
neste mundo se encontram no porvir, na outra dimensão da vida.
Allan Kardec – Evangelho Segundo o Espiritismo*

AGRADECIMENTOS

A dissertação é um trabalho solitário, sendo o computador e os livros os únicos companheiros das madrugadas. Mas o trabalho ficaria incompleto se não fossem as diversas contribuições que obtive durante a sua produção. Inúmeros foram também os incentivos recebidos quando trilhei o caminho do mestrado. Relembrar os amigos, portanto, neste momento será um prazer. Assim, quero agradecer a:

- *Deus*, por saber que Ele sempre está ao meu lado, pela minha existência e por dar-me a oportunidade de crescer espiritualmente a cada instante.

- Professora Dra. *Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro*, que compartilhou, com sabedoria, seus conhecimentos sobre a História Indígena, orientando-me no Trabalho de Conclusão de Curso e, posteriormente no Projeto de Mestrado na Especialização.

- Meu orientador, professor Dr. *Cláudio Alves de Vasconcelos*, que, em todos os momentos, depositou confiança em meu trabalho e em minha capacidade de produzi-lo, e incentivou conhecimentos sobre a temática indígena.

- Meus professores da graduação, que me ensinaram o ofício de historiador. A gratidão é imensurável: *Robson Laverdi, Carla L. Silva, Marcos Stein, Gilberto Calil, Ivonete Pereira, Marcos Erhardt, Geni Rosa Duarte, Vlademir Sonda*.

- Meus professores do mestrado, que, com suas discussões acadêmicas, contribuíram com o aprimoramento do trabalho: *Jorge Eremites, Jérri Marin, Osvaldo Zorzato, João Carlos de Souza e Damião Duque de Farias*.

- Meus colegas da turma de mestrado, por terem sido companheiros nas inúmeras horas de discussões de textos: *Cleube, Rodrigo, Renato, Miriam, Mirta, Aline, Carlos, Marcos, Carlos Magno*.

- Duas amigas idolatradas, *Selma Martins Duarte e Giseli Deprá*, que me proporcionaram a experiência de morar em república de estudantes e que confiaram em mim quando dirigi pela primeira vez em uma rodovia. Fomos do Paraná ao Mato Grosso do Sul todas as semanas e as aventuras foram inúmeras e secretas.

- *Meiri A. da Silva e Lisandra Zago*, duas amigas encantadoras, que conheci no mestrado e que contribuíram com minha pesquisa na área indígena.

- *Deisi Rizzo e Simone Pedron*, por serem minhas amigas e irmãs em diversos momentos. Mesmo estando longe, suas energias positivas chegaram até mim.

- Minha doce amiga *Ivonete Pereira*, que soube com paciência ouvir as angústias da dissertação e ser sempre uma boa companhia.

- *Harry, Juçara, Ana, Herbert, Harry Junior, Wanderson e Helen*, minha família, que sempre apostaram em mim e souberam entender que a dissertação não é um trabalho tranquilo, que os diversos confinamentos em meu quarto foram necessários para uma tal discussão teórica.

- *Otávio Nacke Paulino*, que chegou recentemente e, com seu sorriso mostrou-me que um Mundo Melhor ainda é possível.

- *Allan Gabriel Conradi*, a minha razão de viver, que com sua celebre frase: “Vai fazer a dissertação mãe!”, aprendeu junto comigo o que era uma dissertação.

- Doce e meiga *Camila Martins Nacke*, que, com sua graça, me deu ânimo nos últimos dias de trabalho.

- *Norma e Adelino Conradi*, pessoas muito especiais que junto a mim convivem com a falta do Ademir, e me ajudam no ensinamento dos valores da vida para o Gabriel.

- Diversas pessoas que me auxiliaram na busca de documentos e informações sobre a comunidade Guarani: *Bruno Poniwass, Vitor Hugo Borgmann, Rubem Thomaz de Almeida, Anelise Nacke, Antonio Brand*.

- *Célio Escher* pela correção ortográfica da dissertação.

- *Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional* por ter permitido a consulta de seus arquivos e a reprodução dos documentos.

- *Comunidade indígena Guarani*, por ter permitido as visitas de campo e ter compartilhado comigo as suas trajetórias pelo Oeste do Paraná. Essa Comunidade é um exemplo de determinação em busca de seus direitos.

- *CAPES*, por ter financiado a pesquisa.

A Lenda das Cataratas

Conta-se que os índios Caingangues, habitantes das margens do Rio Iguaçu, acreditavam que o mundo era governado por M'Boy, um deus que tinha a forma de serpente e era filho de Tupã. Igobi, o cacique dessa tribo, tinha uma filha chamada Naipi, tão bonita que as águas do rio paravam quando a jovem nelas se mirava. Devido à sua beleza, Naipi era consagrada ao deus M'Boy, passando a viver somente para o seu culto. Havia, porém, entre os Caingangues, um jovem guerreiro chamado Tarobá que, ao ver Naipi, por ela se apaixonou. No dia da festa de consagração da bela índia, enquanto o cacique e o pajé bebiam cauim (bebida feita de milho fermentado) e os guerreiros dançavam, Tarobá aproveitou e fugiu com a linda Naipi numa canoa rio abaixo, arrastada pela correnteza. Quando M'Boy percebeu a fuga de Naipi e Tarobá, ficou furioso. Penetrou então as entranhas da terra e, retorcendo o seu corpo, produziu uma enorme fenda, onde se formou a gigantesca catarata. Envolvidos pelas águas, a canoa e os fugitivos caíram de grande altura, desaparecendo para sempre. Diz a lenda que Naipi foi transformada em uma das rochas centrais das cataratas, perpetuamente fustigada pelas águas revoltadas. Tarobá foi convertido em uma palmeira situada à beira de um abismo, inclinada sobre a garganta do rio. Debaixo dessa palmeira acha-se a entrada de uma gruta sob a Garganta do Diabo onde o monstro vingativo vigia eternamente as duas vítimas.

Hardy Guedes

Pedra que canta

[...] antes que o branco descobriu, nós já reconhecemo aquela pedra alta com amor sagrado ...Então esse aí é símbolo de ...é pra ficar na historia mesmo, como...como que aconteceu um pouco de guerra com a gente, e morre muito índio Guarani lá. Então aquela pedra alta pode ser ate símbolo que...um símbolo que mostra principalmente que...que já é um lugar que morava principalmente o dono daquela...daquele lugar... É; aquela foi...foi...formada, foi...foi...foi feito, só que ele começou daquela pedra alta já pra continuar, emparelhando pra...pra ser fechado o rio Paraná.

Comunidade Guarani

(Trecho retirado da dissertação de Elaine Rocha)

No meio do caminho

*No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.
Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.*

Carlos Drummond de Andrade

FIGURA 1 – FOTO AÉREA DO LEITO ORIGINAL DO RIO PARANÁ



O leito original do rio Paraná, com as pedras da ilha de Itaipu, local escolhido para a construção da barragem principal da usina de Itaipu.

Apud: <http://www.itaipu.gov.br>

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal compreender o devir recente dos Guarani *Ñandeva* no Oeste do Paraná em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. O período analisado compreendeu os anos de 1977, início da construção da Itaipu, até 1997, quando foi demarcada a segunda reserva indígena no Oeste do Paraná. Duas questões básicas nortearam a pesquisa: as estratégias estatais visando desconfigurar a região enquanto um espaço indígena; e a trajetória de mobilização política dos Guarani que resultou na demarcação das duas reservas indígenas no Oeste do Paraná, Santa Rosa do *Oco'y* e *Tekoha Añetete*. Com a construção da Usina a comunidade indígena foi reconhecida oficialmente pela Funai e passou a ser tutelada por este órgão estatal. Depois de muitas negociações entre Usina, Funai e os índios, os Guarani foram assentados numa pequena área considerada imprópria para a sua organização socio-espacial. Todavia, foi nesse novo estabelecimento que eles reelaboraram suas práticas de luta e iniciaram um processo de denúncias, tanto no contexto nacional quanto internacional, sobre o descaso do Estado em relação à sua cultura e aos seus direitos. A partir desta mobilização política a recuperação de seu território tradicional (de 1500 hectares) foi possível. Conquistaram assim, o *Tekoha Añetete*.

PALAVRA-CHAVE: Índios Guarani *Ñandeva*, Oeste do Paraná, Hidrelétrica de Itaipu, recuperação de territórios.

ABSTRACT

This work has as main objective to understand *Guarani Ñandeva* recent in the west of Paraná due to the construction of Itaipu Hydroelectric. The analyzed period understood the years of 1977, beginning of the constructions of Itaipu, until 1977, when it was demarcated the second Reserves Indigenous in the west of Paraná. Two basic subjects orientated the research. The state strategies seeking desconfigure the area while an Indigenous space and the path of political mobilization of the Guarani that resulted in the demarcation of the two indigenous reservations in the west of Paraná, Santa Rosa do *Oco'y* e *Tekoha Añetete*. With the construction of the Itaipu Hydroelectric community was recognized officially by Funai and became tutored by this stage organ. After a lot of negociations among Itaipu Hydroelectric, Funai, and the Indians, the Guarani was stated in a small area considered for your partner-space organization. However, it was in this new establishment that them observe your fight practices and they began a process of accusations, at the context of national and international, on the negligence, in relationship a culture and your rights. Starting from this political mobilization the recovery of your territory traditional (1500 hectares) it was possible. They conquered like this, the *Tekoha Añetete*.

KEYWORDS: Indians Guarani *Ñandeva*, West of Paraná, Hydroelectric of Itaipu, recovery of territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Foto aérea do leito original do rio Paraná.....	9
Figura 2 – Iconografia sobre os Guarani I.....	21
Figura 3 – Iconografia sobre a Usina de Itaipu.....	38
Figura 4 – Iconografia sobre os Guarani II	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA: Associação Nacional de Antropologia

ANAI: Associação Nacional de Apoio ao Índio

CIMI: Conselho Indigenista Missionário

CIMI/SUL: Conselho Indigenista Missionário/Regional Sul

DPI: Diretoria de Patrimônio Cultural

ELETOBRÁS: Centrais Elétricas Brasileiras S/A

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

FUNAI/CPI/OCO'Y: Fundação Nacional do Índio/Chefe do Posto Indígena do Oco'ý

IAP: Instituto Ambiental do Paraná

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ITAIPU/AJ: Itaipu/Assessoria Jurídica

ITAIPU/DGB: Itaipu/ Divisão de Educação Ambiental

ITAIPU/DGB: Itaipu/Diretor Geral Brasileiro

ITAIPU/DJ: Itaipu/Diretor Jurídica Adjunta

ITAIPU/DJ/RJ: Itaipu/Direção Jurídica/Rio de Janeiro

ITAIPU/GDG: Itaipu/Gabinete da Diretoria Geral

ITAIPU/EA: Itaipu/Engenheiro Agrônomo

ITAIPU/GDG: Itaipu/Gabinete da Diretoria Geral

MI: Ministro do Interior

MI/FUNAI/DAF: Ministério do Interior/Fundação Nacional do Índio/Diretoria de Assunto Fundiário

MI/FUNAI/DGPI: Ministério do Interior/Fundação Nacional do Índio/Departamento Geral do Patrimônio Indígena

SUMÁRIO

RESUMO	10
ABSTRACT	11
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	12
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
INTRODUÇÃO	15
Capítulo I – Obstáculos para o progresso: a existência de índios no Oeste do Paraná	22
1.1 Os projetos de colonização para a região Oeste do Paraná	22
1.2 Os caminhos dos Guarani no Oeste.....	26
1.3 “Construção da Ausência”: inexistência de índios na região	35
Capítulo II– Um obstáculo a transpor: as estratégias dos poderes instituídos frente à presença dos Guarani	39
2.1 As facetas do progresso nacional	39
2.2. ...E o <i>desenvolvimento</i> se concretizava: a construção de Itaipu	44
2.3 Estratégias: prerrogativas dos poderes estabelecidos	45
2.4 A Itaipu e os índios Guarani	55
2.5 Prerrogativas do Estado: as estratégias.....	57
2.6 A conveniência das conclusões do Subgrupo de Trabalho.....	60
2.7 A <i>ciência</i> a serviço do poder central: os laudos antropológicos.....	65
Capítulo III – A organização política dos Guarani na reocupação dos seus territórios	73
3.1 Santa Rosa do <i>Oco’y</i> : espaço de reelaboração cultural e política	73
3.2 Avás-Guarani: uma identificação étnica.....	79
3.3 Interação com o Estado a partir das táticas guarani.....	82
3.4 As táticas indígenas reelaboradas com o viver na reserva indígena.....	96
3.5 O laudo antropológico de 1995: um marco nas negociações	110
3.6 O novo <i>Tekoha</i> : a segunda reserva indígena no Oeste do Paraná	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
FONTES	132
LISTA DE ANEXOS	143

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo principal demonstrar as ações desenvolvidas pela comunidade Guarani¹, na região Oeste do Paraná, quando teve seu território desapropriado pelo Estado para a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. As posturas assumidas pela Itaipu, Funai e Incra, no episódio da construção da Usina, com relação às populações indígenas, também são analisadas em destaque neste trabalho. A Itaipu foi construída na década de 1970, em um acordo com o Paraguai, portanto, um empreendimento binacional, com o objetivo de aproveitar o potencial hidráulico do rio Paraná.

Minha experiência como estagiária voluntária, junto ao CEPEDAL (Centro de Estudos Pesquisas e Documentação da América Latina), sob a orientação da professora Dra. Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro no Projeto Etno-História Indígena: organização de fontes documentais, representou o passo inicial para o desenvolvimento deste trabalho. O objetivo era a organização de documentos escritos provenientes da Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional, referentes ao envolvimento e conflitos entre os emissários da empresa, da Funai e do Incra, e os Guarani que habitavam a região Oeste do Paraná.

O acervo documental sobre os Guarani, denominado *Avá-Guarani*, está localizado no Centro de Documentação da própria Usina. Constitui-se de onze pastas, não organizadas, microfilmadas ou digitalizadas. Guilherme Gouveia, formado em arquivologia, responsável pelo arquivo, explicou-me que, se microfilmados, perderiam muito a riqueza de suas particularidades, pois o acervo é composto de duas pastas de documentação fotográfica, duas pastas de mapas e fotos aéreas, recortes de jornais e o restante de documentos escritos.

Em suma, a documentação consiste em documentos oficiais, como memorandos, ofícios, correspondências entre diversos órgãos estatais, ou mesmo de circulação interna na Itaipu, atas de reuniões, laudos antropológicos, estudos arqueológicos, laudos periciais que explicitam a indianidade dos sujeitos, relatórios de grupos de trabalho, convênios, tratados que almejavam resolver o conflito territorial, mapas e plantas de projetos de assentamento de áreas que possivelmente seriam estruturadas em reservas indígenas para os Guarani.

Uma particularidade interessante, que pertence ao fundo documental, são as denúncias, cartas feitas pelos Guarani em busca de uma solução para a questão em que se encontravam, ou seja, a situação de conflito territorial. Não somente documentos escritos

¹ A grafia de nomes indígenas segue as orientações da *Convenção para a Grafia de Nomes Tribais*. Esta Convenção foi assinada por participantes da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Rio de Janeiro, em 1953, de modo a uniformizar a maneira de escrever os nomes das sociedades indígenas em textos em língua portuguesa. C.f Revista de Antropologia. São Paulo: 2(3):150- 152,1954.

compõem o acervo, fontes iconográficas e relatos orais transcritos também fazem parte do todo. Enfim, o acervo é composto de toda a documentação produzida durante o relacionamento dos órgãos estatais com a comunidade Guarani, e das repercussões deste fato na sociedade nacional.

Diante da amplitude dos registros disponíveis e tendo como premissa a elaboração de um trabalho pautado em padrões científicos, entende-se que é imprescindível um recorte temático, temporal e espacial que possa ser desenvolvido com propriedade, dentre os limites de tempo disponíveis para a realização de uma dissertação de mestrado em História.

Desta forma, os elementos centrais de análise foram: a comunidade Guarani que habita este território desde períodos longínquos e a Usina de Itaipu, concebida pelo Estado como um dos seus *valiosos* projetos, no âmbito de suas políticas de *desenvolvimento e progresso* para a nação.

Assim, o palco da análise foi a região do Oeste do Paraná, dos anos de 1977 a 1997, período este que vai desde o surgimento dos primeiros relatos de ocupações da região por sujeitos que supostamente seriam índios, até a realocação destes em uma reserva indígena, denominada Santa Rosa do *Oco'y*, e a formação da segunda reserva indígena, denominada *Tehoka Añetete*.

O processo de ocupação do Oeste do Paraná pela sociedade nacional se desenvolveu a partir da usurpação dos territórios indígenas, uma vez que já ficou comprovado que nesta região existiam comunidades indígenas dotadas de organização social e espacial significativas. O contato interétnico se deu mais acirradamente com o processo de colonização do período de 1940 a 1960, quando o Estado brasileiro objetivou ocupar o espaço e transformá-lo em produtivo. Posteriormente, o mapeamento e planejamento da construção da Usina de Itaipu resultou na *descoberta* de indígenas no oeste paranaense, e, conseqüentemente, o seu reconhecimento oficial pela Funai. Tal reconhecimento, no entanto, não garantiu à comunidade a manutenção de seu último espaço tradicional, denominada Jacutinga. A área concedida ao assentamento também não foi compatível com a organização espacial da comunidade.

Para analisar estas questões, o presente trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro, intitulado *Obstáculos para o progresso: a existência de índios no Oeste do Paraná*, apresenta uma discussão sobre a bibliografia produzida relacionada à comunidade Guarani localizada na região Oeste do Paraná, especificamente sobre a situação de contato com a sociedade nacional, representada por seus aparelhos de poder.

É importante enfatizar que, recentemente, iniciaram-se análises quanto à comprovação da existência efetiva do povo indígena Guarani no Oeste do Paraná, na área ocupada pela Usina de Itaipu. Esta existência não é mencionada na historiografia oficial da região, que coloca em destaque apenas a ocupação do colonizador *branco* nacional.

Assim, tal *vazio demográfico* apresentado pela historiografia oficial permitiu que a comunidade Guarani permanecesse desconhecida na região, e, num *passage de mágica*, aparecesse por completo, em um território que estava sendo exigido pelo Estado para a efetivação de seu desenvolvimento, ou seja, a Usina de Itaipu. Esta referida ausência ocorre até mesmo na atualidade, pois, apesar de estes sujeitos Guarani terem sofrido um processo de desapropriação territorial e, conseqüentemente, elaborado alguns atos de denúncias que repercutiram pelo Brasil e pelo exterior, a comunidade Guarani permanece, até hoje, parcialmente desconhecida.

O segundo capítulo, *Um obstáculo a transpor: as estratégias dos poderes instituídos frente à presença dos Guarani*, analisa o significado da Usina para o Estado. Deste modo, a análise do contexto historiográfico do período da construção da Usina mostrou-se necessária, haja vista que o período foi governado por um regime específico, o militar, que elaborou uma série de políticas (entre elas a construção da Itaipu) visando a um rápido desenvolvimento do país. As estratégias adotadas pelo governo brasileiro para a construção da Usina também foram analisadas nesta parte da dissertação.

Em, *A organização política dos Guarani na reocupação dos territórios*, capítulo III, é feita uma análise, amparada nas contribuições metodológicas de Maria Celestino de Almeida (2003), acerca de seu conceito de *cultura de resistência adaptativa*, para perceber os motivos que levaram a comunidade a aceitar a inadequada área de Santa Rosa do Oco'y. Logo após assentados, os Guarani dão continuidade à sua mobilização política, caracterizada na pesquisa a partir do conceito de *tática* de Michel de Certeau (1994), para reocupar o seu território na região. Conquista-se, assim, a segunda reserva indígena, denominada *Tekoha Añetete*.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram incorporados os estudos de autores no que concerne à História indígena e sua contribuição significativa ao debate historiográfico. A historiografia brasileira dispensou pouca atenção aos índios. Os grupos indígenas eram concebidos como a infância das sociedades desenvolvidas e estariam num processo do *evolucionismo e assimilação* pela sociedade nacional.

Para Almeida, por muito tempo os historiadores continuaram influenciados pelo historicismo do século XIX, mantendo-se, até os anos de 1920, em posições estanques, interessando-se pelos particularismos da história política e dos grandes homens. Com a Escola

dos Annales e suas novas abordagens teórico-metodológicas, novas temáticas foram desenvolvidas a partir da década de 1920, a história passou a se aproximar cada vez mais das demais ciências sociais e da antropologia (2003, p. 29).

Para Carlo Ginzburg, o surgimento de uma área comum de pesquisa entre os antropólogos e os historiadores tornou-se possível quando os primeiros passaram a interessar-se pelos processos de mudança social, percebendo que seus objetos de estudo não eram imutáveis e estáticos, e os historiadores a valorizar comportamentos, crenças e cotidianos dos homens comuns, tradicionalmente considerados irrelevantes (apud ALMEIDA, 2003, p. 23).

Maria Celestino ressalta com propriedade que os índios aparecem na história do Brasil como atores coadjuvantes, agindo sempre em função de interesses alheios, ou eram muralhas de proteção das fronteiras, ou inimigos ferozes a serem aldeados e assim integrados à colonização. Aldeados iniciariam um processo de descaracterização étnica, deixariam de ser índios e perderiam sua cultura original. Tornar-se-iam *aculturados* e, dentro desta perspectiva assimilacionista, não seriam dignos de análise pelos historiadores, e sua história dos grandes fatos e homens (ALMEIDA, 2003, p. 27). Para Monteiro (1995), a necessidade de um repensar do que se tem até então escrito mostra-se como um re-avaliar a história a partir da experiência e da memória de populações que não têm escrita, o que não significa que não tenham história.

Por um lado, cabe ao historiador recuperar o papel histórico de atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente, revendo o quadro hoje prevalente, marcado pela omissão ou, na melhor das hipóteses, por uma visão simpática aos índios mas que os enquadra como vítimas de poderosos processos externos à sua realidade (MONTEIRO, 1995, p. 227).

Para o arqueólogo e historiador Jorge Eremites de Oliveira (2001), a discussão em torno do conceito História Indígena é algo bastante recente no Brasil, havendo muitas questões de ordem epistemológicas a serem tratadas. Em poucas palavras, para o autor seria a história que os historiadores e outros cientistas sociais fazem sobre a trajetória dos povos ameríndios. O autor produz ainda uma discussão na área da História Indígena no que concerne à sua apresentação e as metodologias usadas, buscando introduzir assim uma história indígena mais holística, relacionada com as diversas áreas das ciências sociais. Eremites dá uma considerável recomendação aos pesquisadores desta área, informando que a grande sacada é considerar os indígenas como sujeitos históricos plenos e perceber que o tempo histórico é múltiplo e diferenciador (2001, p. 122).

As novas abordagens quebram paradigmas e possibilitam um certo otimismo na História Indígena em relação ao futuro das sociedades indígenas, bem como na organização de uma *nova* História Indígena, devido a duas questões: a crescente organização indígena em busca de direitos ligados ao território e à sobrevivência; e a percepção do índio enquanto sujeito histórico.

Neste sentido, novas categorias de análises são apresentadas para discussão quando se pensa a História Indígena. Uma delas trata da percepção de que os índios foram políticos importantes de sua própria história. Antes mesmo do contato com o europeu existia uma interação com outras sociedades indígenas, pois as suas sociedades não eram estáticas e muito menos isoladas. Os índios “não são vítimas de uma fatalidade, mas agentes de seu destino. Talvez escolheram mal. Mas fica salva a dignidade de terem moldado a própria história” (CUNHA, 1998, p. 19).

Esta nova perspectiva permitirá que os historiadores possam estudar com mais propriedade os grupos indígenas e inseri-los na história do país, uma vez que foram omitidos pela historiografia. Nas palavras de Monteiro, “páginas inteiras da história do país serão re-escritas; e ao futuro dos índios, reservar-se-á um espaço mais equilibrado e, quem sabe, otimista” (MONTEIRO, 1995, p. 228).

Em outras palavras, é preciso lançar novos olhares, novas abordagens, procurar novas perspectivas que identifiquem os índios não apenas como vítimas esquecidas de um passado de massacres e domínios, mas como povos que lutaram e sobreviveram, apesar das dificuldades de toda ordem, num processo de resistência e, principalmente, de interação cultural, no contato com a sociedade nacional.

Em seguida, julga-se necessário prestar alguns esclarecimentos de ordem técnica. Para as referências bibliográficas e documentos publicados, a escolha foi pelo sistema *autor; data*, inserido no corpo do texto, cuja referência bibliográfica completa encontra-se em um espaço no final do trabalho. Reitera-se que se optou por tal sistema, por presumir que este permitiria uma melhor organização das discussões elaboradas nos capítulos. Quanto às notas de rodapé, terão apenas conotação informativa, para introduzir informações a mais sobre determinado conceito, instituições ou estudos.

A fonte do presente trabalho consiste necessariamente em documentos oficiais, relatórios, ofícios, pareceres. Para sua organização no corpo do texto buscou-se uma metodologia que apresentasse as informações pertinentes ao momento e, assim, no final do trabalho a fonte foi classificada conforme o ano de sua criação. A referência no texto

apresenta-se como segue: (DOC. 3: 19.04.1977). Esta catalogação seguiu a norma elaborada no Projeto Etno-História Indígena.

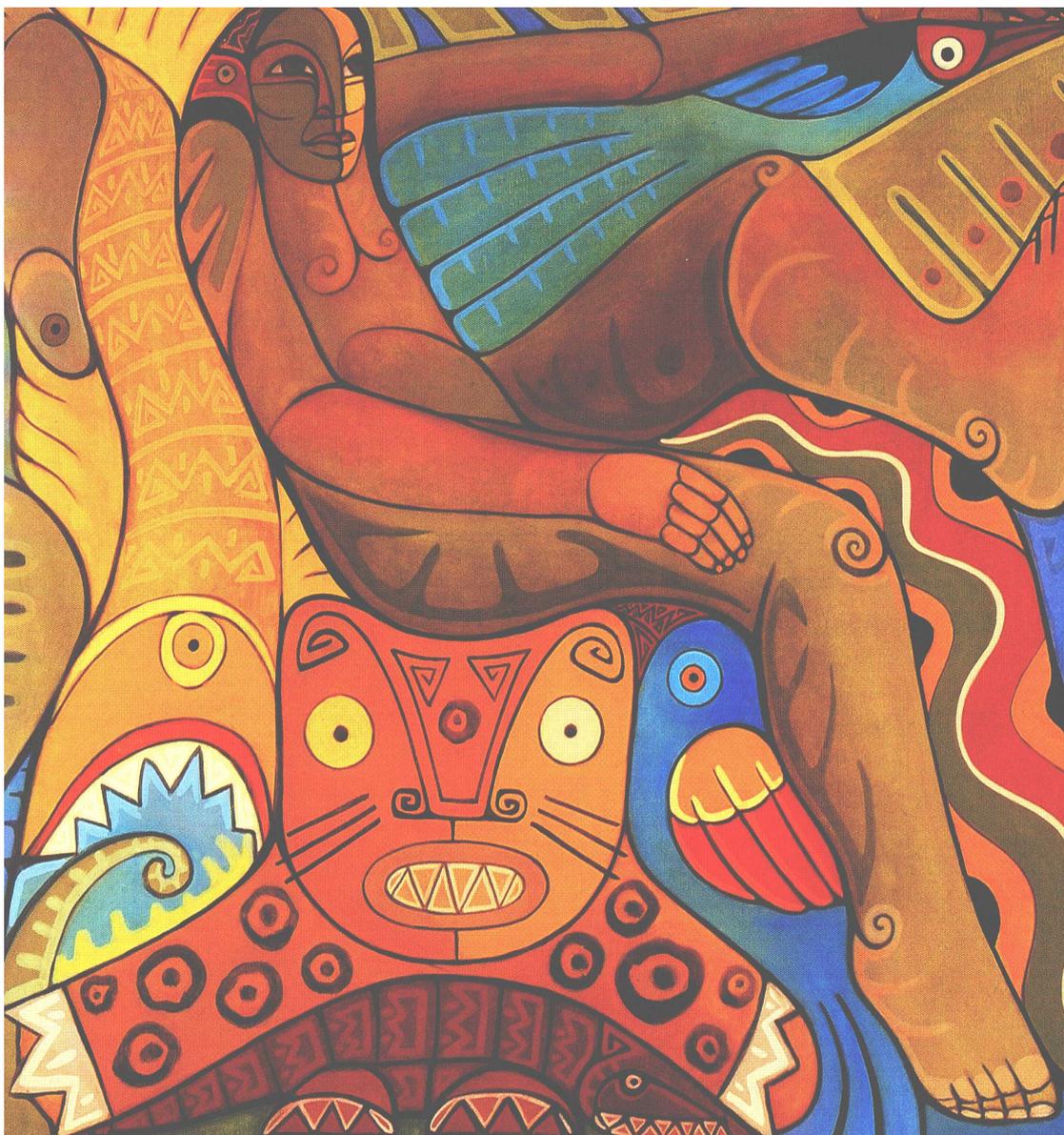
Na composição do trabalho foram utilizados alguns fragmentos cartográficos, os quais se constituíram fundamentais para referenciar os territórios apresentados e discutidos. Quando utilizados, apenas tiveram um caráter ilustrativo, ou concebidos como acessórios do problema, pois não se objetivou por uma análise processual dos mesmos.

Quanto à iconografia inserida no início de cada capítulo, buscou-se usá-la também apenas com caráter ilustrativo, uma vez que estas imagens não serão analisadas no decorrer do trabalho.² A seleção da imagem com o assunto de cada capítulo foi organizada intencionalmente, sendo que a primeira ilustra o índio pertencente à fauna e à flora, algo detalhado nas discussões do primeiro capítulo; a segunda imagem está associada à construção da Usina na figura do operário, ou seja, a Usina foi uma realização dos esforços de muitos para o desenvolvimento do país; já a terceira imagem, a cultura Guarani, num retrato mais fiel deste grupo, enquanto grupo étnico distinto da sociedade nacional. As imagens são de autoria de Miguel Hector Hanchen a pedido da Usina para compor a agenda do ano de 2005.

Antes mesmo de entrar direto nas discussões propostas para cada capítulo, é importante reforçar que este trabalho tem como aspiração maior contribuir para as discussões feitas no campo da História Indígena, concebida como um espaço de potencialidades, pautadas na percepção do índio enquanto sujeito histórico, agente de sua própria história. Assim, a preocupação é sociabilizar informações, produzir uma história indígena dos Guarani do Oeste do Paraná, de um modo que não os coloque em segundo plano, apenas como vítimas do processo de colonização e de desapropriação territorial da região.

² Conforme Cardoso e Maud (1997) os historiadores vêm cada vez mais examinando o uso de imagens como fonte documental. Uma vez que a imagem é uma construção histórica de um determinado momento, e quase sempre pensada e forjada. O cenário aproxima a imagem de outros interesses ou intenções como, por exemplo, o de apresentar uma determinada realidade e ou alteração da realidade. Ela não comunica com clareza, pois ao forjar realidades que somente depois de constantes e insistentes olhares, pode nos levar a reconhecer outros conteúdos que ultrapassem aquela primeira impressão que se tenta impor ou estabelecer.

FIGURA 2 – ICONOGRAFIA SOBRE OS GUARANI I



Apud: Agenda da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional do ano de 2005. Autor: Miguel Hector Hanchen.

Capítulo I – Obstáculos para o progresso: a existência de índios no Oeste do Paraná

A partir da década de 1960, o Paraná pode ser considerado um estado territorialmente ocupado. Cessaram então de existir as frentes pioneiras, não restando mais terras a serem ocupadas e colonizadas. Completava-se historicamente o período de ocupação territorial.

Ruy Wachowicz

1.1 Os projetos de colonização para a região Oeste do Paraná

A historiografia oficial da região do Oeste do Paraná, referente ao início da colonização deste território, raramente mencionou a presença de sujeitos indígenas por esta área no momento em que ela foi colonizada. Esta ausência relatada nas diversas fontes deste período supostamente colaborou para a noção de que este espaço deveria ser povoado, haja vista a necessidade de introduzi-lo às esferas do progresso capitalista empreendido pela nação.

Tal ausência pode ser entendida dentro do conceito de *vazio demográfico*, amplamente discutido por Lúcio Tadeu Motta (1994) ao analisar a presença Kaingang por todo o território do Paraná, contrapondo-se à idéia construída por geógrafos na década de 1930 até início dos anos 1960, de que o Estado era praticamente desabitado.

Conforme Motta, inúmeras excursões científicas foram feitas nesse período ao Paraná por geógrafos, cujos relatórios elaborados foram em grande parte publicados na Revista Brasileira de Geografia. Estes, por diversas vezes, referiram-se ao Paraná como um espaço desabitado, vazio demograficamente e um sertão a ser desbravado, perpetuando a noção de que a região era um enorme *vazio demográfico*.

Todavia, apesar de Lúcio Tadeu Motta analisar como esta idéia se processou em relação ao Norte do Estado, ele traz também informações sobre o Oeste, um território ainda mais concebido como *vazio demográfico*, o que também foi verificado nos estudos de Lysia Maria C. Bernardes, que, ao analisar a distribuição da população no Estado em 1940, considerou a região em questão desabitada (apud MOTTA, 1994, p. 18).

Outro autor citado por Motta foi Nilo Bernardes, que escreveu, em 1950, sobre as condições de povoamento do Estado. Bernardes corrobora esta concepção e define ambas as regiões – norte e sul – um vasto sertão, definindo em nota de rodapé que sertão é sinônimo de *vazio demográfico* (apud MOTTA, 1994, p. 21).

Destarte, esta idéia, construída ao se referir às diversas regiões do Paraná, associada ao fato de não mencionar populações indígenas, foi perpetuada em diversos trabalhos acadêmicos. O conceito de *vazio demográfico* foi apropriado e amplamente usado.

Construiu-se o mapa de uma região apenas com acidentes geográficos, despovoado e, em seguida, segue-se o processo de ocupação. Cada mapa surgido vai incorporar os feitos da frente de expansão que avança sertão adentro. Esse processo continua a se repetir por meio de muitas obras que tratam da história das cidades do norte do Paraná. Todas partem do pressuposto do vazio demográfico ocupado pela colonização da região a partir dos anos 30 (MOTTA, 1994, p. 58 - 59).

Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro (2005) dialogou de forma singular com Motta quando evidenciou, em seus estudos, a presença Guarani pelo território do Oeste do Paraná antes do início da colonização empreendida pelo Estado, em oposição a um suposto *vazio demográfico*³ na região. Para tanto, a autora usou de fontes geradas pelos representantes da Sociedade nacional, bem como de narrativas indígenas para comprovar que: o Oeste do Paraná era território Guarani, de posse imemorial. Descarta, assim, as concepções da historiografia oficial, que idealizaram o Oeste dentro dos referenciais de sertão.

É interessante sublinhar que grande parte da historiografia relativa ao Oeste paranaense, os manuais destinados ao ensino fundamental e médio e a memória coletiva, conjugam-se, perpetuando a idealização do processo colonizatório, uma conquista concretizada por obra do *povo escolhido*, que *civiliza* confins inabitados e corrobora o domínio sobre os terrenos anteriormente ocupados pelas sociedades nativas, rotulando-as como elementos da natureza. A expropriação dos territórios guaranis, desta forma, é endossada com base na presunção da superioridade dos neófitos sobre o *outro* e porque, afinal, está se transformando este setor em partícipe e cooperador do desenvolvimento nacional (TIBES RIBEIRO, 2005, p. 27).

Os estudos de Tibes Ribeiro sobre os Guarani no Oeste do Paraná são concebidos como excepcionais, pois a autora foi a primeira historiadora a tratar do assunto dentro dos referenciais de uma nova História Indígena. Preocupada em compreender a trajetória dos mesmos pelo espaço face ao contato com a sociedade nacional, primeiramente pela colonização (1996; 1997; 1998; 2001; 2005) e, posteriormente, com a construção da Usina Binacional de Itaipu (2002). Assim, suas pesquisas foram de extrema importância e fundamentais para a construção deste primeiro capítulo.

A historiadora questionou a historiografia do Oeste do Paraná quando seus pesquisadores omitiram a comunidade Guarani localizada na região. Em detrimento a este

³ Quanto à noção de *vazio demográfico*, esta não quer significar que O Oeste do Paraná estivesse completamente destituída de indivíduos ou povoações, mas sim que aqueles que eventualmente se encontravam teriam sido incapazes de promover o progresso, justificando-se assim a apropriação do território. Não estamos a falar somente dos Guarani, mas também de uma parcela de brasileiros e estrangeiros que compunham uma rarefeita população paranaense.

grupo diferenciado etnicamente, estava a construção de um elemento humano nacional colonizador, que foi devidamente escolhido para povoar a região, denominado pela historiografia como *pioneiro*, e a este foi conferida a estruturação do espaço e, assim, introduzi-lo ao desenvolvimento. Dentro do conceito de Norbert Elias e John L. Scotson (2000), estes seriam os *estabelecidos*. Em outras palavras, a resistência da *população eleita* em relacionar-se com os *sem origem*.

Neste caso específico, ao indagar sobre quais seriam os recursos de poder que permitiriam aos estabelecidos afirmar sua superioridade e lançar o “outro” como pessoas de estirpe inferior, seria lícito compreendê-la enquanto fruto de diferenças grupais étnicas. ELIAS e SCOTSON (2000), contudo afirma que a sociodinâmica da estigmatização, que leva a fixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social (TIBES RIBEIRO, 2003, p. 64).

É mister destacar, na revisão historiográfica produzida pela autora, sobre a região, a conclusão de que a historiografia oficial contribuiu, e contribui ainda no presente, para a construção e perpetuação da apologia de que o *pioneiro* destas terras foi o sulista e todo o trabalho para a implantação da sociedade regional foi fruto do seu árduo trabalho. Em consequência, as idéias de *vazio demográfico* e de *terra prometida* ainda aparecem em livros didáticos. A presença indígena na região é desconhecida pela população, é raramente lembrada no Dia do Índio, mas sem associação à sua vivência por essas terras.

Diversos dados e diversas fontes mostram que a delimitação étnico-cultural foi realizada de uma forma competente e que marcou a região. Os próprios migrantes manifestaram tais desejos, sendo que os novos habitantes introjetaram esse espírito de segregação. A nova terra seria exclusiva para colonos escolhidos. Esta conotação, apesar de mudanças ocorridas na região, continuou a se manifestar fortemente em décadas posteriores (GRECORY, 2002, p. 195).

Assim, este *pioneiro* sulista foi escolhido pela empresa colonizadora, cujas ações tornaram viável a ocupação da terra por segmentos da sociedade nacional, em detrimento dos grupos indígenas estabelecidos na região.

Vários historiadores que tratam da ocupação do Oeste do Paraná informam que foram diversas as propostas de colonização empreendidas na região. Dependendo do período em que foram desenvolvidos, cada projeto buscava inserir a área destinada à colonização ao conjunto da nação, como forma de proteger a fronteira do Brasil de outros países vizinhos platinos. Não

cabe neste momento descrever ou analisar como estas frentes de colonização se inseriram no Oeste, nem tão pouco analisar a propaganda ideológica que o Estado empregou para obter os resultados almejados. Cabe aqui compreender como se deu a ocupação do território.

Das diversas abordagens sobre a História do Paraná, procurei as noções introdutórias de Ruy Wachowicz (2002), um historiador que teve um papel fundamental ao discutir e apresentar a inserção do Paraná nas esferas do país - desde a criação da Comarca de Curitiba, tornando-se posteriormente em Província do Paraná e, com o advento da República, ao Estado do Paraná. O autor produziu vários livros, nos quais analisou o povoamento das regiões Norte, Sudeste, Oeste do Estado, procurando explicar como estes espaços foram colonizados, abordando também seus aspectos culturais, econômicos e políticos.

Ruy Wachowicz estruturou a defesa da existência de três pólos diferenciados de sociedade, cultura e economia no Paraná: a teoria dos três Paranás, com cada região colonizada em processos históricos, períodos e grupos étnicos distintos. A região Oeste, a última a ser colonizada, permaneceu esquecida pelas autoridades e políticas de povoamento no período imperial, ganhando destaque somente quando se pretendeu chegar a Mato Grosso navegando os rios Paraná e Paraguai. Para atingir tais objetivos, o governo assinou tratados de navegação com a Argentina e Paraguai.

Se, por um lado, esses tratados facilitaram a rota de navegação para o Brasil, por outro, facilitaram também a penetração argentina em territórios brasileiros, com interesse nos ervais paranaenses, gerando posteriormente um conflito entre os dois países. A região ficou tão dependente do lado argentino que a população da Colônia Foz de Iguaçu, construída em 1889, tinha contato com a “civilização” somente através dos navios a vapor argentinos,

A gente ia a bordo servir-se de bebidas geladas, refrescos, cerveja, comprar guloseimas [...]. Quando o vapor apitava a gente sentia alegria, porque ele nos ligava com o mundo civilizado [...]. A gente conhecia muita coisa só na palavra espanhola porque nem no português a gente sabia. Esquecia-se o português, de tanto que falava o castelhano. [...]. A gente se sentia completamente isolado do lado brasileiro (Otilia Schimmelpfeng, moradora de Foz do Iguaçu (1920), apud WACHOWICZ, 2002, p. 351).

Destaca-se que a preponderância argentina se deu pelo fato de empresas argentinas instalarem os sistemas de obrages⁴, contrabandeando a erva-mate paranaense sem nenhuma

⁴ Conforme Wachowicz, “no oeste do Paraná, surgiram, no fim do século passado e no início do século XX, gigantescas concessões por parte do governo paranaense para a exploração de erva-mate. Por extensão da terminologia adotada em território argentino, as mesmas propriedades ou concessões foram denominadas de **obragens**. Significa originalmente o local onde se trabalha manualmente. Seu proprietário ou dono da concessão era chamado de **obragero**” (1982, p. 194).

fiscalização pelo lado brasileiro. Conseqüentemente houve um avanço econômico da região, em detrimento do brasileiro.

Apesar de os estudos de Wachowicz contribuírem de forma significativa para a compreensão do processo de povoamento do Paraná – falando inclusive de um Paraná Indígena – e de suas considerações serem consideradas a vertente de novas análises por parte dos historiadores contemporâneos, Wachowicz colabora para a noção de que a região Oeste não era habitada por indígenas.

Tal fato é verificado também em outra obra do autor: *Obrageiros, mensus e colonos* (1982), na qual ele analisa a origem da população no Oeste do Paraná, a partir de um levantamento feito pelos militares que fundaram a Colônia de Foz do Iguçu em 1889. Wachowicz constatou “a existência de 324 indivíduos, assim discriminados: 212 paraguaios, 95 argentinos, 5 franceses, 2 espanhóis, 1 inglês e apenas 9 brasileiros” (WACHOWICZ, 1982, p. 182). O levantamento serviu de base para determinar que os primeiros habitantes às margens do rio Paraná não eram índios.

1.2 Os caminhos dos Guarani no Oeste

Como já enfatizado por Tibes Ribeiro, os campos *oestinos* eram habitados por indígenas, especificamente pelos Guarani, região entendida por estes como seu território em resultado das diversas movimentações em rota de expansão. E, segundo Noelli (1994), foi uma *anexação contínua de territórios* devido ao aumento demográfico do grupo, não sendo, portanto, algo que aconteceu independente de um significado, sem um sentido pré-estabelecido.

Para os deslocamentos ditados pelo ritmo do aumento demográfico e por diversas modalidades sociopolíticas de fracionamento das aldeias, que resultaram no paulatino afastamento do centro de origem em diversas direções, o termo etimologicamente mais preciso é o *expansão*, significa dispersão, alargamento, alastramento, com o sentido de ir conquistando novas áreas sem abandonar as antigas (1994, p. 109-110).

A expansão permitiu que os Guarani ocupassem extensas áreas nas bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e litoral sul brasileiro. Constam, ainda, como registro dessa ocupação, relatos de viajantes, entre eles Pedro Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca⁵, que registra a presença Guarani nas regiões dos rios Iguçu, Paraná, Tibagi e Piquiri:

⁵ Mota e Noelli (1999) narraram a trajetória de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, que “[...] veio tomar posse e comandar a província do Paraguai em nome do rei da Espanha. Desembarcou na ilha de Santa Catarina e, no

[...] a los 14 días Del mês de enero [1542], yendo caminando por entre lugares de indios de la geración de los guaraníes, todos los cuales los rescibieram (sic) com mucho placer, y los venían a ver y traer maíz, gallinas y miel de los otros mantenimientos (...) y les trujeron (sic) muchos bastimientos porque los tienen (Cabeça de Vaca, 1971, 114-115, apud THOMAZ DE ALMEIDA, 1995).

A presença do povo Guarani no Oeste do Paraná é evidenciada em algumas obras, como, por exemplo, na obra *Toledo e sua História*, publicada em 1988. Seus autores reservaram um capítulo para discutir a ocupação indígena na região. Destacam, logo no início deste capítulo, que, “como em qualquer parte do Brasil, os primitivos habitantes do Oeste do Paraná eram formados pela população indígena existente, em maior ou menor grau de intensidade” (BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988, p. 23).

É mister ressaltar que, apesar do ato louvável desta obra (pois destoa do restante dos trabalhos que visavam construir uma história local e que enaltecesse os bravos empreendedores pioneiros), seus autores não revelam de onde retiraram estas informações e não vão além disso. Nada foi escrito sobre a vida destas populações indígenas, com o advento da construção de Toledo e de todas as outras pequenas vilas, distritos e cidades construídas em territórios indígenas. No final do pequeno capítulo, depois de descreverem os costumes, a agricultura e o trabalho das Missões Jesuíticas, evidenciaram a presença Guarani, na área que posteriormente foi alagada com a construção da Usina de Itaipu.

Os tupi-guarani dos sítios dos rios Ocoí, São Francisco Verdadeiro e outros abaixo das Sete Quedas ficaram só com a notícia (se a tiveram) das missões que funcionaram acima da foz do Piquiri ou abaixo, na do Iguaçu, ou seja, respectivamente, as reduções de Cidade Real do Guairá e de Santa Maria (BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988, p. 29, grifo meu).

Outra fonte muito expressiva, sobre a presença indígena na região, é a Escritura Pública de Declaração apresentada pelo arqueólogo Igor Chmyz, coordenador do Projeto

final de 1541, partindo da foz do rio Itapucu, rumou para Assunção no Paraguai, onde chegou quatro meses depois acompanhado por 250 arcabuzeiros e balesteiros. Durante a expedição foi acompanhado por centenas de índios Guarani - a cada novo território que ingressava a expedição dispensava os acompanhantes do território anterior e, mediante pagamentos em espécie (machados, contas, etc.) integrava contingentes das terras que iam adentrando. Subiram a Serra do Mar, alcançaram o rio Negro (na altura de Rio Negrinho - SC ?) e desceram até a sua desembocadura no rio Iguaçu. Para contornar o território dos Kaingang tiveram de subir o Iguaçu e, a certa altura (Palmeira?), por terra, se dirigiram ao rio Tibagi, seguindo seu curso. Nas proximidades da foz do Iapó, atual cidade de Tibagi, a expedição dirigiu-se para leste até chegar ao rio Ivaí e, a seguir, rumando ao sul, passou pelo rio Piquiri até alcançar o rio Iguaçu, a poucos quilômetros de sua foz. Dali seguiram até Assunção. O relato de Cabeça de Vaca é importante na medida em que descreve, ao longo de sua expedição, o contato e a entrada em territórios pertencentes a diferentes grupos Guarani. Foi o primeiro documento a informar que quase todo o interior do Paraná estava habitado e, ao mesmo tempo, mostrar que havia uma divisão política entre esses diversos grupos de mesma matriz cultural, organizados politicamente em cacicados (conjunto de aldeias sob a liderança de um prestigioso cacique, que dominavam certas porções de territórios bem definidos)”.

Arqueológico Itaipu, desenvolvido no período de 1975 a 1983. A Declaração, fruto de pesquisa pautada em critérios científicos, constitui uma documentação de significativa importância, pois referencia que “Os trabalhos desenvolvidos resultaram na localização de 237 sítios arqueológicos, que representaram os vestígios das aldeias indígenas, estabelecimentos espanhóis e habitações neobrasileiras [...] abrangendo um período situado entre 6165 a.C e 1020 d.C.” (DOC. 55: 06.02.1990). Era a informação de que o território denominado de *vazio demográfico* já era, em verdade, povoado desde períodos remotos por grupos indígenas dotadas de organização social e espacial. Em suma, o espaço que foi alagado e onde foi construída a Itaipu era um território indígena.

Eram mais sedentários e formavam agrupamentos maiores, vivendo em grandes aldeias. Praticavam a horticultura, complementando o regime alimentar com atividades de coleta, caça e pesca. Todos dominavam a técnica da cerâmica, mas diferenciavam-se entre si pela maneira como a confeccionavam [...] Entre os povos ceramistas, destacam-se os pertencentes à tradição arqueológica Tupiguarani, que correspondem aos índios classificados na família linguística Tupi-Guarani (DOC. 55: 06.02.1990).

A cultura material encontrada nos sítios arqueológicos foi definida pelo antropólogo Edgard de Assis Carvalho, em Laudo Antropológico de 1981, como prova irrefutável de que o Paraná era habitado por diversos grupos indígenas, e estes não estariam somente aldeados nas reservas constituídas no Paraná.

A identidade guarani no Estado do Paraná não pode estar circunscrita apenas àquelas populações que se encontravam em reservas que teoricamente recebem a proteção do Estado, distribuídas principalmente pelos postos indígenas de laranjinha, Barão de Antonina, Rio das Cobras e Manguerinha. [...] A questão indígena no Paraná deverá necessariamente incluir o grupo localizado nas proximidades da foz do rio Ocoí, cujos problemas vêm adquirindo contornos mais nítidos a partir de 1975, quando o projeto integrado de colonização do INCRA passou a exigir a desocupação da área sob pena de despejo imediato (CARVALHO, 1981, p. 07).

A presença Guarani na região do Oeste do Paraná data de muito antes da fundação da Província do Guairá⁶, no início de 1557. Nesse período, ocorreu a fundação da Cidade Real por Rui Díaz Melgarejo, que consistiu em um povoado na margem oriental do Rio Paraná, em sua confluência com o Rio Piquiri. Em 1577, Melgarejo fundou a Vila Rica do Espírito

⁶ Para uma análise mais minuciosa da Província do Guairá, ver FLORES, 1998.

Santo, outro povoamento no Guairá, distante de Cidade Real, junto ao Rio Ivaí.⁷ Desta maneira, entendia-se naquele período, por Província do Guairá, o espaço entre estes dois povoados (MOTTA, 1999).

Inicia-se, assim, o processo de repartição de índios daquela Comarca, isso porque a economia nesta província constituía-se em pequenas áreas de cultivo, e, principalmente, na extração de erva-mate. A necessidade de muitos trabalhadores desencadeava expedições violentas a núcleos indígenas, na busca de mão-de-obra para extração e transporte desse produto (TIBES RIBEIRO, 1997, p. 29).

A necessidade de braços para a realização do trabalho penoso nos ervais resultava sempre num grande índice de mortalidade destes Guarani, que não se habituavam com a carga excessiva. Somado-se a isto, os guairenhos⁸ não tinham meios de sustentar adequadamente seus trabalhadores, ficando os mesmos a padecer de fome, dada a escassez de áreas cultivadas, pois predominava a extração de erva e a criação de gado (TIBES RIBEIRO, 1997, p. 31).

Desde fins do século XVI, alguns jesuítas, dentre eles o Padre Manuel Ortega, trabalhavam em missões itinerantes pelo Guairá. Todavia, foi a partir de 1610 que a Companhia de Jesus instaurou sua presença, desenvolvendo uma atividade missionária atuante ao implantar as missões de San Ignácio e Nossa Senhora de Loreto, com aproximadamente 10.000 Guarani reduzidos. O sistema reducional retirava o índio da vivência de sua tribo, impossibilitando-o mesmo de trabalhar enquanto mão-de-obra para os espanhóis, ocasionando conflitos de oposições entre jesuítas e espanhóis (THOMAZ DE ALMEIDA, 1995).

O chamado bandeirismo de apresamento foi a causa principal e definitiva da destruição e despovoamento do Guairá. Suas incursões violentas, até meados de 1632, buscavam o aprisionamento de indígenas para diversos trabalhos em São Paulo.

O livro de John Manuel Monteiro (2004), *Negro da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* é importante para o entendimento do sistema de bandeiras que adentravam o sertão na captura de mão-de-obra indígena, indispensável ao modo de vida na província de São Paulo. As primeiras expedições foram organizadas para a busca de metais preciosos, sendo todos os esforços deste objetivo resultado da política de d. Francisco de Souza, governador do Brasil entre 1591 e 1601. Todavia as diversas expedições voltavam

⁷ Esta área, nos séculos XVI, XVII e XVIII, pertencia à Espanha, e Portugal vai voltar-se a esta região no segundo quartel do século XVIII. Ver, MAGNOLI, 1997.

⁸ Habitantes da Província do Guairá.

com índios capturados. São Paulo cada vez mais prosperava com algumas descobertas de minas próximas à vila, e o aprisionamento de índios para o trabalho escravo. Para Monteiro, foi a partir do projeto de desenvolvimento desse governador que se intensificaram as incursões, pois todos os setores que deveriam progredir – agricultura, mineração, indústria – deveriam ser pautados no trabalho indígena escravo. O plano não deu certo, pois, ao contrário do que acontecia do lado espanhol, os portugueses não encontraram nenhuma mina repleta de metais preciosos como nas minas de Potosí no Peru.

Ainda assim, a tentativa malograda de d. Francisco e seus associados em transformar o sertão em um dinâmico e movimentado núcleo europeu surtiu efeito na organização da economia local de São Paulo. Por um lado [...] o crescimento da lavoura comercial foi estimulado e, por outro, o apresamento da mão-de-obra indígena atingiu proporções nunca dantes alcançadas (MONTEIRO, 1994, p. 60).

Duas áreas foram alvos constantes das bandeiras: a Lagoa dos Patos e o Sertão dos Carijós, esta localizada entre a região do Guairá que abrigava principalmente comunidades Guarani. O acesso facilitado, associado ao fato de os Carijós trazidos do Guairá serem melhor aceitos pelos paulistas, fez com que esta região fosse o principal interesse das incursões. O interesse dos paulistas pelos Guarani se deu pela *mão-de-obra transformada e administrada* pela disciplina jesuítica. Assim, estes estariam mais aptos a trabalhar no regime dos engenhos. A divisão de trabalho neste grupo era também oportuna,

Tal preferência por cativas guarani refletia, até certo ponto, a divisão de trabalho adotada inicialmente pelos colonos nas suas unidades de produção, onde mulheres e crianças executavam as funções ligadas ao plantio e à colheita, o que, aliás, seguia a divisão sexual do trabalho presente em muitas sociedades indígenas. Esta divisão, no contexto colonial, implicava vantagem adicional para os colonos, liberando os cativos adultos masculinos para outras funções especializadas, tais como o transporte de cargas e a participação em expedições de apresamento (MONTEIRO, 1994, p. 67).

Com o fim das reduções, os índios Guarani que viviam no território das missões dividiram-se em dois grupos: os Guarani que irão, em função de um processo de miscigenação e assimilação, compor a sociedade nacional paraguaia e os que retornaram à vida conforme os padrões culturais ancestrais. Assim, provavelmente estes foram os ancestrais dos Guarani que constituíram as povoações indígenas Guarani da atualidade (THOMAZ DE ALMEIDA, 1995). Estes, situados em aldeias inacessíveis, ainda buscaram

manter-se distantes das novas frentes colonizadoras, que, à medida em que a população nacional se torna mais densa, foram mais constantes e sempre mais ameaçadoras.

A comunidade indígena, denominada Guarani *Nãndeva*, passou a perambular⁹ por uma vasta região que consideram como seu território, não assimilando os limites e fronteiras impostos pelos não índios. Isto significa dizer que a sociedade Guarani é contemporânea à sociedade ocidental moderna, porém não compartilha das mesmas *pautas* culturais, religiosas ou mesmo de uma cosmológica da sociedade envolvente.

Neste sentido, as constantes migrações deste povo pelo vasto território do Paraguai, da Argentina, da Bolívia e do Brasil, estariam atribuídas, num primeiro momento, a motivações religiosas na busca da *terra sem males*¹⁰, posteriormente na busca de uma terra que apresentasse os recursos necessários para a reprodução de seu modo de ser e viver Guarani.

O espaço implica na realização prática do modo de ser e viver dos Guarani. Importa dizer que todos os aspectos da vivência desta sociedade são plenos de transcendência ou religiosidade. O exercício adequado desta dimensão é determinante para o bom andamento das relações familiares, políticas, sociais e de subsistência. A obediência aos ensinamentos dos ancestrais assegura abundância de caça, pesca, e principalmente, colheitas fartas (TIBES RIBEIRO, 2005, p. 29).

Assim, suas migrações são explicáveis quando pensadas por sua maneira de relacionar-se com a terra, na busca de um local semelhante ao seu de origem, sendo que ali viverão segundo costumes ancestrais, o chamado *tekoha*.

Rubem Thomaz de Almeida baseia-se na definição de Meliá, para conceituar *tekoha* Guarani *tekoha*, ou seja, o “lugar onde vivemos segundo nossos costumes” (MELIÁ, 1976, p. 218, apud THOMAZ DE ALMEIDA, 2001, p.124). O espaço é entendido como unidade coletiva, pertencente a todos do grupo. Assim, cada família extensa *te´yi* terá seu espaço em que poderá plantar, construir sua casa. Thomaz de Almeida define assim o conceito de *tekoha*:

A primeira impressão causada por um *tekoha* é de desorganização na ocupação do espaço disponível, como se as famílias tivessem se instalado aleatoriamente, sugerindo aglomerados de casas esparsas e dispostas a esmo.

⁹ A prática de perambular é concebida por muitos pesquisadores como uma forma de ocupação do espaço vivido pela comunidade Guarani, relacionada com sua organização territorial e elementos socio-culturais e econômicos. A migração cíclica por territórios já habitados define esta mobilidade, e caracteriza que “Os Guarani, longe de serem nômades, são itinerantes ou caminhantes por excelência. [...] A peculiaridade de eternos andantes faz com que não se fixem indefinidamente nos lugares, criando e recriando espaços continuamente. Antes de tudo perambular denota a produção e a reprodução do mundo com base no movimento” (RIBEIRO, 2005, p. 29).

¹⁰ “A busca da terra sem mal – pelo menos no estado em que estão nossos conhecimentos – o motivo fundamental é a razão suficiente da migração Guarani. E nesta se insere a especificidade da economia das tribos. A terra sem mal é, certamente, um elemento essencial na construção do ser guarani” (MELIÁ, 1990, p. 33-46).

Tal sentimento se desfaz ao ser constatada a existência de relações familiares constituintes dos critérios de ocupação do espaço: cada família nuclear ou extensa, tem a posse de terra para a reprodução de seu sistema econômico. Assim, não há um ‘centro político’, que poderá variar de local de acordo com o líder. O *tekoha* não possui unidade, a não ser em relação a determinados fenômenos ou eventos capazes de aglutinar ou mobilizar os índios de uma situação local, como a cerimônia do *avati kyry* ou ameaça de perda de terra (THOMAZ DE ALMEIDA, 2001, p. 124).

O *tekoha* é um espaço controlado pela comunidade indígena. Assim, novos sujeitos, bem como agentes externos, não têm o poder de decidir sobre a ocupação da terra. A inserção de novos indivíduos ao *tekoha* se dá por relações de parentescos, ou seja, é a partir do casamento que um sujeito pode pertencer ao âmago do grupo indígena. Em suma, merece consideração a afirmação do autor de que “a ocupação da terra é responsabilidade do grupo [...] através de mecanismos que perpassam necessariamente relações familiares” (THOMAZ DE ALMEIDA, 2001, p. 129). Trata-se de um referencial necessário para a análise posterior das várias migrações de Guarani para a reserva indígena Santa Rosa do Ocoí.

A Colônia Militar de Foz de Iguaçu foi fundada pelo governo brasileiro, com fins específicos da fixação das fronteiras nacionais, não somente pela presença militar, mas com inserção de colonos na região, pois, neste período, a presença de indivíduos brasileiros era mínima, sendo a maioria da população constituída por estrangeiros, como já vimos com Ruy Wachowicz.

Muitos trabalhos acadêmicos foram elaborados a partir da documentação produzida pela Colônia Militar. Todavia uma análise da construção deste órgão em território guarani é uma lacuna. Tem-se apenas breves análises, como a de Elaine Rocha (1991), que, a partir desta fonte já amplamente estudada, consegue lhe dar um viés inexplorado, ao perceber a convivência entre índios e a política do Estado empreendida pela Colônia.

Rocha delimita duas questões que merecem a atenção e contribuem para evidenciar a presença indígena pelo Oeste do Paraná:

Um manuscrito no Ministério do Exército, registrando audiência que autoridades da colônia concederam a particulares em 1907, trazia como principalmente queixas dos colonos: o roubo de terras, a invasão dos lotes, o corte de madeiras e de ervas em lote alheio, a corrupção entre oficiais da colônia e os colonos privilegiados: trabalho compulsório de três dias por mês para a colônia. Chegou-se à conclusão de que alguns desses colonos atendidos eram Guarani por que:

1 - seus nomes (mesmo europeu) foram reconhecidos em 1990, como sendo de antigos parentes dos Avá-Guarani, pelos que vivem atualmente na área indígena do Ocoí;

2 - sempre que se dirigiam à autoridade, o faziam em nome de uma coletividade (o pronome era utilizado na primeira pessoa do plural);
 3 - em 1907, alguns desses colonos afirmaram já morar ali há mais de trinta anos, ou seja, antes da fundação da colônia (ROCHA, 1991, p. 4-5).

Segundo os Guarani, na época da Colônia Militar, os oficiais teriam reservado um território para a comunidade, em retribuição aos serviços que eles prestaram na abertura da estrada que vai de Guarapuava à Foz [...] há inclusive registro dessa doação (ROCHA, 1991, p.5).

As indicações da autora permitem recuperar a existência dos Guarani no período das primeiras políticas empreendidas pelo Estado no Oeste do Paraná, especificamente a implantação da Colônia Militar. Rocha, numa consulta precisa nos documentos oficiais da Colônia, traz à tona a existência dos Guarani no território, bem como a sua interação com a sociedade nacional envolvente.

As políticas por parte do poder público se intensificaram em meados do século XX, com a concessão de grandes áreas de terras a empresas estrangeiras que tinham apenas interesse extrativista e não colonizatório no Oeste do Paraná. Foi o caso da Companhia Maderas del Alto Paraná, de origem inglesa, que tinha um ancoradouro nas margens do rio Paraná, denominado de Porto Britânia. Este sistema extrativista era baseado no regime de trabalho servil.

Estas empresas eram denominadas de obrages, que contratavam trabalhadores da região. Mensus, trabalhadores paraguaios, os chamados Guarani modernos, era a designação dada aos indivíduos que se propunham a trabalhar braçalmente numa obrage (GREGORY, 2002, p. 124).

Com o processo cada vez mais intenso de ocupação da região, os Guarani permaneceram refugiados nos locais disponíveis, porém interagindo com o elemento nacional e trabalhando nas obrages. Sendo possivelmente os trabalhadores paraguaios, os chamados Guarani modernos¹¹, índios que interagem com esta nova forma de sociedade.

Róbi J. Schmidt (2001) delata que os empreendimentos ingleses expulsaram tribos indígenas da região uma vez que empreenderam políticas de desenvolvimento visando uma maior exploração econômica. Tal afirmação é fruto de um diálogo que ele estabeleceu com Venilda Saatkamp (1984), que, ao escrever um livro sobre a história local de Marechal Cândido Rondon, afirma que os índios que por ali perambulavam foram aproveitados como

¹¹ “São os denominados Guarani modernos, descendentes dos índios aldeados pelos jesuítas, nas suas famosas reduções de Mato Grosso, Paraguai, Paraná e região missioneira. Muitos deles miscigenaram-se com as populações rurais, surgindo essa numerosa população [...]” (WACHOWICZ, 1982: 47).

mão-de-obra e os que não se aculturaram foram transferidos, em 1956, para a reserva indígena de Laranjeiras do Sul para serem tutelados. A informação confere, mas Schmidt questiona a condição da saída destes do espaço,

No entanto, considerando as tradições culturais cultivadas pelos remanescentes indígenas do oeste paranaense, pode-se supor que estes não se adequaram à idéia de serem “aproveitados” enquanto mão-de-obra, sendo por isso “substituídos” por paraguaios e argentinos, o que corrobora a hipótese de que para uma maior exploração econômica, as tribos que habitavam esse espaço foram expulsas, e não “transferidas” da região (SCHMIDT, 2001, p. 19-21).

Com a posse de Getúlio Vargas, como presidente da república a situação se configura diferente e prima-se pelo ponto de vista nacionalista na fronteira do Oeste do Paraná com os países vizinhos. Essas medidas levadas a cabo por Vargas refletiram diretamente nas relações de trabalho, e de povoamento da região, a conhecida *Marcha para o Oeste*¹², que atraiu agricultores gaúchos para a área, instalando-os em pequenas propriedades. Para tanto, criou-se no Paraná a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (GREGORY, 2002, p. 124).

Num contexto de nacionalização e de estabilidades advindos da Segunda Guerra Mundial, as empresas estrangeiras desativaram seus empreendimentos, e a Fazenda Britânia foi adquirida em 1946 por uma empresa de Porto Alegre, que visava explorá-la economicamente. A empresa, denominada de Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A, tornou-se a principal colonizadora do Oeste do Paraná, a Maripá (WACHOWICZ, 1982, p. 166 - 181).

Nos primeiros anos, o objetivo era explorar a riqueza natural, ou seja, a madeira. O processo colonizatório se deu anos mais tarde com a chefia do colonizador gaúcho, e de descendência germânica, Williy Barth. Claércio Ivan Schneider (2000), num estudo recente sobre o processo de colonização do Oeste do Paraná, determina quais eram os papéis dos agentes colonizadores: aos colonos cabia o desenvolvimento do espaço, derrubando a mata e produzindo excedentes, e, aos dirigentes da Companhia Maripá, dirigir e orientar os interesses econômicos e políticos. Isso ficou bem visível no Plano de Ação da empresa.¹³

¹² Política empreendida pelo presidente Getúlio Vargas em 1940, com o propósito de povoar a região do Paraná. Conforme Wachowicz (1982), a ideologia da *marcha para o Oeste* foi inspirada na epopéia do bandeirantismo, dominante nos primeiros séculos da nacionalidade. Deveria fornecer a inspiração para um novo sentimento de fronteira. Cândido Rondon, Cassiano Ricardo, Paulo Prado foram alguns intelectuais que fermentaram e estimularam tal política de ocupação.

¹³ Conforme Schneider, a empresa Maripá tinha um Plano de Ação que contextualiza o programa de exploração e colonização. Este era o viés que orientava todas as políticas da empresa (2000, p. 98).

Eis, portanto, um programa de colonização que, desde o seu princípio, foi planejado e direcionado pela atuação de agentes interessados na constituição de um campo de poder, onde pudessem agora tanto no espaço público quanto no privado, assistindo e orientando os colonos a um fim pré-determinado pelo jogo capitalista (SCHNEIDER, 2000, p. 108).

Finalmente, na década de 1970, com a introdução na região de uma agricultura de exploração capitalista intensiva, a região sofreu alterações na sua estrutura fundiária. Neste modelo, pequenas propriedades foram substituídas por médias e grandes propriedades que se dedicam à exploração de produtos valorizados no mercado internacional. Isto ocasionou uma reorganização na questão da terra, até mesmo em seu preço. Conseqüentemente, crescem os conflitos entre os posseiros, grileiros, arrendatários e indígenas na região.

Diante de todo este processo, o território Guarani, no Oeste do Paraná, foi pouco a pouco tomado pela sociedade nacional. E aos Guarani restou a transferência para reservas já demarcadas, ou a resistência em pequenas aldeias que nunca foram reconhecidas pelo Estado nacional como reservas indígenas.

1.3 “Construção da Ausência”: inexistência de índios na região

A inexistência de índios na região é, conforme Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro (2001), uma construção, ou seja, a representação de um oeste paranaense vazio a inserir-se nas esferas do progresso, do desenvolvimento econômico, num processo harmonioso e pacífico.

Tem-se a impressão de que, quase que por um passe de mágica, os colonos chegam aqui e encontram a região pronta para ser povoada, não se dando a atenção devida aos sujeitos que teriam “preparado o terreno”, forjando a estrutura necessária para a fixação da população eleita (TIBES RIBEIRO, 2001, p. 66).

Se atentarmos para o fato da presença indígena em alguns períodos e de sua ausência em outros, percebe-se que a inexistência de índios na região foi fruto de uma construção discursiva. Os Guarani são retirados da história como por *passe de mágica*, uma vez que a sua inexistência, ou a construção da inexistência, era apropriada e significativa a *colonização* modelo que se pretendia para o Oeste do Paraná.

Venilda Saatkamp, em seu livro, não ocultou a presença Guarani pelo território, mas definiu o contato como um processo de transição:

No interior desta exuberante e variada floresta subtropical estavam abrigados

milhares de animais, pássaros, insetos e cobras, da mais variadas espécies que compunham a fauna local [...] Esse quadro natural estava inicialmente habitado pelos índios tupi-Guarani [...]. Com a chegada dos colonizadores o quadro natural sofre profundas modificações, e os **índigenas ainda existentes cedem lugar ao desenvolvimento sócio-econômico da Vila General Rondon** (SAATKAMP, 1984, p. 72-74, grifo meu).

É mister destacar que, na afirmação, os índios fazem parte do quadro natural, como os insetos e as cobras, e que entenderam que também precisavam dar a sua parcela de cooperação ao *progresso*, cedendo lugar ao desenvolvimento econômico da região. A noção que perpassa é que os grupos indígenas "estavam no Brasil à disposição [da sociedade branca], que se serviam deles à vontade, descartando-os quando não mais necessários: teriam sido úteis para determinadas atividades e inúteis para outras [...] sempre de acordo com os interesses e objetivos dos colonizadores" (2003, p. 27).

O estudo de Venilda Saatkamp foi encomendado pelas autoridades do município de Marechal Candido Rondon, para historicizar o processo de colonização da cidade, destacando os principais pioneiros e seus feitos, com um intuito de construir um pertencimento à sociedade local e despertar o espírito desbravador que existe na população do município.

Uma questão importante é exposta por Tibes Ribeiro quando discute o conceito de *construção da inexistência*, pois, ao se construir a história local e excluir os Guarani, ironicamente sua vivência foi num certo sentido resguardada, possibilitando a longevidade da cultura Guarani,

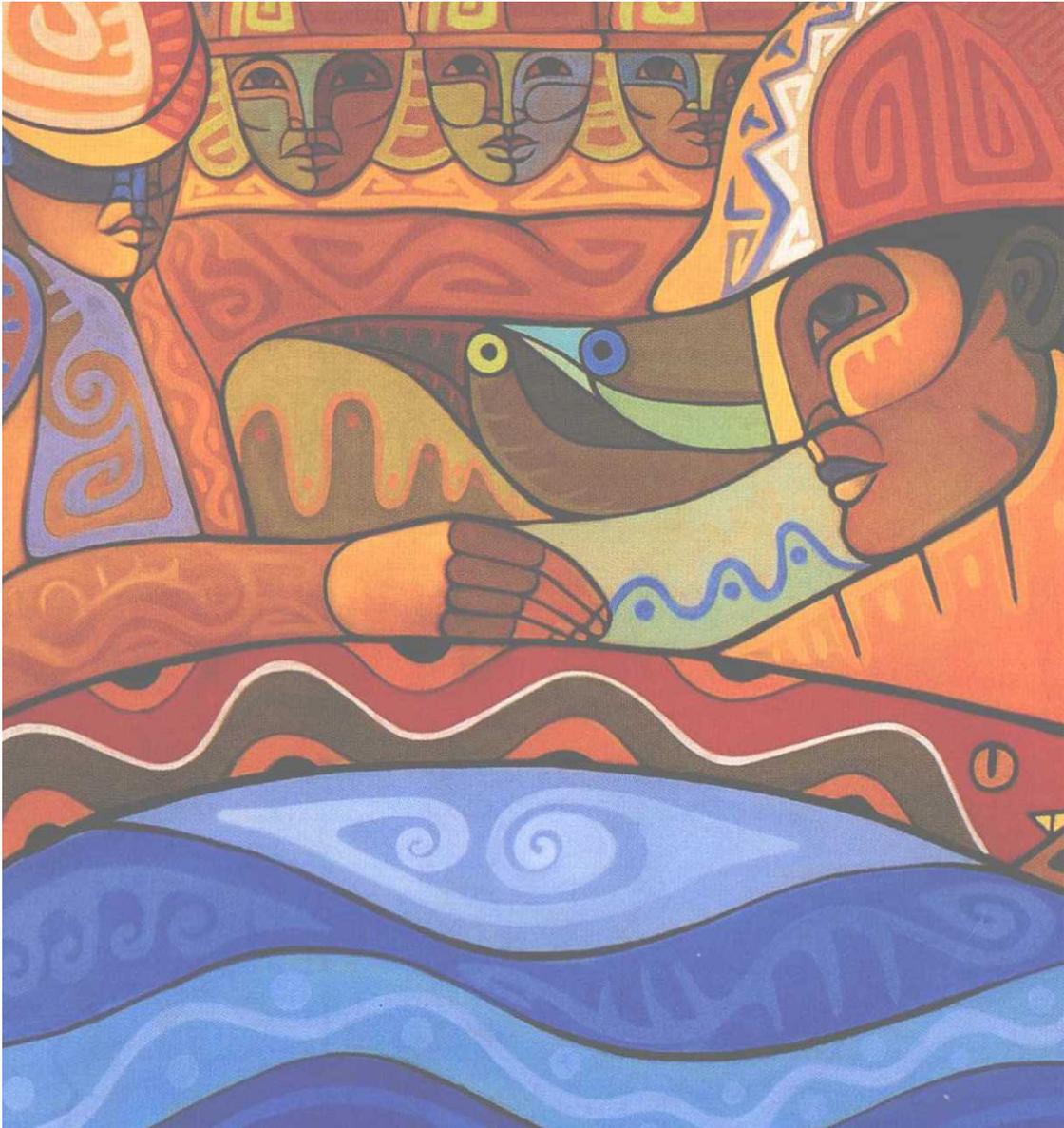
Reputa-se que é esta ignorância relativa à sua permanência na região que lhes possibilita, através de táticas variadas, viverem num Oeste densamente povoado por trabalhadores nacionais. Continuam, pois, no seu território, assentando aldeias em recônditos inacessíveis aos não-índios perambulando e adaptando a própria espacialidade em face das condições fundiárias que se configuram. Além do mais, é relevante visualizar que o procedimento dos Guarani nestas paragens resulta em progressivas interlocuções com segmentos com a sociedade envolvente. Deduz-se que, deste modo, este coletivo indígena, com base no seu mundo de sentidos, significa o contexto, reelaborando sua mobilidade típica, como também incorporando hábitos e utensílios inerentes ao entorno. Em essência, o contato é fator constitutivo da auto-alteração do grupo e, em decorrência interfere na sua auto-identificação no presente (TIBES RIBEIRO, 2002, p. 173).

Associada à longevidade da cultura e à permanência destes em seu território tradicional, está a *perseverança* dos Guarani em continuarem como etnicamente distintos dos brancos. Ao estudar a situação dos Guarani no Mato Grosso do Sul, Friedl Grünberg (2002) expõe que a *perseverança* é um fator que contribui significativamente para a prática de resistência destes.

Mesmo que o contato tenha tido implicações sérias sobre a cultura, ela continuaria fortemente mantenedora dos signos tradicionais, principalmente no que se refere à defesa lingüística.

O mundo dos guarani sofreu e continua sofrendo transformações através das interferências externas e, no entanto, as estruturas fundamentais de seu sistema indígena estão, em parte, mais presentes, ativa e válida que em outros povos indígenas, que ainda vivem em seu ecossistema relativamente intacto, mas que tiveram que experimentar décadas de educação missionárias. A imagem que se tem dos guarani e suas circunstâncias atuais de vida não correspondem à nenhuma idéia romântica sobre “índio”. **Não obstante eles ainda seguem se orientando, fortemente, na sua identidade tradicional.** Esta contradição entre sua aparência e sua orientação interior quase não é levada em consideração. Uma mostra muito concreta da vivacidade de seu sistema tradicional é o fato de poucos homens falam bem o português e a maioria das mulheres continuam não querendo aprender a “língua dos brancos”. Esta é a sua forma de resistência aos “ocupantes” e de rejeição à cultura e aos valores dos brancos (GRÜNBERG, 2002, p. 16 -17, grifo meu).

FIGURA 4 – ICONOGRAFIA SOBRE A USINA DE ITAIPU



Apud: Agenda da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional do ano de 2005. Autor: Miguel Hector Hanchen.

Capítulo II– Um obstáculo a transpor: as estratégias dos poderes instituídos frente à presença dos Guarani

[...] o mês de marco, que costumeiramente, marca o fim do verão e o início do outono, em 1964 marcou o fim da “primavera” dos movimentos populares e o início do “inverno” frio e duro, caracterizado pela ditadura militar, que se prolongou por vinte longos anos.

Luiz Antonio Dias

2.1 As facetas do progresso nacional

O período da construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, década de 1970, ficou marcado pela Ditadura Militar, um movimento iniciado aparentemente para livrar o país da ameaça do comunismo e restaurar a democracia. O movimento, encabeçado pela cúpula das Forças Armadas, através do Golpe de 1964¹⁵ assumiu diretamente o poder e as muitas funções de governo pela primeira vez na história do país.

Boris Fausto (1999) apresenta uma breve caracterização do que foi este movimento no Brasil:

Outra noção associada ao regime militar é o autoritarismo. De fato o regime não teve características fascistas: não se realizaram esforços para organizar as massas em apoio ao governo; não se tentou construir o partido único do Estado, nem uma ideologia capaz de ganhar os setores letrados. Pelo contrário, a ideologia de esquerda continuou a ser dominante nas universidades e nos meios culturais em geral. Há mesmo quem considere que, com exceção do período Médici, o Brasil pós-1964 se caracterizou mais por uma situação autoritária do que por um regime autoritário. Com isso se quer expressar que, em meio a medidas de exceção e arbitrariedades, os governantes não assumiram o princípio de que um regime autoritário era desejável para o país e superior portanto à democracia. As diferenças entre o regime representativo, vigente entre 1945 e 1964, e o regime militar são claras. Quem manda agora não são os políticos profissionais, nem o Congresso é uma instância decisória importante. Mandam a alta cúpula militar, os órgãos de informação e repressão, a burocracia técnica de Estado (1999, p. 513).

Esta alta cúpula empreendeu uma política de desenvolvimento para o país, com metas de *progresso e* crescimento pautados nos diversos programas de governo empregados pelo

¹⁵ Movimento militar de 1964, movimento deflagrado na noite de 31 de março de 1964, em Minas Gerais, sob o comando do general Olímpio Mourão Filho, contra o governo instituído do presidente João Goulart, que foi derrubado no dia seguinte. O movimento estendeu-se até 1985. O período caracteriza-se pelo autoritarismo, supressão de direitos constitucionais, perseguição policial e militar, e utilização da tortura para obter a confissão dos presos e seqüestrados que se opunham ao regime. A liberdade de expressão nos meios de comunicação foi suprimida mediante a adoção da censura prévia. Sobre o “Golpe de 1964”, ver DREIFUSS (1987) e ALVIM (1979).

regime militar. Um dos mais significativos foi o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG – no governo de Castelo Branco. O PAEG tratou de reduzir os gastos do setor público, contrair o crédito privado e comprimir os salários. Este conjunto de metas repercutiu de forma singular na estrutura econômica do país. O endividamento dos Estados foi proibido, acarretando num reequilíbrio nas finanças públicas e, conseqüentemente, das empresas estatais. Outros dois fatores foram expressivos: o corte de subsídios a produtos básicos, que eram importados com uma taxa de câmbio muito baixa - como o trigo e o petróleo -, e o aumento da arrecadação de impostos (FAUSTO, 1999, p. 471).

As medidas produziram um impacto na vida da população, uma vez que tarifas de luz, telefone e o preço do pão e da gasolina aumentaram consideravelmente, bem como os impostos também. Os salários foram reajustados com taxas inferiores à inflação, o que diminuiu o poder aquisitivo da classe trabalhadora. As novas medidas implantadas impediram as greves e facilitaram a rotatividade da mão-de-obra para as empresas, com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Volumosos empréstimos de capital internacional foram injetados na economia brasileira com o interesse de ampliar o capital privado ou mesmo o nacional, empréstimos feitos sob o rótulo de *progresso e desenvolvimento* de uma nação.

Foi o regime que permitiu [...] tomar medidas que resultaram em sacrifícios forçados, especialmente para a classe trabalhadora, sem que esta tivesse condições de resistir. Devemos lembrar ainda que o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido, graças ao sinal verde do FMI e à maciça ajuda do governo americano através da Aliança para o Progresso, inaugurado pelo presidente Kennedy (FAUSTO, 1999, p. 473).

Esse progresso e desenvolvimento foi chamado pela imprensa nacional, de *milagre econômico*¹⁶, aludindo ao rápido crescimento da economia brasileira nos anos de 1970. Os índices eram comprovados e, nessa esteira de progresso, expandiram-se as cidades, o mercado interno, a construção civil, a abertura e pavimentação de estradas, e a construção e planejamento de hidrelétricas.

Por trás desta expansão oficial, o milagre nada mais era, no entanto, do que o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora, submetida ao arrocho salarial, submetida às mais duras condições de trabalho e à repressão política. Era a ação do Estado garantindo a expansão capitalista e a consolidação do grande capital nacional (FAUSTO,

¹⁶ Programa econômico de cunho capitalista, que foi caracterizado pelo grande incentivo à entrada indiscriminada de capitais estrangeiros no país, que gerou um grande acúmulo de capitais nas mãos de uma pequena parcela da burguesia brasileira, e o empobrecimento agudo de uma grande parte da população.

1999, p. 473). A atuação do Estado nesse período foi para promover o *progresso* do país, pois o mesmo ampliou e modernizou a infra-estrutura necessária para a expansão das grandes empresas, bem como a presença do capital estatal em vários setores básicos.

Segundo Boris Fausto, em detrimento desse avanço econômico ficaram os programas sociais do Estado, que foram abandonados, colocando o Brasil, no contexto mundial, numa posição destacada quanto ao seu potencial industrial e por indicadores muito baixos em relação à saúde, moradia, educação (1999, p. 487).

Ao mesmo tempo, o Estado patrocinou gigantescos projetos, chamados pela crítica de *projetos faraônicos*, projetos que, além de servirem para alardear a ideologia do *Brasil Grande*, favoreceram o rápido enriquecimento de grandes empresas financeiras, empreiteiras, mineradoras, agropecuárias. Enfim, a política econômica da ditadura militar favoreceu o predomínio da grande empresa nacional, estatal, e especialmente multinacional, dentro de um referencial de capitalismo selvagem (FAUSTO, 1999, 487).

O incremento da demanda da energia interna do Brasil, incremento associado ao fator externo da crise do petróleo¹⁷, redimensionou as preocupações quanto à política energética do Brasil. Na compreensão do Estado, não haveria o *grande progresso* industrial sonhado se o país não fosse uma potência no setor energético e, assim, gerasse demandas de energia suficiente. O governo de Ernesto Geisel lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que incentivou o avanço da pesquisa de petróleo, o programa nuclear, a substituição parcial da gasolina pelo álcool, a construção de hidrelétricas. Dentro deste contexto nasceu a Usina de Itaipu.

Ressalta-se que o Estado passou a exercer maior controle nos setores de base do país, como o setor de energia elétrica, a ELETROBRAS, uma das instâncias que sustentou o projeto da Usina de Itaipu. Boris acrescenta ainda que ficou a cargo das grandes empresas estatais, como a Petrobrás, a Eletrobrás, a Embratel, a sustentação do II PND, o que possibilitou alguns ganhos importantes na substituição de importados, especialmente o petróleo.

A opção pelo crescimento em 1974, em vez de frear o carro da economia, representou uma decisão baseada em avaliações tanto econômicas quanto políticas. A insistência no crescimento mostrou como era a crença nos círculos dirigentes de que o Brasil era um país predestinado a crescer. Essa crença não vinha apenas dos anos do “milagre”, mas de tempos distantes, situados nos anos 50 (1999, p. 496).

¹⁷ Crise decorrente da alta de preços do produto no mercado mundial, combinada com a tendência de escassez do produto diante da perspectiva de esgotamento das reservas de petróleo, nos anos de 73/74.

Salienta-se que a opção era de avançar em vez de recuar, ou seja, para continuar crescendo a alavanca necessária era a ampliação de investimentos. Assim, era preciso captar novos empréstimos, o que acarretou, no governo de Geisel, o aumento da dívida externa, tanto pública quanto privada.

A entrada de capitais estrangeiros na economia brasileira não foi vista como um perigo à integridade da nação. O capital não iria interferir, no entendimento do governo, na independência política do país. Representaria um intercâmbio com países mais ricos na ânsia de um desenvolvimento interno, destacando-se, em relação a outros países, melhor dizendo, em relação a outras formas de governos, além do modo capitalista.

Não podemos esquecer que a década de 1970 foi tumultuada pela *ameaça* do comunismo, ou seja, a chamada *guerra fria*, uma disputa entre dois centros de poder pela hegemonia do seu modo de produção.

O comunismo passa a ser uma ameaça mundial, levado à frente pela União Soviética e por Cuba. Mesmo distante geograficamente, este vírus não poderia chegar à América Latina, instaurando-se a caça as *bruxas comunistas* por todos os cantos.

Obviamente os interesses americanos estavam em jogo, e não permitir que a contaminação chegasse ao Brasil era uma estratégia de combate, “[...] para os Estados Unidos, a grande extensão territorial do Brasil contribuiu para um relacionamento intenso que poderíamos chamar de ‘atração’ por medo” (STEPAN, 1975, p. 97). O medo estava referenciado pela localização geograficamente estratégica do Brasil, em divisa com quase toda América Latina. De tal modo, o Brasil tornando-se uma escola de guerrilheiros comunistas, seria exemplo a ser seguido pelos demais países vizinhos.

As áreas de segurança nacional deveriam ser resguardadas, principalmente as de fronteiras. Assim, estes espaços eram evocados a serem inseridos no contexto de desenvolvimento e progresso. Para tanto, diversos estudos foram realizados com este intento. Para a região Oeste do Paraná, em 1975 os diplomados da Escola Superior de Guerra elaboraram um relatório apresentando os resultados de um estudo que objetivou examinar as conseqüências da construção da Usina de Itaipu para o crescimento da região.

Sinteticamente, o relatório faz um histórico das negociações entre Brasil e Paraguai, e analisa em capítulos os aspectos sociais, econômicos e políticos para o espaço brasileiro. Mais do que apontar as conseqüências que poderiam surgir com a Usina, ele também conjectura soluções para tais questões, sugerindo a melhor forma de resolvê-los. Preocupado com a cidade de Foz de Iguaçu que iria receber em pouco tempo um contingente significativo de

migrantes de outras regiões, o relatório tem um caráter pacífico e expressa chavões do governo militar, como a alocação de Ernesto Geisel sobre a Itaipu: “ousado empreendimento da engenharia moderna” (ADESG, 1975, p. 06), aliando assim discurso desenvolvimentista com religioso, “Como todo o instrumental de Itaipu, todas as coisas do mundo estão a serviço do homem, para que o mesmo homem possa atingir as finalidades últimas para as quais foi criado por Deus” (ADESG, 1975, p. 26).

Interessantes são as abordagens do Capítulo V: *Itaipu e a expressão militar: segurança interna e externa*, quanto à preocupação de ameaça ao rumo do país, se perdido o controle de segurança da região de Foz de Iguaçu, com a construção da Usina.

Quanto à segurança interna, a preocupação estava concentrada em: a) prostituição e o tráfico com mulheres (casos já ocorridos); b) a mescla do elemento humano, brasileiro e paraguaios, empregados nas obras, reclamando um ordenamento legal e eficiente; c) aumento do comércio de drogas e entorpecentes; d) possibilidade de ocorrência de atos terroristas (ADESG, 1975, p. 86).

As recomendações eram claras quanto ao que deveria ser feito:

O entrosamento de todos os órgãos de atividades preventiva e repressiva (Receita Federal, Polícia Militar do Estado, Polícia Federal e Setor de Segurança de Itaipu) para disciplinar as esferas de atuação, para se evitar o paralelismo de iniciativas e dando-se maior objetividade no trato dos problemas apontados: aliciamento de menores para as zonas de meretrício, contrabando, tóxico, brigas, rixas, etc. (ADESG, 1975, p. 87).

A segurança externa estava mediada sob três aspectos: o posicionamento paraguaio, argentino e o brasileiro frente a um desentendimento internacional. Esta possibilidade foi avaliada considerando as condições de povoamento, ou destacamentos militares na orla fronteira de cada país.

Em relação à Argentina e ao longo da fronteira com o Paraguai apontaram um completo vazio demográfico, tanto de povoação quanto de unidades do exército. Informaram que no lado brasileiro, apesar de haver destacamento, haveria “elasticidade suficiente para a formação de Regimentos nas mais diversas armas: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Transmissões, Subsistência, etc.” (ADESG, 1975, p. 90).

Por fim, usando de um discurso religioso associado aos interesses desenvolvimentista, o relatório finaliza:

A família oestina precisa estar unida, em qualquer tempo, para que suas potencialidades se: transformem em fatores de desenvolvimento econômico regional e seja o fundamento do desenvolvimento social que, em ultima análise, vem beneficiar a pessoa humana – inspiração e razão de ser de todo os esforços desenvolvimentistas (ADESG, 1975, p. 101).

Para os militares, o desenvolvimentismo era percebido como a política capaz de introduzir no Brasil o que ele necessitava para constituir-se uma grande potência, ou seja, aperfeiçoar-se em seus recursos, comunicação, transporte, indústria, exportações.

2.2. ...E o desenvolvimento se concretizava: a construção de Itaipu

A Usina de Itaipu foi uma concretização da política de potência e desenvolvimento nacional, haja vista a significativa ânsia dos militares em transformar o Brasil em um país empreendedor, com níveis de desenvolvimento dignos de respeito. Neste sentido, a Usina foi considerada um dos grandes projetos do Estado, construída no extremo Oeste do Paraná, planejada para ser a maior do mundo em operação.

Esta obra levou 18 anos para ser construída, resultado de um acordo entre Brasil e Paraguai. Portanto a Usina é um empreendimento binacional para o aproveitamento dos recursos hidráulicos do rio Paraná.¹⁸

Em 1966 foi assinada a Ata do Iguaçu, que estabelecia o interesse de ambos países para o aproveitamento dos recursos hidrelétricos do rio Paraná. A área estabelecida para tal empreendimento consistia no trecho do Salto de Sete Quedas, incluindo a foz do rio Iguaçu.¹⁹

Não mais preocupados com as discussões de litígio fronteiriço de outrora, ambos os países iniciam debates em torno do projeto hidrelétrico. Em 10 de abril de 1970 é assinado o Convênio de Cooperação entre a Comissão Técnica Brasileira-Paraguaia, a Eletrobrás e a Andes (Administração Nacional de Eletricidade) do Paraguai, cujo objetivo era estabelecer condições para a avaliação das possibilidades de aproveitamento do potencial do trecho fixado na Ata de Iguaçu.²⁰

Após um consórcio para nomear as empresas de engenharia que iriam prestar serviços para a realização do projeto, o grupo ítalo-americano formado pelas empresas International Engineering Company Inc. e pela Electroconsult SpA (ELC) venceu. O mesmo elegeu 10

¹⁸ Usina Hidrelétrica Binacional Itaipu: histórico. Disponível em: < <http://www.Itaipu.gov.br> > . Acesso em: 20 de junho 2005.

¹⁹ Usina Hidrelétrica Binacional Itaipu: Tratados de Itaipu. Disponível em: < <http://www.Itaipu.gov.br> > . Acesso em: 20 de junho 2005.

²⁰ Usina Hidrelétrica Binacional Itaipu: Tratados de Itaipu. Disponível em: < <http://www.Itaipu.gov.br> > . Acesso em: 20 de junho 2005.

locais para a construção da usina, mas o que foi aceito pelos países associados foi o denominado Itaipu (em Guarani: *a pedra que canta*), que propunha a construção de uma única barragem (MAZZOROLLO, 2004, p. 24).

O passo seguinte foi a assinatura do Tratado de Itaipu em 26 de abril de 1973, pelo presidente do Paraguai Alfredo Stroessner e pelo presidente brasileiro Emílio G. Médici, oficializando o interesse de ambos em aproveitar os recursos hidráulicos no rio Paraná, de forma conjunta e igualitária.

Em maio de 1974 foi criada a entidade binacional Itaipu para gerenciar a construção da usina, tendo como Diretor Geral brasileiro o general Costa Cavalcanti e como diretor geral paraguaio o engenheiro Enzo Debernardi.²¹

No dia 20 de outubro de 1975 foi iniciada a construção da barragem, sendo necessário desviar o rio Paraná do seu leito normal através de um canal de desvio, o que ocorreu em 20 de outubro de 1978. Quatro anos depois, a barragem estava pronta, resultando na formação do Lago de Itaipu, com área de 1.350 km². A primeira unidade geradora da Usina entrou em operação em 1984, e as demais, num total de 18, foram sendo instaladas num prazo de dois a três anos.²²

2.3 Estratégias: prerrogativas dos poderes estabelecidos

Em virtude do objetivo da construção da Usina de Itaipu pelo Estado, uma série de ações foram empreendidas no território escolhido. Estes posicionamentos adotados pelo Estado remetem-nos ao conceito de estratégia de Certeau:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e os objetos da pesquisa, etc.) (1994, p. 99).

Algumas questões permeiam esta discussão. As estratégias são concebidas como um tipo específico de saber, que organiza para si um poder distinto dos demais que possam

²¹ Usina Hidrelétrica Binacional Itaipu: histórico. Disponível em: < <http://www.Itaipu.gov.br>> . Acesso em: 20 de junho 2005.

²² Usina Hidrelétrica Binacional Itaipu: histórico. Disponível em: < <http://www.Itaipu.gov.br>> . Acesso em: 20 de junho 2005.

estar interligados, e é este poder que gere este conceito, fornecendo as estruturas e as políticas que serão empregadas.

Segundo Certeau, essa seria uma prerrogativa dos poderes estabelecidos ou, em outros termos, de sujeitos capazes de empreenderem cálculos, manipulando as relações de força num contexto determinado. Tal habilidade seria conferida a eles pelo fato de serem dotados de um *próprio*, ou de uma base a partir da qual regulam eventuais interações com *outros* que possam vir a significar uma ameaça à ordem vigente.

Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar (CERTEAU, 1994, p. 99).

As estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo. Em suma, tal conceito reflete as opiniões e políticas de um determinado centro de poder que, visando seu desenvolvimento (e, por que não dizer, seu aumento de capital), organizam-se frente a obstáculos que esbarram com tais interesses, e a estas medidas denomina-se estratégias (CERTEAU, 1994, p. 102).

Frente a esta afirmativa, percebe-se que a Usina de Itaipu era dotada de estratégias pautadas em seus interesses, pois estes eram significativos ao desenvolvimento da nação e à manutenção do regime militar vigente, ou seja, a Usina é um agente do Estado e representa os interesses do mesmo.

As estratégias levadas a cabo pela Usina refletiram-se em vários momentos, desde a escolha do local da construção da Usina, do projeto binacional, da escolha do Paraguai como parceiro empreendedor, e quando a mesma se deparou com povos indígenas localizados na área que seria usada para a construção da Usina.

Em suma, em todo momento que algo se apresentava como empecilho para a concretização da Usina, independentemente da natureza deste empecilho, as estratégias de poder eram colocadas em prática.

Pautados no conceito de estratégias elaborado por Michel Certeau, percebemos que, em determinado momento, no desenrolar do planejamento e construção da Usina, inúmeras conjunturas foram se formando podendo representar empecilhos. Para construir algo conforme almejavam os militares e toda a sua idéia de prosperidade e desenvolvimento (sem deixar de ressaltar a soberania e poder que isto fosse representar ao Estado), a Usina de Itaipu

organiza-se como um centro de poder que demanda medidas e posturas com um único fim, a superioridade total de um interesse, a construção da mesma, a maior do mundo, que representou a soberania do Brasil e de seu modelo econômico de cunho militar frente aos demais países da América Latina. Analisaremos de forma relevante cada uma destas situações em que foram empregadas estratégias originadas pelos mentores da Usina.

Os autores Paulo R. Schilling e Ricardo Canese discutem, de maneira crítica, o processo das negociações, acordos, estratégias militares que fundamentaram a construção da Usina. Estas análises partem desde a escolha do local planejado para a construção da Usina, bem como o real motivo para a escolha do parceiro para tal empreendimento, que seria, no parecer dos autores, muito mais uma estratégia militar motivada de imperialismo do que uma mera parceria recíproca de países fronteiriços que almejavam um bem comum, ou seja, muito mais do que o mero desenvolvimento interno através do aumento da energia elétrica (SCHILLING; CANESE, 1991, p. 22).

Neste sentido, a escolha do local para a construção foi uma estratégia do Estado, pois este pautou-se em interesses geopolíticos e econômicos quando optou pelo espaço exato da localização da Usina, na Bacia do rio da Prata, região de imensa riqueza natural e de grande importância a regiões do Brasil, Argentina e Paraguai.²³

Quando o governo militar brasileiro iniciou seu planejamento pela Usina, desencadeou de maneira conflitante um atrito com militares da Argentina²⁴, pois a mesma também elaborava seus projetos quanto ao aproveitamento hidráulico do rio Paraná.²⁵ Toda esta questão era temperada também por uma rivalidade já existente remota ao tempo da *guerra fria* nos anos 50 (SCHILLING; CANESE, 1991, p. 23).

Conforme Leonel Itassu Almeida Mello (1996), que discute as relações entre Brasil e Argentina, a hostilidade recíproca entre os países materializava-se na tensão fronteiriça em que cada país lutava pela preponderância nos países mediterrâneos platinos. O Brasil se

²³ A Bacia do Rio do Prata é a sexta maior do mundo, com uma extensão de 3,5 milhões de quilômetros quadrados. Seus principais rios são: Paraná, Paraguai, Uruguai e o estuário do Prata. Seus afluentes possibilitam à economia da região 15 mil quilômetros de vias navegáveis e a única saída natural para o mar dos países Bolívia e Paraguai.

²⁴ A Argentina, assim como o Brasil, também se encontrava sob regime de Ditadura Militar, que permaneceu no poder de 1976 a 1983.

²⁵ A rivalidade brasileira-argentina da década de 1970 foi intensa com a discussão do aproveitamento do rio Paraná e a construção de duas usinas hidrelétricas num rio internacional. Por um lado havia o projeto da Argentina, a Usina Corpus e do outro o interesse do Brasil de construir a Usina de Itaipu. A usina de Corpus um projeto argentino-paraguaio, seria edificada a 200 quilômetros de onde se planejava a Itaipu. “O valor estratégico de Corpus estava exatamente em seu papel de contrapeso à presença de Itaipu: o projeto binacional argentino-paraguaio poderia reequilibrar parcialmente a balança de poder platina e neutralizar relativamente a preponderância brasileira no Paraguai por meio de incremento da parceria Argentina com o país guarani, que retomaria a pendularidade política em relação aos poderosos vizinhos” (MELLO, 1996, p. 148).

aproximava cada vez mais alinhado estrategicamente ao Estados Unidos, e, com uma forma de governo conservadora, conseguia, com o *milagre econômico*, altas taxas de crescimento, transformando o país em uma potência emergente. Conseqüentemente, se destacava e predominava sobre os demais países na região platina (MELLO, 1996, p.155-163).

No âmbito das relações bilaterais, cada país produziu de si uma auto-imagem idealizada e construiu do outro uma visão preconceituosa, ambas refletindo parcialmente o descompasso existente entre os processos de desenvolvimento brasileiro e argentino. Na percepção Argentina, o Brasil era portador de uma irrefreável vocação expansionista, herdada do “espírito bandeirante” e da geofagia lusitana; na percepção brasileira, a Argentina acalentava um *ethos* irredentista, cujo sonho era a restauração do antigo Vice-Reino do Prata hegemônico por Buenos Aires. Alimentado por esses estereótipos, desde o início do século XIX o relacionamento entre os dois países oscilou pendularmente entre o conflito e a cooperação (MELLO, 1996, p. 33).

O estudo de Henrique Manuel Silva (2005) sobre o panorama evolutivo da política externa brasileira no Cone Sul ao longo de sua história fornece subsídios para a discussão. Para o autor, a dependência econômica e comercial da Argentina em relação à Grã-Bretanha e a do Brasil em relação aos Estados Unidos, acentuada depois da crise de 1929, influenciou de forma decisiva o relacionamento desses países no Cone Sul.

Desde 1941, já se estabelecia o preâmbulo de um tratado sobre livre intercâmbio entre o Brasil e Argentina, e que permitiria, além da adesão de outros países limítrofes, uma forma progressiva de se chegar a uma ampla união aduaneira. Porém, os desdobramentos da guerra na Europa, com o envolvimento direto norte-americano, inviabilizou qualquer tentativa no sentido do amadurecimento da idéia de formação de um mercado comum na América do Sul, embora em meados de 1944, o Brasil já suplantasse a Grã-Bretanha como fornecedor de manufaturados para a Argentina (SILVA, 2005, p.106).

A Argentina tinha dificuldades de relacionamento com os Estados Unidos, pois estes se opuseram ao golpe de estado de 1943 no país, que liquidou com o predomínio do poder das oligarquias agroexportadoras na condução do Estado e fortaleceu os objetivos de Juan Domingo Perón em organizar no país um governo semelhante ao de Getúlio Vargas no Brasil.

Uma operação militar americana foi planejada para reverter a ascensão de Perón ao governo, solicitando a ajuda das forças armadas brasileira. Todavia Vargas buscou formas de dissuadir os Estados Unidos de tal investida, uma vez que naquele momento não seria

interessante ao Brasil desentender-se com esse país vizinho, dados os interesses econômicos e políticos brasileiros.

Novos acontecimentos surgem na arena do Cone Sul, e a conjuntura política de cada país seguiu rumos distintos,

Na Argentina, o malogro da tentativa de golpe por parte das elites agroexportadoras fortaleceu ainda mais o poder de Perón junto às massas trabalhadoras e a setores militares e das classes médias, que o levariam à presidência em junho de 1946 de modo legal e legítimo, através de eleições diplomáticas (SILVA, 2005, p.106).

O mesmo grupo militar que implementara e sustentara a ditadura de Vargas foi responsável por sua queda, e iria compor com os setores mais conservadores da sociedade, tendo à frente o general Eurico Dutra, um regime reacionário e dos mais repressivos, com invólucro democrático-representativo, reeditando muitas das normas restritivas que vigoravam durante os momentos mais sombrios do Estado Novo Dessa feita, sob o manto do combate ao comunismo internacional, num alinhamento voluntário com a órbita americana (SILVA, 2005, p.106).

A dificuldade de relacionamento com os Estados Unidos e a crise na Europa pós-guerra fizeram a Argentina se preocupar com o mercado platino e assim fortalecer sua posição política e econômica dentro da fronteira. O Brasil somente em meados dos anos de 1960 volta a se preocupar com sua política externa em relação ao Cone Sul, e, conforme Silva, ironicamente quando regimes autoritários predominavam na América Latina.

Um novo concerto hegemônico foi planejado pelo Brasil como uma nova abertura diplomática e econômica via Paraguai, uma estratégia geopolítica através do estreitamento das relações com esse país. O Brasil aproveitou a ânsia paraguaia em buscar uma saída para o Atlântico e desfazer-se da dependência econômica e comercial com a Argentina. Todavia, a efetivação dessa aproximação do Paraguai com a país a influência econômica do Brasil se deu com a construção da Usina de Itaipu.

Para Silva, a atitude do Brasil em relação à Argentina e ao Paraguai, “na prática o que se efetiva lentamente é uma espécie de subimperialismo sem império” (2005, p. 109), aludindo ao estudo de Rui Mauro Martini nos anos de 1960 sobre a superexploração do subimperialismo. Em suas análises Martini considerou o Brasil “um centro subimperialista dentro da América Latina”, que proporcionou um lucro sempre crescente a seu sócio maior, a economia imperialista norte-americana (MARINI, 2001, p. 117).

O clima de confrontação se elevou na década de 1970, com o planejamento da construção da Usina de Itaipu entre Paraguai e Brasil. Isso não denotou apenas que a

Argentina foi excluída, mas que a preponderância brasileira estava em ação, e o Paraguai agora seguia as normas estabelecidas pelo Brasil. Reduzia-se, assim, o espaço de atuação paraguaia e, nas palavras de Mello, “alterava-se também a posição relativa das forças em presença no tabuleiro platino” (1996, p. 141).

Apesar da *questão Itaipu* ser considerada como um foco de conflito, ela também representou a cooperação entre Brasil e Argentina, cujos conflitos em torno da construção da Itaipu culminaram, em 1979, com a assinatura do Acordo Tripartite, entre Argentina, Paraguai e Brasil para o aproveitamento dos recursos hidráulicos no trecho do rio Paraná desde as Sete Quedas até a foz do Rio da Prata. Este acordo estabeleceu os níveis do rio e as variações permitidas para os diferentes empreendimentos hidrelétricos na bacia comum aos três países (MELLO, 1996, p.16).

Alguns anos antes, no governo de João Goulart (1961-1964), a Eletrobrás desenvolveu um projeto de uma usina hidrelétrica construída em território brasileiro, que geraria, conforme seus pensadores, a energia necessária que o país precisava para impulsionar seu desenvolvimento industrial e urbano (SCHILLING; CANESE, 1991, p. 23).

Uma usina nacional representava a Goulart uma questão de soberania nacional e os entendimentos com o Paraguai eram dispensáveis. Segundo Juvêncio Mazzarollo, em seu estudo sobre a construção da Itaipu no momento em que ela estava sendo projetada, a usina nacional foi esboçada pelo engenheiro Otávio Marcondes Ferraz, que havia dirigido a construção da Usina de Pedro Afonso (1955), no governo de Café Filho. A usina nacional, denominada de Usina Sete Quedas, aos olhos do Paraguai desrespeitava os acordos internacionais e impossibilitava o governo paraguaio de qualquer possibilidade de também aproveitar os recursos do rio Paraná (MAZZAROLLO, 2003, p. 21).

O interessante, na proposta da Usina de Sete Quedas feita pelo engenheiro Otávio Marcondes Ferraz, pertencente ao Conselho de Administração da Light (empresa norte-americana de energia elétrica de forte presença no Brasil) era sua defesa para que esta ficasse nas mãos das empresas privadas, sem participação do Estado.

A Eletrobrás, como a Petrobrás, foram criadas no governo de Getúlio Vargas, sob a esfinge do nacionalismo. João Goulart, adepto das idéias de Getúlio, defendia que a usina nacional deveria estar sob o comando da Eletrobrás, cuja geração de energia deveria estar a cargo do Estado, o que proporcionaria, segundo Mazzarollo, o caminho para a soberania nacional (MAZZAROLLO, 2003, p. 22).

Não atendendo, portanto os interesses que os Estados Unidos pretendiam no Brasil, não teria o suposto apoio destes, Goulart se inclinava a aceitar a ajuda soviética para a geração de energia no Brasil (MELLO, 1996, p. 22).

Apontado pelos militares por ter estreitas ligações com o *vírus vermelho*, a mídia destacava o *perigo* que a nação brasileira corria com “a Petrobrás entregue aos comunistas e o pior de tudo, todos estes movimentos contam com o apoio e a compreensão do presidente João Goulart” (DIAS, 1993, p. 62).

Com a saída de Goulart do governo através de um golpe militar apoiado pelos Estados Unidos²⁶, a Eletrobrás foi destinada aos comandos de Otávio Marcondes Ferraz. Assim a usina nacional foi excluída dos planos da nação.

De certa forma esta ação é compreensível, se a analisarmos com a noção de desenvolvimento do país proposta pelos militares, cujo planejamento/construção da Usina representa muito mais que uma simples usina que atenderia demandas maiores de energia ao Brasil. Esta foi um signo único ao regime vigente, concebida como uma estratégia de um Estado buscando consolidar sua conjuntura política, econômica e social.

Para o governo militar brasileiro o problema de Itaipu e de toda Bacia do Prata é, efetivamente, um problema essencialmente político, e enquadra-se na estratégia elaborada pelos geopolíticos da escola Superior de Guerra que procuravam estabelecer a hegemonia sobre os países da região. À luz da geopolítica explica-se perfeitamente o que parece ser totalmente absurdo do ponto de vista técnico, econômico, diplomático ou humano (SCHILLING; CANESE, 1991, p. 25).

A aliança do governo militar brasileiro com o Paraguai na construção da Usina de Itaipu torna esta um empreendimento binacional. A escolha do Paraguai para a associação do mega empreendimento teria em seu bojo diversos interesses implícitos, e, supostamente, um deles foi empreender uma atitude imperialista sobre a participação do Paraguai na construção, gerenciamento e benefícios da Usina. Para a percepção de tal fato, torna-se relevante discorrer alguns termos do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de abril de 1973. Um dos pontos que permitem tal percepção reporta-se ao gerenciamento da energia excedente que seria obtida

²⁶ Luis Antonio Dias elaborou um estudo da Folha de São Paulo em que discute o Golpe de 1964, e a abordagem do papel da imprensa neste momento. Sobre a queda de João Goulart, ele análise a derrubada de um presidente eleito pelo povo e derrubado pela Força Armada, cuja Folha de São Paulo afirmou “Goulart governou com os comunistas, tentou eliminar o Congresso atacando a constituição e, desta forma, a intervenção militar foi justa” (1993, p. 80). E, conforme a Folha, com a queda de Goulart, era o fim do governo populista, e o liberalismo político e econômico iria triunfar.

com o perfeito funcionamento da Usina. No tratado acorda-se que a energia excedente produzida somente deveria ser vendida ao país parceiro que a usaria em seu benefício:

A energia produzida pelo aproveitamento hidrelétrico a que se refere o Artigo I será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de aquisição, na forma estabelecida no Artigo XIV, da energia que não seja utilizada pelo outro país para seu próprio (SCHILLING; CANESE, 1991, p. 43).

Comprar a energia paraguaia excedente, sob a alegação de que a necessidade de energia deste país era baixíssima em comparação ao que o lado brasileiro precisava, foi cláusula legítima? Se considerarmos a atitude imperialista do Brasil não somente em relação ao Paraguai, mas também no Cone Sul, não seria interessante que esta energia excedente fosse vendida a outro país, uma vez que o acréscimo de energia num país significaria avanços industriais e, conseqüentemente, econômicos.

Itaipu foi também o fenômeno do Leste paraguaio. Sua construção impulsionou o desenvolvimento do país, um resultado da ajuda do país vizinho. O que se refletiu no pronunciamento do conselheiro da Itaipu, Ezequiel Gonzáles Alcina, e vice presidente do Senado paraguaio:

O que ocorrerá na região oriental do Paraguai não tem precedentes na América Latina. Este fenômeno será inclusive bem maior do que o do Oeste americano, pois enquanto lá foi em função do espírito aventureiro, no Paraguai será pelo interesse popular, com a participação de todos os setores. É um programa que exige participação popular, coisa que não acontece num campo de petróleo no nordeste (OLIVEIRA; NETO, 1975, p. 11).

Não somente no lado brasileiro a população²⁷ é chamada a servir aos interesses do país. No Paraguai não foi diferente. E, por mais que o discurso acima demonstre uma noção pacífica do processo entre Itaipu e a população paraguaia, fontes denunciam o quanto foi conflituosa a situação entre agricultores e grupos indígenas.²⁸

Conforme Mazzarollo, o governo paraguaio adiou ao máximo o pagamento das indenizações, procurando os agricultores apenas quando precisou das áreas. Muitas vezes os agricultores se retiravam das terras sem indenizações. Com a demora das negociações, o lago

²⁷ Compreendo ser impossível discutir a construção da Usina de Itaipu e não falar das desapropriações sofrida pelos agricultores brasileiros que moravam em terras que foram alagadas. Destartes, mesmo não sendo objetivo desta pesquisa, não deixarei de tocar no assunto, para tanto recomendo MAZZAROLLO (2004) e ROCHA (1995).

²⁸ A relação entre os grupos indígenas e a Itaipu, foco central da pesquisa, inicia-se no item 2.4 deste capítulo e foi amplamente debatida no terceiro capítulo.

de Itaipu foi se formando e os agricultores paraguaios não tiveram tempo de se mobilizar politicamente, tendo que aceitar o que o governo impunha. O processo de indenização foi tão simplificado que muitas vezes chegaram a pagar para os agricultores apenas as terras que tinham títulos de propriedade, não abrindo espaço para discussões contrárias à administração (MAZZAROLLO, 2003, p. 153- 156).

É mister ressaltar que a ânsia de ter o país vizinho sobre a tutela do governo militar brasileiro permeia esta discussão. “A opção por Itaipu foi uma típica manobra geopolítica com objetivos claros: satelizar o Paraguai e prejudicar o desenvolvimento argentino” (SCHILLING; CANESE, 1991, p. 23).

A Usina foi projetada para ser um empreendimento binacional, que resultaria em uma grande fonte econômica, que ao mesmo tempo tornaria a energia mais barata, sem grandes problemas à natureza e às pessoas. No entanto, com o passar do tempo dos caminhos e posições assumidas pelo Estado, não foi isto que aconteceu, pois não foi dada a devida importância às questões sociais, aos interesses da população que ali residia, ou mesmo à destruição ecológica ocasionada com a formação do lago Itaipu.

Pautado em sua política desenvolvimentista, o regime militar organizou a estrutura necessária para a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. Isso vale dizer que foram elaboradas diversas estratégias em âmbito nacional que teriam a finalidade de justificar, argumentar a opção política da construção da Usina. A imprensa foi uma delas, comenta Megarda:

Este tipo de propaganda, vinculada a panfletos, slogans, filmes dão base e sustentação a Obra do Século, mesmo antes dela ser iniciada, e vinham ao encontro dos interesses dos que pensavam Itaipu (além do governo, os grandes industriais que necessitavam dessa energia para colocar em funcionamento grandes fabricas, principalmente multinacionais, pós “milagre econômico”), ou seja, de convencer as pessoas que seriam atingidas, que a obra era “necessária” e o progresso sem volta (1997, p. 19).

Certamente esse discurso deveria ser perfeitamente introduzido, fundamentado no sentimento de patriotismo de uma nação que se desenvolve rapidamente a olhos vistos, nação esta que empregava um programa de governo que almejava o progresso, e, para tanto, alguns males seriam necessários, e o povo precisaria cooperar em sua parcela de obrigação.

Compreendemos que, por mais que o país estivesse sob um regime ditatorial e que o mesmo empregasse práticas de censura que bloqueavam resistências quanto à sua forma de

governo, o interesse numa ideologia quanto à necessidade de uma hidrelétrica, a maior do mundo, concederia ao país uma representatividade e um sentido de reverência frente a outros.

Muitas questões referentes à forma como a Usina foi planejada, e do que foi necessário para a sua concretização, ou seja, para torná-la uma realidade, ficaram obscuras, pois a censura não permitia que tais assuntos polêmicos fossem discutidos livremente.

Pautado numa lógica, um grande projeto deveria ter grandes preparativos, grandes exigências e, conseqüentemente, também grandes complicações, sejam estas para a natureza, para o homem e, por que não, para um país.

O discurso militar desenvolvimentista, associado à necessidade de energia, bem como ao do mal necessário, serviu para desviar as atenções quanto aos reais custos que a mesma teria ao Estado, indiferentemente se estes fossem financeiros, sociais ou ecológicos.

A partir desse contexto, pode-se pensar se realmente a Usina precisava ser construída, ou seja, o governo militar precisava mesmo de grandes demandas de energia para alavancar o desenvolvimento que planejava? Propõe-se aqui a pensar na justificativa da construção da Usina bem mais como uma estratégia política do que como uma necessidade econômica.

Por fim, ressalta-se que até mesmo os custos financeiros da Usina dos militares, ou seja, os investimentos gerados quanto à construção da Usina de Itaipu, foram polêmicos. Em termos práticos, a Usina de Itaipu foi planejada para gerar uma capacidade de 12,6 milhões de kw, e um custo calculado de 2,5 a 3,5 bilhões de dólares. A multiplicação destes números foi denunciada como corrupção, fraude, desvio de dinheiro, que mereceram em governos posteriores, uma investigação:

A Câmara de Deputados já aprovou a constituição de uma CPI para averiguar as causas da brutal disparidade entre o orçamento inicial da represa e o seu custo final: U\$\$ 2.033 e mais de U\$\$ 20 bilhões. Mesmo descontando a inflação internacional e a desvalorização do dólar no período, a fraude será possivelmente a maior da história do capitalismo (SCHILLING; CANESE, 1991, p.09).

Para Mazzorollo, o caráter binacional da Itaipu conferia a esta uma autonomia própria, muito mais que uma empresa brasileira ou paraguaia. As decisões somente poderiam ser tomadas em acordo entre os dois países e as prestações de contas somente à Eletrobrás no Brasil e à Andes no Paraguai. Assim, esta “mais se parece com um Estado independente por um pedaço de território brasileiro e outro paraguaio sobre o qual foi erguida uma usina hidrelétrica. É um ente jurídico inédito no direito nacional” (MAZZAROLLO, 2004, p. 27).

É significativo dizer que o endividamento do país durante a ditadura militar multiplicou-se em somas assustadoras, e este endividamento era de natureza interna e externa. A dívida externa cresceu, pois os financiamentos das *obras faraônicas* construídas pelos militares foram captados no exterior, um dos principais e que financiou a Usina foi o Banco Mundial Americano.²⁹

2.4 A Itaipu e os índios Guarani

De todas as já enumeradas, diversas outras estratégias foram usadas até a total concretização da Usina de Itaipu. Assim, as ações de um Estado imaginado como soberano, detentor de uma estrutura de saber inquestionável, se refletiram também sobre um povo indígena, dotado de uma visão de mundo, valores e signos distintos.

Trata-se de sociedades contemporâneas, porém espaços temporais diferentes. Obviamente os Guarani não compartilhavam dos mesmos interesses, da necessidade e significância da Usina para o crescimento/progresso, desenvolvimento da classe empresarial, enfim, da soberania do país. Ao passo que se busca compreender a estrutura e dinâmica das sociedades indígenas no Brasil, percebe-se o quanto sua forma de mobilidade são distintas da sociedade ocidental em que estamos presos.

Assim, objetivou-se pela retirada destes índios do território que ora o Estado almejava para suas concretizações, ou seja, a construção da Usina. Em vista disto, o Estado percebeu que somente negociações não resolveriam o problema, como ocorreu com os indivíduos nacionais que foram indenizados por suas terras alagadas. Estratégias específicas para contornar tal situação deveriam ser empregadas.

Durante o processo de desapropriação, as estratégias foram desde a negação, por parte do Estado, que estes indivíduos fossem indígenas e detentores de direitos, até mesmo uma rápida negociação com algumas famílias, ignorando assim qualquer estatuto, e direitos existentes sobre este assunto, fazendo alianças com outros agentes de governo que representassem também seus interesses, como a Funai e o Incra. Diversas outras formas de pressões foram sendo criadas, e elaboradas conforme a problemática se desenvolvia.

²⁹ Criado em 1944, o Banco Mundial organizou-se como um grupo de instituições afiliadas: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), a Corporação Financeira Internacional (IFC), o Organismo Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI) e o Centro Internacional para Acerto de Divergências relativas a Investimentos (CIADI). Banco Mundial: histórico. Disponível em: < <http://www.bancomundial.org.br> > . Acesso em: 20 de junho 2005.

A despeito destas estratégias empregadas pelo Estado, elas buscavam um determinado interesse, e não permitiam configurar a região Oeste do Paraná como um espaço indígena, digno de reconhecimento conforme estabelecido pela legislação vigente, quanto à definição do que é ser índio, seu direito à posse imemorial³⁰ da terra, e os critérios rigorosos da ação de assentamento destes.

Ao analisar a atuação da Usina em relação aos Guarani no lado brasileiro, despertou-me o interesse em saber como foram as ações da Usina com os grupos indígenas no lado paraguaio. No entanto, a falta de bibliografias sobre o tema dificultou a tarefa. As poucas leituras apenas me forneceram uma breve noção do processo de expropriação dos indígenas da área que foi alagada.

O território indígena alagado pertenceu aos Guarani *Xiripá*, e desapropriou 239 famílias, gerando conflito com a Itaipu paraguaia, que alegava que respeitava as leis e normas legais assumidas pelo tratado binacional, no entanto estas nada diziam sobre reassentar desapropriados, muito menos índios. A obrigação da empresa era pagar indenizações. Somente depois de muita discussão entre as entidades indigenistas paraguaias, duas áreas de 1.000 hectares foram adquiridas pela empresa e registradas pelo Instituto Nacional do Indígena (INDI) e repassadas aos *Xiripá* (MAZZAROLLO, 2003, 157-159).

Obviamente a história dos Guarani *Xiripá*, quanto à busca de territórios para o seu modo de viver, não pode ser expressada em apenas um único parágrafo. No entanto objetivou-se mostrar que o drama vivido pelos Guarani *Nandeva*, situados no Brasil, não foi diferente dos Guarani *Xiripá* do Paraguai.

Ambos Estados com suas políticas indigenistas não souberam solucionar a questão de desapropriação territorial indígena. É mister ressaltar que, apesar de os índios Guarani estarem em países diferentes, ambos não seguem as fronteiras da sociedade nacional em que estão localizados. Segundo Tibes Ribeiro, estes:

³⁰ Avalia-se pertinente discutir o conceito de *posse imemorial*. Encontramos na Constituição Federal referência ao conceito de *terras tradicionalmente* ocupadas por índios. Tal conceito, conforme Pacheco, refere-se à forma como estes se relacionam com a terra, de acordo com a sua tradição, usos e costumes. Não estando ligado à questão de territórios pressupostos à posse imemorial ininterrupta. “Basta que existam remanescentes da comunidade indígena para que seja reconhecida a ocupação tradicional das terras (PACHECO, 2004, p. 151)”. A posse é garantida na legislação – Constituição de 1934 – sendo *originárias* e *congênicas*, ou seja, por mais que estes saiam de suas terras por motivos quaisquer, a posse é permanente. A Lei 6.001 expressa o conceito de *consenso histórico* – “que remete à chamada imemorialidade e à questão do reconhecimento de um direito natural dos índios à terra – e para as diversas concepções sobre a relação entre índios e a terra, vigentes em diferentes períodos históricos” (SOUZA LIMA, 1998, p.172). Oliveira contribui com a presente discussão ao acrescentarmos suas abordagens sobre a investigação das *provas de ocupação* de um espaço que remeterá a um território indígena imemorial. “Sem dúvida a presença de um grupo étnico por longos períodos naquele espaço físico permite encontrar posteriormente algumas marcas visíveis de sua forma de ocupação cultural do meio ambiente, como é o caso de cemitérios, antigas aldeias, sítios sagrados, etc ” (OLIVEIRA&ALMEIDA, 1998, p. 90).

[...] caminantes que são, [...] ajustam seu modo de viver aos pontos nos quais ainda lhe é possível assentar-se, verificando-os e transformando-os em espaços guaranis [...] interage com o entorno que se configura, adaptando-se e se auto-alterando, sem deixar de se auto-identificar como Guarani (2002, p. 171).

2.5 Prerrogativas do Estado: as estratégias

Diante das dificuldades ou, melhor dizendo, do entrave de ter o Oeste do Paraná considerado como área indígena, e o que isso poderia representar para os poderes estabelecidos, tendo em conta a legislação relativa àqueles considerados *índios brasileiros*, especificamente no que se refere ao deslocamento destes povos dos territórios tidos como posse imemorial, a Itaipu, enquanto emissário de um Estado, congrega esforços com o intuito de elaborar estratégias com a intenção de impedir a configuração da região onde se projetava edificar a Usina, como *Área Indígena*.

A legislação oficial brasileira vigente no momento das negociações entre Itaipu, Funai e os índios Guarani (referente ao deslocamento de indígenas devidamente identificados como tal para outra área, independente dos motivos que as impulsiona) era clara quanto aos critérios que deveriam ser tomados:

Art. 2º - § V: garantir aos índios a permanência voluntária em seu “habitat”, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso. § IX: Garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes. Título III- Das Terras dos Índios. Capítulo I- Das Disposições Gerais- Artigo 17: Reputam-se terras indígenas: I- as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas. II- as terras reservadas de que trata o Capítulo III deste Título. III- As terras de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas. Art. 20º: Em caráter excepcional [...] poderá a união intervir [...] em área indígena, determinada a providência por decreto do Presidente da República. § I- Item: d) para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional. § III- Somente caberá remoção de grupo tribal quando de todo o impossível ou desaconselhável a sua permanência na área sob intervenção, destinando-se à comunidade indígena removida área equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas.³¹

³¹ **Estatuto do Índio**, promulgado pelo Decreto n. 58.824, de 14 de julho de 1966, mantido pela Lei n. 5.371, de 05.12.1977 e atualmente em vigor sob n. Lei n. 6001, de 19 de dezembro de 1973. Fundação Nacional do Índio: Estatuto do Índio. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br> > . Acesso em: 20 de junho 2005.

Assim, as negociações do Estado com os indígenas deveriam seguir tais critérios. No entanto, as diversas estratégias empreendidas por este e seus aparelhos de poder foram necessárias para supostamente reverter/manipular os benefícios assegurados ao indígena quanto à posse e restituição da terra.

Diante do exposto, é legítimo afirmar que não interessava ao Estado nacional, concretizado em agências como o Incra, a Funai e a Itaipu, a constatação da presença de índios perambulando pela região e assim a identificação deste território – importante em termos geo-estratégicos para a concretização da Usina - num espaço indígena reconhecido oficialmente, ou seja, uma reserva indígena. Em razão disto, são implantadas providências, a princípio com o objetivo de negar ou ao menos desqualificar a presença de índios no referido local.

Para se entender a atuação do Incra e sua relação com os desdobramentos para com as terras Guarani, é necessário contextualizá-lo vinculado ao Estado, como representante dos interesses deste. Criado em 1970, com a finalidade de demarcar e implantar áreas para a colonização e reforma agrária, passou a ser assunto militar e, através da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, transformou-se em mero órgão executor das diretrizes do regime militar (OLIVEIRA, 1998, p.10).

Perante a existência de uma aldeia indígena localizada em um determinado espaço na região Oeste do Paraná, espaço que o Instituto tencionava utilizar para o assentamento de famílias de colonos nacionais que foram removidos do Parque Nacional de Iguaçu³², o Incra, em meados da década de 1970, instaurou o chamado Projeto Integrado de Colonização do Ocoí, o PIC-OCOÍ, que estabeleceu uma reorganização desta área.

É interessante fazer constar que tal processo empreendido pelo Incra esteve pautado em um conjunto de interesses e conceitos estabelecidos pelo Estado. Este órgão com suas ações representou o poder nacional, cabendo-lhe a incumbência de garantir a sustentação da política desenvolvimentista da Ditadura Militar, que, neste momento, se refletia na colonização de uma área por indivíduos nacionais que supostamente corporificavam ideais desenvolvimentistas do Estado brasileiro.

Frente ao problema territorial, entre índios e segmentos da sociedade nacional, que almejavam uma mesma área (salvo que os Guarani situavam-se neste espaço a um

³² O **Parque Nacional do Iguaçu** foi criado pelo artigo 29, do Decreto-Lei nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939, com cerca de 3.000 hectares, acrescido de área que lhe foi incorporada pelo Decreto-Lei nº 6.587, de 14 de junho de 1944, e pelo Decreto nº 86.676, de 1º de dezembro de 1981. No ano de 1986 é tombado pela UNESCO como Patrimônio Nacional da Humanidade, perfazendo hoje uma extensão de 185.265,5 hectares e 400 quilômetros de perímetro. Parque Nacional do Iguaçu: histórico. Disponível em: < <http://www.ibama.gov.br> > . Acesso em: 20 de junho 2005.

determinado tempo, refugiados das diversas partes do Oeste do Paraná, isolando-se dos conflitos e agressões das investidas do colonizador nacional), o Incra planejou ações para priorizar os interesses nacionais, neste caso, do indivíduo cidadão do Estado.

Tal afirmação torna-se lícita associada às muitas denúncias e reclamações que o povo Guarani fez, sustentando as complicações para seu povo frente à criação do PIC– OCOÍ do Incra:

Em dezembro de 1975, Nicolas Fernandes, se apresenta na sede da 4ª DR e informa que as 8 (oito) famílias moram na barra do Rio Ocoí, Município de Foz do Iguaçu. Estas famílias se acham sob ameaça de despejo por parte do Representante do Incra, vista a implantação do Projeto Integrado de Colonização Pic-Ocoí do Incra para reassentamento de civilizados que ocupam terras do Parque Nacional do Iguaçu (DOC. 28: 25.10.1984).

Conhecedores do interesse nacional de edificar uma mega Usina Hidroelétrica no Oeste do Paraná e, assim, as inúmeras preparações e desdobramentos de tal empreendimento, ou seja, a criação do reservatório da Itaipu e a provável inundação de uma considerável parcelas de terra, a Funai, em conjunto ao Incra, nomeou um Subgrupo de Trabalho com objetivos muito específicos.

Conforme atesta a portaria da Funai de 23 de março de 1977, a mesma deliberou a organização do Subgrupo de Trabalho XV, cujo objetivo principal era “examinar a situação do grupo indígena Guarani ali localizado em Santa Terezinha ou Três Lagoas no Estado do Paraná, bem como manter entendimentos com autoridades da região objetivando solucionar o problema de localização do referido grupo indígena” (DOC. 2: 23.03.1977).

A tarefa era significativa, ou seja, a averiguação da existência de indígenas, e, em caso positivo, detalhar suas condições de sobrevivência. O Subgrupo de Trabalho XV foi constituído por duas pessoas: Saul Carvalho Lopes, funcionário da Funai, e Wilson Luiz Kaniak, advogado do Projeto Fundiário do Paraná, servidor do Incra. Tiveram dois dias para a conclusão dos trabalhos, bem como para apresentar as soluções para o caso.

Percebe-se que, para o presidente da Funai, a presença de antropólogos e especialistas na questão indígena, no momento da constituição do Subgrupo de Trabalho, não foi relevante. Deu-se preferência a sujeitos imbuídos dos valores das políticas do Estado, pautados em interesses nacionais, que tinham como objetivo iniciar o processo de desapropriação territorial deste povo indígena.

Constata-se a pressa da dupla Funai/Incra para resolver tal situação, mesmo que, para isto, fosse necessário *atropelar* várias situações do início do processo de desapropriação. Este

fato reflete-se no prazo determinado para tal função do Subgrupo de Trabalho, ou seja, a de percorrer duas áreas extensas, o município de Foz de Iguaçu e São Miguel do Iguaçu, e ainda elaborar as análises propostas na criação do Subgrupo em apenas dois dias.

Esta portaria permitiu a descoberta da existência oficial dos Guarani no Oeste do Paraná, pois, se a Funai recebeu em 1975 informes sobre o conflito territorial entre o Incra e os Guarani, o mesmo não foi oficial, o que naquele momento será.

2.6 A conveniência das conclusões do Subgrupo de Trabalho

As informações contidas no relatório do Subgrupo de Trabalho foram de grande valia para o Estado. As constatações apresentadas quanto à questão indígena nortearam praticamente todo o processo de negociações entre o Estado, que tentava barganhar a disputa territorial, representado por seus agentes e a comunidade indígena Guarani.

Sobre esta questão, cabe considerar o relatório deste Subgrupo de Trabalho XV, datado de 19 de abril de 1977, que apresenta os resultados das análises feitas por este Subgrupo, ao percorrem os municípios de Foz de Iguaçu e São Miguel do Iguaçu (DOC. 3: 19.04.1977).

No dia 5/04/77, este Subgrupo percorreu a área de Foz de Iguaçu, denominada Colônia Guarani, situada à margem direita da Rodovia BR-277, abrangendo uma área exata de 517,9771 hectares. Identificando 71 (setenta e uma) ocupações possessórias de lotes rurais, dos quais 62 (sessenta e dois) já autorizados pela presidência da Autarquia. Mas necessariamente sobre o grupo Guarani o Subgrupo constatou “a inexistência de qualquer elemento indígena, constatada ‘in loco’ e corroborada pela relação nominal dos ocupantes, já devidamente caracterizados e habilitados pelo Incra à titulação definitiva” (DOC. 3: 19.04.1977).

No mesmo documento, o Subgrupo relatou sua visita ao município de São Miguel do Iguaçu na data de 6 abril de 1977. Ali situava-se a sede do PIC-OCOÍ, projeto especificamente criado pelo Incra (sobre o terreno antiga Gleba 84, situada sobre os municípios de Foz de Iguaçu e São Miguel do Iguaçu), para fim exclusivo de assentamento de famílias de colonos retirados do Parque Nacional do Iguaçu. O terreno, inicialmente abrangia uma área de 12.500 hectares, a qual, com a construção da Itaipu, viria a perder 2/3 (dois terços) de sua superfície originária, em decorrência da inundação do reservatório a se formar. Ela seria dividida em PIC-OCOÍ-I, que corresponde a 1/3 (um terço) da superfície original

útil, e PIC-OCOÍ-II, os 2/3 (dois terços) que seriam submersos pelas águas. Sobre as duas áreas o presente documento relata:

A área que compreende o PIC-OCOÍ-I, já se encontra em fase final de emancipação, isto é, com lotes demarcados e titulados aos colonos, que os cultivam através de processos de mecanização e cuja prosperidade se faz notória. Não há, ai, qualquer resquício de elementos indígenas (DOC. 3: 19.04.1977).

O que se evidenciou, é que estas terras privilegiadas, pertencentes aos colonos, não seriam no futuro problemas para a construção da Itaipu Binacional, e a inexistência de índios nestas terras reflete a inexistência destes.

Ao fazer referência da PIC-OCOÍ-II, o documento atesta a existência de povo Guarani:

Adentrando, mais além, pela porção que integra o PIC-OCOÍ-II, especialmente às margens do Rio Paraná, constatamos a existência de 11 famílias indígenas já identificadas pela Administração do PIC-OCOÍ, em processo de aculturação e cuja subsistência abtêm da pesca, efetuada no Rio Paraná e de produtos agrícolas extraídos das lavouras que cultivam ao redor de suas moradias (DOC. 3: 19.04.1977).

Por fim, o Relatório do Subgrupo de Trabalho apresenta soluções para o assentamento destas 11 (onze) famílias que teriam futuramente suas terras alagadas, sendo que as mesmas deveriam ser assentadas às margens do lago formado pela represa, ressaltando ainda que o local do assentamento destas não deveria ser distante do que por ora ocupam, relevando-se, para tanto, os hábitos de sobrevivência que mantêm e o aspecto sociocultural que os vincula àquela localidade.

Apresentadas as constatações e propostas do Subgrupo de Trabalho, é imprescindível que façamos uma análise crítica da metodologia usada pelos dois indivíduos nomeados para coordenar tal trabalho e assim adquirir a compreensão do que supostamente foi ou representou este Subgrupo.

A análise do presente documento possibilita diversas hipóteses e constatações. Uma delas reflete nas extensas áreas que foram percorridas pelo Subgrupo, ou seja, por apenas duas pessoas, em um prazo restrito e curto, sendo que cada área foi *visitada* em um só dia. Tem-se a conclusão de que estas não foram percorridas suficientemente, para assim apresentar a verdadeira situação em que se encontravam estes territórios, ou mesmo a constatação da existência concreta de populações indígenas.

Outro fator de significativa importância é a atitude do Subgrupo em pautar suas análises em diálogos com servidores do projeto PIC-OCOÍ, como o documento mesmo referencia, “dialogando com o Executor, do PIC-OCOÍ [...] fomos pelo mesmo atendidos, com a designação de um servidor, com pleno conhecimento do terreno e da atuação do Projeto, para nos acompanhar [...]” (DOC. 3: 19.04.1977).

Este método de investigação das tarefas incumbidas aos servidores estatais, constituído de um mero diálogo com os funcionários do Incra responsáveis pelo implemento do PIC-OCOÍ-I, apresenta-se um tanto questionável frente à observação que estes poderiam estar atendendo também a um mesmo objetivo nacional. A alegação destes, da completa inexistência de índios naquela área, refletiu a ânsia do Incra de não encontrar índios e conceder a área aos posseiros do Parque Nacional de Iguazu, e, acima de tudo, o desejo de que estes sujeitos, os Guarani, não se tornassem um estorvo aos projetos da Usina de Itaipu.

A composição do Subgrupo fornece muitos entendimentos e ilustra perfeitamente a ação conjugada dos dois agentes do Estado, Incra e Funai, que, quando solicitados a entrarem em cena, representaram de forma pertinente os *interesses da nação*.

Torna-se lícito supor que a capacitação dos indivíduos é colocada em prova quando os mesmos são desprovidos de qualquer treinamento empírico, ou formação acadêmica para averiguar e/ou constatar que os sujeitos presentes nas áreas percorridas apresentariam signos de indianidade, ou seja, sua maneira de ocupar o espaço, de sobreviver e migrar, em palavras mais claras, *o jeito de ser e viver Guarani*.

Os mesmos funcionários e suas motivações são pensados no trabalho como uma das estratégias elaboradas e colocadas em prática pelo Estado representado por seus agentes, cujo registros equivocados tiveram repercussões graves em todo o processo de desapropriação territorial dos Guarani.

Neste sentido, a constatação de 11 famílias indígenas no PIC-OCOÍ-II seria diferente se os índios tivessem sido consultados, e expostos à verdadeira situação que sofreram, informando que, por várias repressões do Estado e seus agentes, as demais famílias Guarani refugiaram-se no Paraguai ou estavam a perambular pela região, e estes, possivelmente mais tarde, retornariam ao seu *tekoha*. Assim, os diversos aparelhos de poder que lidaram com esta questão perceberiam que suas conclusões são infundadas, e que estas 11 famílias não são apenas remanescentes dos *verdadeiros* Guarani, como deduziam, e sim poucas famílias que permaneceram em seu território, apesar dos constantes atos de violência empreendidos pela sociedade nacional.

Foi no território³³ ocupado pelos Guarani, ou seja, o seu *tekoha*, que se deu o processo de conflito entre os Guarani e os diversos agentes da sociedade nacional³⁴, Itaipu, Funai e Incra. Este processo de conflito referenciado consistiu na desapropriação territorial que este povo sofreu com o advento da Itaipu. Este conflito teve, ao seu centro, formas de ação de um Estado, com modos de relacionamento e estratégias de poderes concebidos para coincidir com uma única nação.

Enfim, neste conflito territorial, entre estas duas visões de mundo distintas, cada qual com seus objetivos de vida, percebe-se o que Antônio Carlos Souza Lima chamaria de guerra de conquista:

É a presença do outro, como categoria e realidade – habitante dos espaços a serem assenhoreados por um movimento de expansão de um eu/nós – o elemento lógico a detonar um universo de possibilidades relacionais, nos planos sociais e simbólicos. Melhor caracterizável por uma modalidade de guerra, e com fundamento de certas formas de poder que a sucedem, passível de ser elaborado e intitulado de conquista (1995, p. 46).

Neste sentido, a guerra de conquista pode ser diferenciada de outros tipos de guerra, que, no sentido aqui utilizado, são sempre levados a cabo por uma organização militar e controlados pela administração de Estados com maior grau de dependência funcional entre suas partes, face a povos que lhe são distintos, cujo destino, na relação do conflito, pode oscilar entre aniquilamento ou a plena absorção (SOUZA LIMA, 1995, p. 51).

³³ É importante informar que o conceito de território em relação a comunidade indígena está pautado nas considerações de Dominique Tilkin Gallois, ao considerar que as “diferença entre ‘terra’ e ‘território’ remete distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena. A noção de ‘Terra Indígena’ diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de ‘território’ remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial (2004, p. 39). Associado ao conceito de território esta o processo de territorialização, muito bem definido por João Pacheco de Oliveira como a “atribuição a uma sociedade de uma base territorial fixa se constitui em um ponto-chave para a apreensão das mudanças por que ela passa, isso afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais” (1993, p. 28). Nesse sentido, “a noção de *territorialização* é definida como um *processo de reorganização social* que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 1998, s/p).

³⁴ A expressão *sociedade nacional* não pode ser utilizada para os índios, como também não para outros segmentos da população, num sentido exato, pois a comunidade indígena não tem nada de nacional, quando se enfoca sua descendência em face da unidade de suas tribos. Do mesmo modo, o conceito *sociedade* não se deve entender como uma unidade compacta e homogênea. *Sociedade nacional*, significa, portanto, não-índio, dominante, colonial, *branco*, ocidental, cristão, capitalista, alfabetizado de língua portuguesa, *civilizado*, vinculado ao Estado. Assim mesmo, não significa tudo ao mesmo tempo, apesar de conter em seu bojo, uma certa mistura de cada um desses significados. Para aludir aos Guarani, farei referência à *comunidade indígena*, conforme o Estatuto do Índio, que define os grupos tribais.

As afirmações de Souza Lima ficam mais claras quando pensadas na questão do povo Guarani, sendo que, desde o primeiro momento em que a sociedade nacional se deparou com este povo, ela adotou uma guerra de conquista, na busca de inserir/integrar este povo indígena, e distinto a ela, à sua civilização.

Apresentado o Relatório do Subgrupo de Trabalho XV, a Funai em um Ofício de 1º de junho 1977, informava a existência de 11 famílias indígenas enviado à Itaipu. Estavam localizadas na região que seria inundada pelo reservatório, e informava também que a solução deste problema seria o assentamento destes indígenas em uma outra área, às margens do lago a ser formado (DOC. 4: 01.06.1977).

A Itaipu passou a organizar a desapropriação destas terras juntamente com o Inca, objetivando a rápida solução deste entrave frente à construção da Usina. Até mesmo porque, a cada novo período de análises daquelas áreas, apareciam novas famílias indígenas, o que poderia representar mais dificuldades nas negociações (DOC. 5: 20.07.1977).

Em resposta a informação destas 11 famílias que teriam suas terras alagadas o Diretor da Itaipu, num ofício de 4 de setembro de 1978, expõe a proposta de uma área localizada pela empresa, com aproximadamente 110 hectares, dentro do perímetro do reservatório. Tratava-se de uma ilha, não sujeita a alagamento, não distante do território em que os Guarani viviam e não distante das reivindicações destes (DOC. 6: 04.01.1978).

A proposta empreendida pela Itaipu e com o aval da Funai não agradou aos Guarani, e esta não aceitação foi entendida pela Itaipu de uma ambição indígena por mais terras, complicando e atrasando cada vez mais a construção da Usina.

Os Guarani sabiam que esta *ilhota* não poderia abrigar as 11 famílias indígenas e as demais que retornariam posteriormente, e ao mesmo tempo garantir a sobrevivência física e cultural do grupo. É importante perceber que a proposta da Itaipu não considerou a reivindicação dos Guarani de uma área que se aproximasse da extensão que tinham antes da chegada do não-índio.

Assim foi que, em 1979, funcionários da Funai transferiram as famílias indígenas para o Posto Indígena Rio das Cobras, situado no município de Laranjeiras do Sul. Essa transferência não chegou a efetivar-se, pois muitos Guarani retornaram novamente ao seu antigo território *Jacutinga*.

Conforme Almeida, nos anos de 1970, o grupo Guarani *Ñandeva* ocupava terras entre os rios e riachos de *Jacutinga*, *Oco'y*, *Bela Vista*, *Guaviró* e *Passo Cue*. Em contato com a colonização desta área, estes nos anos de 80, transladaram para o espaço compreendido entre

os rios *Oco'y* e *Jacutinga*. Identificados nesse território, os Guarani ficaram conhecidos como Guarani do *Oco'y* e sua área de ocupação (*tehoha*) de *Jacutinga* (1995, p. 55).

2.7 A ciência a serviço do poder central: os laudos antropológicos

Visando soluções para o impasse dos fatos criados com a presença de um povo indígena por uma área que o Estado reclama para a sustentação de suas metas de desenvolvimento (a consolidação de uma mega Usina que representaria seu programa de governo) e, acima de tudo, a sustentação do governar específico daquele período, a Ditadura Militar, a Itaipu e Funai, em acordo, desenvolveram ações ou, melhor dizendo, estratégias que deveriam negar ou mesmo desqualificar a presença indígena na área.

Assim, a Itaipu listou as 11 (doze) família indígenas que seriam reassentadas às margens do lago a ser formado pela represa, e solicitaram à Funai que organizasse um laudo de identificação destes indivíduos para a comprovação plena de sua indianidade e, portanto, sendo *verdadeiros* índios, receberiam os lotes de propriedade.

Com esta finalidade, constituiu-se uma dupla de pesquisa, composta por uma assistente social, Maristela Sundfeld e um funcionário da Funai, chefe do Posto Indígena Rio das Cobras. Em uma viagem de estudo, os pesquisadores mantiveram contato com os índios Guarani na busca da comprovação da identidade étnica dos indivíduos listados pela Itaipu (DOC. 7: 03.04.1981). No entanto, as conclusões quanto à identificação são incertas e não definem objetivamente quais sujeitos poderiam ou não ser índios naquela área. Compreensível, pois, novamente o grau de capacitação destes sujeitos é questionável, tanto quanto aos métodos de averiguação da indianidade, a carência de cientificidade nos estudos, ou mesmo referenciais teóricos que supostamente poderiam nortear um diagnóstico científico confiável.

A dupla de pesquisa apresentou uma resposta aos anseios do Estado. A dupla analisou e concluiu, norteadas naquilo que o mesmo ambicionava que fosse. Em suma, a total negação que aqueles sujeitos poderiam ser índios, ou então uma redução do número destes, refletiu uma não complicação com a legislação vigente, o que facilitaria as negociações de ressarcimento com lotes individuais, sem fugir do domínio da Usina.

Frente à imprecisão das informações recebidas pela dupla de pesquisa, a Itaipu novamente pressionou a Funai para que a mesma desse cabo de suas funções e determinasse, de forma clara e exata, os nomes dos *verdadeiros* índios, para o início do processo de titulação das áreas, e assim a liberação do território ocupado pelos Guarani. A resolução de tal

impasse se deu com a contratação, pela Funai, do antropólogo Célio Horst, que deveria, em uma viagem ao PIC-OCOÍ, elaborar uma análise de identificação étnica daqueles sujeitos e assim constatar os *legítimos* índios (DOC. 9: 03.06.1981).

Empenhado em um objetivo muito bem definido, este antropólogo procedeu à verificação da identidade étnica pautado em critérios que, segundo ele, são divididos em três categorias, indicadores, que possibilitariam, através de cálculos específicos, a identificação dos *verdadeiros* indígenas. A alteridade estava condicionada à obtenção de um certo número de pontos, calculados em relação aos critérios que seguem:

Indicadores apontados pela sociedade nacional: denotação pejorativa, origem étnica, elementos culturais representativos, características qualitativas e pigmentares e mestiçagem; indicadores apontados pelo índio: identidade histórica, índios identificados, língua, arte indígena e alimentação; indicadores apontados pela Funai: critérios histórico-geográfico, critério cultural, auto-identificação, identidade tribal e identidade de caráter (DOC. 8: 05.1981).

Baseado nesses critérios, o antropólogo identificou 5 (cinco) famílias que seriam Guarani *verdadeiros* e estigma o restante dos indivíduos que não se enquadram em seus *indicadores*, tidos como não-índios, sem direito à concessão de terra pela Itaipu. Diante deste resultado, percebe-se o quanto foi interessante para o Estado a contratação deste antropólogo, que, pautado em indicadores questionáveis, que diferem dos estudos sobre alteridade, identidade e grupos étnicos desenvolvidos até o momento. Ou seja, são carentes de uma cientificidade, mas refletem uma perfeita solução para o problema. Seriam somente 5 famílias a serem recolocadas em uma outra área, e o mesmo ainda sugere “que as famílias identificadas como sendo indígenas possam residir na área Guarani do PINHAL, PI Rio das Cobras, conforme seu próprio desejo” (DOC. 9: 03.06.1981).

Foi interessante à Funai, nesse momento, até mesmo como uma astúcia de legitimação dos resultados, a contratação de um antropólogo, mesmo que este, em seu trabalho, não atentasse para as especificidades dos povos indígenas, donos de uma rede de sentidos distinta da sociedade nacional. É lícito supor que seus resultados de identificação étnica são arbitrários e impregnados de interesses, desqualificar aqueles sujeitos, bem como reduzir o número dos mesmos, facilitando o caminho para a edificação da Usina.

Questionando os critérios usados e o resultado do parecer de Célio Host, a ABA produz outro parecer antropológico, publicado pelo CIMI³⁵, ANAI³⁶ e Comissão de Justiça e Paz do Paraná. O antropólogo Edgar de Assis Carvalho, responsável pelo parecer, propõe uma reconstrução da trajetória histórica dos Guarani como forma de compreensão para conseguir comprovar a posse imemorial destes ao território e comprovar que estes não são remanescente dos antigos Guarani, são na verdade Guarani *Ñandeva* (DOC. 11: 1981).

A especificidade guarani foi analisada pelo antropólogo através de fontes etno-históricas (relatos de viajantes, arquivos, relatórios, levantamentos etnológicos, arqueológicos, e de ampla bibliografia clássicas sobre os Guarani), permitindo a este evidenciar a magnitude da questão guarani.

A partir deste levantamento histórico e da forma de organização da cultura guarani em tempos longínquos, o antropólogo define a preservação da língua guarani pelos mesmos como forma de unidade/diferenciação étnica. Na orientação mística da cultura Guarani, o religioso exerce papel dominante na organização social, como mantenedora de uma etnicidade mesmo que relativa:

Os guarani do Ocoí parece confirmar esse conjunto de característica pela importância que ainda atribuem às representações religiosas, aos lugares reservados aos mortos, às rezas, às danças. Mesmo premidos pelas condições atuais em que se encontram submetidos, procuram exibir além de seus instrumentos religiosos – principalmente o macará (Mbaraká) e o Takuapu, instrumento de percussão só utilizados por mulheres – cestos (Yruaguê), cachimbos (petyngué) e outros elementos da sua cultura material que não encontram paralelo em outros grupos considerados “integrados”, principalmente os do Sul do País (DOC. 11: 1981, p. 09).

Destartes, o parecer da ABA e CIMI contesta o parecer da Funai, questionando os resultados e referenciando-os como *indicadores fascistas* aplicados pelo *pseudo-antropólogo*; demonstra que estes não atestavam de forma alguma a historicidade dos Guarani, e que todos

³⁵ **CIMI**: Conselho Indigenista Missionário. Organismo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, quando o Estado brasileiro assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como única perspectiva, o CIMI procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos promovendo as grandes assembléias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural. Conselho Indigenista Missionário: quem somos. Disponível em: < <http://www.cimi.org.br> > . Acesso em: 20 de junho 2005. Para uma análise do CIMI, consultar PREZIA (2003).

³⁶ **ANAI**: Associação Nacional de Apoio ao Índio. Organização indigenista de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1978, com sede em Salvador, Bahia, para discutir e promover alternativas mais justas de relacionamento de sociedade brasileira com as sociedades indígenas. Desenvolve atividades de divulgação e de promoção dos direitos principalmente dos povos indígenas que vivem na região Nordeste e Leste do país, embora tenham atuado em prol dos Guarani no *Oco'y*. Associação Nacional de Apoio ao Índio: Sobre o Anai. Disponível em: < <http://www.anai.org.br> > . Acesso em: 20 de junho 2005.

no território *Jacutinga* se identificam e são índios; e denomina o processo de *vandalismo cultural*, que desrespeita a Lei Federal 6.001 e finaliza:

Que se respeite a história cultural de cada grupo indígena, que se imprima significado positivo à auto-identidade étnica, esses serão os requisitos mínimos, senão indispensáveis, para que as culturas indígenas em seu conjunto possam exercer sua diversidade no corpo da Nação Brasileira (DOC. 11: 1981, p. 11).

Inicia-se, então, todo um processo de negociações para o assentamento dos sujeitos identificados como Guarani pelo parecer da Funai, desconsiderando o parecer da ABA, ou seja, nem mesmo referenciando-o como uma segunda opinião da questão de alteridade.³⁷

João Pacheco de Oliveira (1999) alerta para as suspeitas dos órgãos indigenistas quanto à autenticidade da cultura dos índios, como uma ação de *manipulação falseadora*, que se valem os interessados em consonância com o Estado.

Os direitos indígenas a território não decorrem de uma condição de primitividade ou de pureza cultural; os grupos indígenas não são culturas presas/estáticas ao passado, grupos que vivem na selva, pertencente a instituições primitivas e, portanto, atrasadas se comparadas à sociedade nacional. O caráter de primitividade é preocupante ao passo que poderá, segundo Oliveira, constituir um pólo de oposição entre culturas intocadas e culturas afetadas por processos de aculturação. Foi uma classificação simplista, de *autêntica* versus *inautêntica*, que acaba por complexificar os direitos indígenas, pois, por vezes, o Estado adere à tal referência e age de forma preconceituosa em relação à coletivos indígenas, frente a interesses particulares, ou próprios (OLIVEIRA, 1999, p. 116,117).

Neste sentido, os Guarani do *Oco'y* foram enquadrados como grupo tribal aculturado³⁸ pela sociedade nacional e pouco detentor de sua cultura originária, restando, assim, conforme Host, apenas 5 famílias que deveriam receber títulos de terras. Foi negado ao restante dos indivíduos o direito de serem etnicamente diferenciados e sem referencial algum de cultura

³⁷ Sobre os laudos periciais que têm como exatidão verificar-se tal indivíduo é ou não pertencente a um grupo étnico, Oliveira alerta para a importância que eles têm quando colocados ao contexto judicial ou servindo interesses públicos. As denominadas periciais são comparados na exatidão da chamada perícia de paternidade, beirando a um caráter assustador (OLIVEIRA, 1998, p. 270). Referencio Oliveira para demonstrar o valor incontestável que teve o parecer antropológico de Célio Host para as negociações entre comunidade indígena e Estado.

³⁸ A título de informação, o conceito *aculturação* não serve mais como aporte para se compreender o processo de relacionamento entre sociedades distintas, pois é homogeneizante/impreciso e caracteriza apenas uma via de assimilação. Apenas os índios incorporariam elementos de outra cultura, o que não aconteceria com a sociedade nacional, neste caso específico. Um instrumento de análise que deve ser criticado e superado por outras formas de análises que possam compreender de modo significativo a mobilidade/dinâmica das sociedades indígenas, que foram desde sempre agentes de suas ações e história.

autóctones. Outro erro, pois, para Oliveira, proceder a uma investigação na pauta identitária e simbólica de culturas de índios atuais, para relacioná-la com as de populações autóctones e garantir uma pureza cultural, é uma forma errônea de se compreender coletivos indígenas em adaptação (consciente e politizada) com o mundo moderno e globalizado (OLIVEIRA, 1999, p. 118).

Ora, buscar autenticidade da cultura indígena é negar que esta não seja dinâmica. É um preconceito. Ao passo que as perdas culturais são mais significativas que a incorporação de novos signos à cultura como busca de mobilização, política indígena em favor das sociedades indígenas. “Operadores externos são ressemantizados e fundamentais para a preservação ou adaptação de uma organização social e um modo de vida indígena” (OLIVEIRA, 1999, p. 117).

Deve-se enfatizar que esta concepção desconsidera a historicidade a qualquer cultura, ou, em outros termos, as transformações que perpassam a estrutura³⁹ de significados das sociedades oriundas da atuação dos atores sociais, entre os membros de um mesmo grupo étnico, com a natureza e/ou com os outros.

Por outro lado, entretanto, como as circunstâncias contingentes da ação não se conformam necessariamente aos significados que lhes são atribuídos por grupos específicos, sabe-se que os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais. **É nesses termos que a cultura é alterada historicamente na ação.** Poderíamos até mesmo falar de “transformação estrutural”, pois a alteração de alguns sentidos muda a relação de posição entre as categorias culturais, havendo assim uma “mudança sistemática” (SAHLINS, 1990, p. 07, grifo meu).

Itaipu, Funai e Incra de um lado, representando os interesses do Estado e, de outro, o CIMI e ANAI e os indígenas. No entanto, somente no ano de 1982 chegou-se a um acordo de assentamento dessa comunidade em uma área de 251,15 hectares. O acordo foi estabelecido numa reunião de 12 de maio de 1982, na área indígena da *Jacutinga*, cujo aceite oficial foi representado com a assinatura da ata da reunião (DOC. 16: 12.05.1982).

A referida área era do domínio da Itaipu e do Incra, localizada na Gleba *Oco'y*, numa das reservas florestais do projeto PIC-OCOÍ, no município de São Miguel do Iguacu, às margens do reservatório da Usina. A Usina atesta, em seus documentos, que a área para a realocação dos Guarani era melhor que a anterior, com água potável de poços artesianos e terras de Classe I de Aptidão Agrícola (DOC. 41: 1988). Tal áreas supostamente escolhida

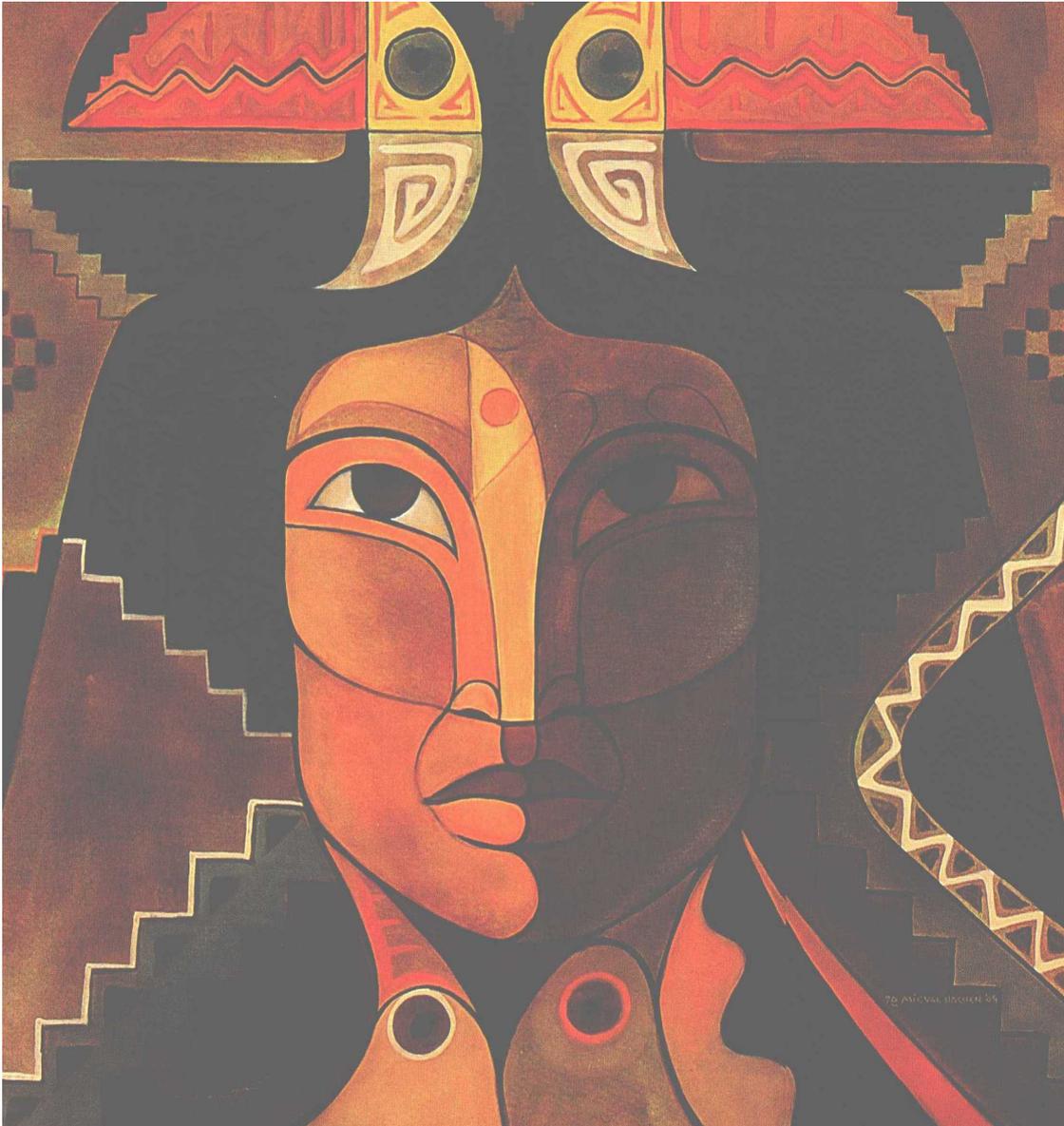
³⁹ Quanto à noção de estrutura, debruçamos sobre as palavras de Sahlins, quando o mesmo afirma que “o que os antropólogos chamam de ‘estrutura’ – as relações simbólicas de ordem cultural – é um objeto histórico” (SAHLINS, 1990, p. 07-08)

pelos próprios Guarani, foi destinada à comunidade pelo Incra, e a demarcação ficou a cargo da Funai.

Satisfeita com o acordo firmado, a Itaipu considerou a questão resolvida, pois o assentamento seria realizado tão logo a nova área estivesse demarcada. As indenizações das benfeitorias seriam pagas à Funai, que aplicaria o valor na implantação do novo território, organizando assim a sua estrutura. No entanto novas redes de complicações foram se formando a partir do momento em que os Guarani se estabeleceram na nova área.

Trata-se de complicações como: a) o problema da demarcação da terra que se deu pelo deslocamento dos marcos da divisa por colonos por diversas vezes; b) pelo desmoronamento de terras as margens do reservatório decorrente da movimentação das águas do lago; c) o aumento populacional destes, ocasionado por migrações de outros Guarani que estavam em territórios distantes e retornaram ao seio de sua aldeia; c) a impossibilidade de os indígenas realizarem seus tradicionais artesanatos, em particular cestaria, pela falta de matéria-prima na área; d) a dependência dos indígenas em relação à Funai, ao Município (recebimento de cotas de leite de soja) e à sociedade regional (frequência ao lixão municipal e trabalho como bóia-fria) para lograrem sobreviver.

FIGURA 8 – ICONOGRAFIA SOBRE OS GUARANI II



Apud: Agenda da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional do ano de 2005. Autor: Miguel HectorHanchen.

Capítulo III – A organização política dos Guarani na reocupação dos seus territórios

Agora nós queremos ver a escritura de terra de America do Sul na mão de Governo Brasileiro assinado por Deus nós também vamos rezar e perguntar a Deus nós achamos que Deus não ordenou para massacrar o Indio Brasileiro o Deus não quer isso, que nós estamos vivendo somos irmãos.

Comunidade Guarani

Este capítulo é dedicado à análise da constituição da segunda reserva indígena no Oeste do Paraná, *Tekoha Añetete*, situada na cidade de Diamante do Oeste, constituída em 1997, depois de muitos acordos, negociações e, acima de tudo, mobilização política Guarani.

3.1 Santa Rosa do Oco'y: espaço de reelaboração cultural e política

Os órgãos ligados às negociações da nova terra, de Santa Rosa do Oco'y, percebiam que os problemas em relação à sociedade indígena e, mais especificamente à questão territorial, estavam definidos e resolvidos, sendo que cada integrante das discussões assumiu suas responsabilidades, e, dentro deste grande conjunto, tudo estava ordeiro.

Ora, se o problema era o deslocamento desta população para uma nova área, isso já havia sido concretizado. Assim a Itaipu não teria mais responsabilidade sobre os índios Guarani. Esta prerrogativa, concebida como *estratégia de negação*, foi colocada em ação sempre que a mesma achou conveniente, o que será demonstrado mais adiante pela análise da documentação.

Veremos, no entanto, que novos acontecimentos surgem no mesmo território envolvendo a mesma comunidade indígena. É importante salientar que estas contingências incomodaram a Usina de Itaipu e muitas foram decorrentes da mobilização indígena dos Guarani que organizaram práticas para solucionar os problemas conseqüentes da política empregada pela Usina, mas, acima de tudo, para viabilizar a antiga reivindicação dos 1.500 hectares usurpados pela sociedade nacional desde os primeiros anos de contato.

A rede de complicações explicitada no capítulo anterior denota, por si só, que a terra concedida ao índios era inadequada. A terra não se tornou assim pela má utilização da comunidade, visto que os problemas já existiam desde os primeiros momentos vividos na reserva.

Associa-se a constatação de que o processo de reconhecimento do grupo indígena pela sociedade nacional se deu de forma errônea, juntamente com a proposta de seu assentamento resultar nos diversos problemas enfrentados por tal coletivo desde os primeiros anos ali

vivididos. Duas questões ainda não foram resolvidas: por que os Guarani aceitaram a área oferecida pela Itaipu, e, será que os índios não sabia que tal área poderia trazer no futuro problemas para sobrevivência do grupo?

Por meio de consulta minuciosa à documentação, iniciei um processo de investigação e, após algumas análises, procurei produzir a trajetória dos acontecimentos. Na carta escrita pelos Guarani em 22 de março de 1982, ou seja, dois meses antes de terem aceito a nova terra – 12 de maio de 1982 – a fala dos mesmos era enfática:

Essa proposta da Itaipu é de reassentar nessa comunidade em 121 ha de terra. Parece que a Itaipu não entendeu a nossa carta de dia 05 de fevereiro, onde nós já explicamos que só aceitamos sair da nossa terra para ir para uma outra que ofereça condições de vivermos no nosso sistema (DOC. 23: 22.03.1982).

A possibilidade de aceitar a terra estava longe de ser considerada. Isso denota que, para além de uma política de preservação de sua terra, logo também de sua cultura diferenciada, o trecho acusa que a comunidade indígena tinha a consciência do processo de usurpação de sua terra.

Essa terra proposta pela Itaipu é muito pequena para o guarani viver. No nosso sistema os ranchos ficam longe um do outro, e essa terra é muito pequena para fazer desse jeito. Também as roças não vai dar para fazer no sistema guarani, por causa da terra ser muito pequena. Tem que fazer cemitério, e o lugar aqui é muito pequeno. Como, então, vamos enterrar nossos mortos? Além disso tudo, não podemos perder 1500 ha e receber 121 ha. A lei garante 1500 ha para nós, mas a Itaipu parece que não quer conhecer a lei (DOC. 23: 22.03.1982).

Quanto à possibilidade de os índios não perceberem que a área traria futuramente problemas à sobrevivência e uma possível desestruturação do grupo, essa hipótese está descartada também.

Outro documento instigante é uma segunda carta da comunidade endereçada à Itaipu, uma semana antes do aceite final. Na carta eles exigem uma reunião na aldeia *Jacutinga*, para resolver o problema da terra definitivamente e desmentir supostos boatos que teriam saído nos jornais locais, afirmando que os índios haviam aceitado a proposta da Itaipu. Tal ação é, antes de tudo, uma forma de trazer a Itaipu para dentro de seu território e assim discutir e resolver de forma igualitária a questão. Mas o documento ainda enfatiza uma posição contínua, ou seja, “tamo firme em não aceitar os duzentos equitares oferecido pela Itaipu. Aceitamo si a

Itaipu nos der ária maior igual o que tinhamo antes. Nóis estamo falando ei nome de todo os guarani que mora na Aldeia Rio Coi e Rio Jacutinga” (sic) (DOC. 15: 06.05.1982).

As respostas das perguntas feitas acima confirmam a percepção (já discutida na introdução deste trabalho) de que os grupos indígenas são agentes de sua história e atuantes em todos os momentos de contato com a sociedade nacional, seja esta atuação de luta, de resistência ou de adaptação. Conseqüentemente, é estimulante saber o porquê de eles terem aceitado terra inadequada, mudando de idéia em poucos dias. Obviamente que a proposta da Itaipu há tempos era estudada pelos Guarani, e a cogitação parece ser sempre na negação da terra, mas pode-se também indagar que esta constante negação foi uma tática para a conquista de algo melhor, aliás muito melhor, pois o sonho/meta dos 1500 hectares nunca foi abandonado.

No dia seguinte à celebração do acordo entre Itaipu e os índios Guarani, Juvêncio Mazzarollo, identificando-se como documentarista, foi até a reserva indígena objetivando averiguar denúncias de que os índios estariam passando por diversas dificuldades, desde auxílio à alimentação, vestuário, saúde e adaptação à nova área. Posteriormente, Mazzarollo elaborou uma carta descrevendo a situação em que encontrou os indígenas, discutindo todo o processo de desolação em que a comunidade estava inserida, advogando em favor do grupo em todos os momentos do documento. Para tanto anunciou que fora constituído um Comitê Pró-Índios do Ocoí, comitê encarregado “de prestar-lhe uma ajuda de emergência e de encaminhar a questão a quem de direito ou a entidades destinadas a esse tipo de atuação” (DOC. 24: 22.05.1982). O documento escrito por ele foi a primeira ação desenvolvida pela Comissão e foi enviado a vários órgãos: Itaipu, CIMI, Funai, Comissão de Justiça e Paz, parlamentares e a imprensa.

Cientes que deveriam abandonar sua área a qualquer momento – mas sem nunca saber quando -, os índios pararam de plantar, de modo que há mais de um mês esgotaram-se os poucos gêneros alimentícios por eles cultivados. Em tais situações, costumavam eles trabalhar como bóias-frias em fazendas próximas à sua aldeia, recebendo pelo trabalho entre 300 e 800 cruzeiros por dia, com o que os índios compravam artigos que lhes faziam falta. Acusam porém que em muitos casos os patrões negaram-se a pagar até mesmo este soldo, sob pretextos os mais escandalosos possíveis. Ocorre que hoje a área do Reservatório que será formado em outubro próximo está completamente abandonada, não havendo lavouras que possam dar emprego para os índios, mesmo que fosse sob o regime de exploração a que se submetiam. Ademais, eles não se atrevem a buscar recursos de subsistência fora dos estreitos limites de sua área em virtude de forte medo acumulado durante anos e anos de ameaças partidas dos grileiros de terras (DOC. 24: 22.05.1982).

Deveriam deixar suas terras em algum momento, mas isso não iria significar deixá-las sem lutar, pois, antes de iniciar as negociações com os agentes da Itaipu e Funai, por uma nova área, e após a constatação que a terra ocupada seria alagada, a sociedade indígena não acreditava que a inundação poderia acontecer. Não é fácil pensar que o rio iria *afundar* aquelas terras, e tudo o que estivesse nelas. Perceberam, contudo, que isso não seria o grande problema a ser enfrentado, mas sim a gigantesca ação conjunta entre os órgãos estatais de teimar em construir uma Usina – obviamente sem sentido nenhum para eles – em seu território.

A desestruturação organizacional no modo de viver⁴⁰ dos Guarani é constatada quando estes sujeitos não têm mais tempo e significado para trabalhar a terra, seguir suas tradições e costumes em relação às suas práticas culturais. Todavia a dinamicidade da cultura é percebida também, quando estes ressignificam suas ações na luta organizando-se na defesa da terra, depois na obtenção da conquista dos 1500 hectares, que concebem como seu território.

A carta de Juvêncio apresenta os Guarani do *Oco'y* enquanto grupo étnico aculturado, atrasado, frágil, sem culpa de terem suas terras usurpadas, alheios ao processo de modernização da sociedade nacional, constatando que “se trata de uma tribo sem iniciativas e incapaz de qualquer resistência. Os índios não têm, por exemplo, um artesanato que se apresente como original e próprio” (DOC. 24: 22.05.1982).

Esta questão foi explorada por Rinaldo Sérgio Vieira Arruda (2001), quando o mesmo discutiu a visão negativa que a sociedade nacional quase sempre faz dos grupos indígenas. Sociedades rotuladas como *imutáveis* são aos poucos melhor entendidas pela Antropologia e pela História quando se estabeleceu novos conceitos e parâmetros para se estudar os grupos existentes no Brasil. Descobre-se, então, que não estão fadados ao desaparecimento, mas sim que são parceiros do presente e do futuro. Estes estão constantemente ressignificando os signos de sua cultura. Para aludir a esta questão, Arruda estabelece o conceito de *campo de intermediação*, para mostrar a dinâmica das relações entre os povos indígenas e a sociedade nacional.

⁴⁰ Conforme Friedl Grünberg, “Os guarani experimentam um tipo de destruição que atingiu principalmente seu mundo exterior, seu espaço vital e, conseqüentemente, uma grande parte de suas fontes de subsistência física e espiritual, em seguida da perda de quase todo seu território. Embora geograficamente continuem a viver no seu território de assentamento tradicional, esta área já quase totalmente devastada. Eles ficam limitados a pequenos pedaços de terra dentro de seu território tradicional. Sua existência física só não esteve ameaçada na mesma proporção de vários outros povos indígenas que não existem mais seja por causa de genocídio ou etnocídio, pelo fato dos guarani serem fortes, resistentes e por serem dotados de uma autoconsciência cultural muito marcante, permitindo-lhes continuar vivendo com uma identidade étnica guarani” (2002, p. 3).

Os povos indígenas reproduzem suas sociedades e culturas num campo social – o campo de intermediação – que “compatibiliza” as relações entre as sociedades indígena e a nacional. Este campo, marcado por relações de conflito e por visões de mundo contraditórias e excludentes, constitui-se na interpretação das dinâmicas da sociedade indígena e da sociedade envolvente (ARRUDA, 2001, p. 51).

O que o autor está discutindo é a ressignificação dos signos da cultura, questão já trabalhada também por Marchal Salihns (1990). O contato, o campo de intermediação é um espaço de reorganização, ou seja, “nesse espaço social torna-se impossível distinguir sociologicamente as dinâmicas internas à vida tribal das externas [...] configurando uma luta de resistência de um sujeito histórico reduzido à subordinação, que se redefine na defesa de sua existência como povo singular” (ARRUDA, 2001, p. 51).

Não há, todavia, como estabelecer uma descaracterização cultural dos Guaraní pelo episódio do embate com a sociedade nacional pela construção da Usina, pois não se concebe o contato interétnico pautado na aculturação. Talvez a sua forma organizacional foi afetada, mas a cultura não sendo estática, presa, se reelabora, redefinindo até mesmo a imagem que a sociedade indígena faz de si mesma. Aceitar a terra não foi parte desta ressignificação?

Conforme Sylvia Caiuby Novais (1993), a descaracterização cultural dos grupos indígenas foi amplamente difundida por inúmeros estudos de aculturação sobre grupos indígenas no Brasil. A cultura seria um produto acabado, um acúmulo de traços culturais e genéticos passados como herança social, mas que poderiam ser perdidos frente ao contato. Um processo de mudança social percebido como substituição de elementos da cultura tradicional por outros da cultura dominante (1993, p. 40).

Para a autora, em oposição a esta perspectiva estaria a concepção de Clifford Geertz (1957) quanto à natureza peculiar de *integração* que a cultura e o sistema social dos grupos étnicos teriam. Essa concepção possibilita uma outra diretriz para o entendimento do assunto:

Esta perspectiva permite perceber a situação de contato não como a destruição de modos tradicionais de vida, mas como um processo que leva à construção de um novo estilo de vida, com novas estratégias e alternativas, onde a cultura tem uma dimensão essencialmente dinâmica e adaptativa (NOVAIS, 1993, p. 42).

Maria Celestino de Almeida (2003) contribui com a discussão da dinamicidade da cultura com seu conceito de *cultura de resistência adaptativa*.

A compreensão da cultura como produto histórico, dinâmico e flexível, formado pela articulação contínua entre tradições e experiências novas dos homens que a vivenciam, permite perceber a mudança cultural não apenas enquanto perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos do seu dinamismo, mesmo em situações de contato, quando as transformações se fazem com muita intensidade e violência (ALMEIDA, 2003, p. 33).

Partindo do exposto, Almeida identifica os aldeamentos como espaços de recriação da cultura a partir da prática estabelecida do contato, acrescentando que os índios contribuíram para o processo de sua metamorfose, atribuindo significados próprios a códigos adquiridos, conforme se relacionavam com o novo.

Nessa perspectiva, é possível pensar os aldeamentos como algo mais do que um simples espaço de dominação e exploração dos colonizadores sobre os índios. É possível perceber em seu interior a gestação do que se pode chamar de uma cultura de resistência adaptativa desenvolvida num processo histórico concreto em que a própria cultura é constantemente recriada. Além das perdas culturais e étnicas, os índios aldeados puderam aprender ali novas práticas culturais e políticas que lhes permitiam colaborar e negociar com a sociedade colonial em busca das possíveis vantagens que sua condição lhes permitia [...] populações indígenas que, no contato com os europeus, aprenderam a manejar e manipular novos instrumentos em busca de seus interesses (ALMEIDA, 2003, p. 34).

Assim, a aceitação da nova área pelo coletivo Guarani pode ser pensada como uma tática de sobrevivência e de política de manutenção cultural de uma sociedade distinta etnicamente. Uma vez que, diferentemente de outras comunidades indígenas que esperam pela demarcação de seus territórios, e padecem com a lentidão da burocracia estatal da Funai, os Guarani tiveram suas terras demarcadas rapidamente, cujo interesse pela demarcação era intencional por parte da Usina. Se, por alguns momentos, houve atrasos, foram pelas reivindicações dos Guarani. Um espaço de 1500 hectares, a Itaipu insistia em não encontrar, ou, se encontrava, estava localizado em outras regiões longínquas, originalmente povoadas por comunidades Guarani *Ñandeva*.

Receber a nova área seria uma forma de criar um novo espaço de negociação com a Itaipu e a Funai, a luta pelos ideais guarani continuaria. As práticas seriam, no entanto, construídas a partir da experiência de viver naquele novo espaço. Estar na reserva permitiria conhecer melhor o outro, a sociedade nacional, e construir formas de luta para se pensar o amanhã e reocupar o território de 1500 hectares.

No segundo capítulo evidenciei como a Itaipu buscou, em diversos períodos, estratégias de poder para a obtenção de seus interesses. Neste momento a política engajada da

Usina não poderia ser contrária. O que foi perceptível e denunciado pela fonte “Nós não concordamos com os 251 ha. Então o pessoal da Itaipu começou a nos pressionar e a nos assustar; eles nos deram 3 dias para sair. Nós não queríamos largar os nossos 1500 ha por uma área de 251 ha” (DOC. 32: 18.09.1986).

Minha estratégia é analisar esta questão como uma tática indígena de sobrevivência e organização em busca de novos territórios. Conforme Almeida, estar naquele espaço constituído pelo Estado permitiria conhecer as políticas estratégicas do mesmo, principalmente conhecer como a Itaipu era construída e representada pelo Estado. Permanecer em seu território permitira também voltar a dialogar/ negociar novos espaços.

O conceito de cultura de *resistência adaptativa* de Almeida fornece indícios de que os Guarani se fortaleciam e aprendiam a usar das políticas do Estado para reocupar seus territórios.

3.2 Avás-Guarani: uma identificação étnica

O laudo antropológico elaborado pelo antropólogo Rubem Thomaz de Almeida em 1995 sobre a comunidade Guarani no Oeste do Paraná informa que existiam índios do subgrupo Guarani *Mbya* e Guarani *Ñandeva* na reserva de Santa Rosa do *Oco'y*, sendo o maior grupo seriam os *Ñandeva*.

Almeida chama a atenção, no mesmo laudo, para as controvérsias a respeito dos nomes usados para referir-se aos Guarani. Todavia esta controvérsia seria explicada pelas divisões subgrupais:

De fato, são vários as considerações e modos pelos quais podem ser conhecidos dentro da literatura etnográfica Guarani. Metraux (1948) os denomina **Chiripa**. Susnik (1961) refere-se a esse subgrupo como **Chiripa Guarani** ou **Ava Katu Ete**, da mesma forma que Bartolomé (1977) para este último nome; Ava Guarani, segundo Cadogan (1959), é a autodenominação utilizada por eles; Schaden (1974) informa que o nome **Ñandeva**, que significa “nós todos [os Guarani]”, é auto denominação de todos os Guarani, porém a única forma usada pelas comunidades que falam o dialeto registrado por Nimuendaju como o nome de **Apapukuva** (Schaden, 1974:2; v. também Chase-Sardi et alli, 1990; Nimuendaju, 1978) (ALMEIDA, 1995, grifo meu).

A partir das visitas de campo, Almeida denominou que os Guarani que habitavam o espaço *Jacutinga* e naquele momento a reserva de Santa Rosa do *Oco'y* eram os *Ñandeva*, por

ser este o grande subgrupo presente nestes territórios. E *Ava-Guarani* uma autodenominação usada por eles, pois todo Guarani seria *Avá*.

Encontramos nos primeiros documentos elaborados pela Usina a identificação dos índios como *Ava-Guarani*, possivelmente resultado de conversas entre representantes da Usina e a comunidade indígena. Em decorrência desta prerrogativa praticamente toda a documentação que envolveu os Guarani no Oeste do Paraná os chamou de *Avá-Guarani*. Deste modo, esta nomenclatura foi entendida como sendo um subgrupo dentro da etnia Guarani.

Esta questão foi muito bem trabalhada por Tibes Ribeiro (2002), que discutiu o processo de afirmação étnica e da construção de uma auto-identificação dos Guarani frente à Usina de Itaipu,

O advento de ITAIPU traz em si uma série de implicações para os indígenas que habitavam o Oeste paranaense. Da mesma forma que os compele a propalarem uma identidade étnica empregada como instrumento político, em razão do imperativo de enfrentar a hidroelétrica para fazer valer seus direitos, coloca-os em contato com múltiplos segmentos da sociedade nacional e mesmo internacional. Estes fatores, conjugados, são tributários do processo de auto-alteração e auto-identificação da coletividade e, por conseguinte, da composição do ser do grupo no presente (TIBES RIBEIRO, p. 251).

Destartes, firma-se uma identificação étnica enquanto instrumento político destinado a respaldar os Guarani, para enfrentarem um adversário imensamente mais poderoso, deduzindo-se que a síntese desta conformidade, na época, era o indicativo *Avá-Guarani*. A identidade significa, portanto, homogeneidade, abolindo-se, por meios das palavras, as recorrentes divergências entre *Mbyá* e *Ñandeva*, por exemplo, como também as demais dissensões que marcam a vivência da comunidade em favor de um ser Guarani único, que existem nestes moldes, exclusivamente em termos de um discurso direcionado aos *outros*. Diante da sua inexistência concreta, a identidade como tática adquire maior eficácia se vinculada a um aspecto sentimental da vida do coletivo. Elege-se deste modo, a terra como o horizonte a alcançar, divisando-se que, em verdade, o que se esta a buscar é o regresso ao bom *modo de ser e viver* legado pelos ancestrais (TIBES RIBEIRO, p. 269).

Assim, a autora consegue determinar que a afirmação étnica contribuiu de forma significativa para que os Guarani conseguissem recuperar parcelas de seus territórios tradicionais. Ao identificar-se como *Avás-Guarani* - uma das formas mais expressivas talvez seja na Carta ao Banco Mundial -, o grupo evidencia toda sua trajetória de luta no oeste paranaense, quando seus territórios foram usurpados num primeiro momento pela colonização das primeiras frentes pioneiras e posteriormente pela construção da Usina de Itaipu.

A autora parte das concepções de Fredrik Barth (1998), uma vez que suas análises possibilitam compreender a dinâmica das relações entre povos de etnias diferentes, inseridos numa situação determinada, a situação de contato.

Para Barth, a etnicidade é situacional e relacional, ou seja, surge, se manifesta em relação a outros grupos e em determinadas situações em que seja necessário afirmar a identidade do grupo frente ao outro. Esta concepção é base da perspectiva da contemporaneidade de que o *nós* constrói-se com relação ao *eles*. O aspecto relacional da etnicidade explicado por Barth é fundamental para entender as teorias mobilizacionistas, dada a relevância atribuída por estas à competição e ao conflito étnico.

Nas análises de Barth, o elemento central de suas proposições refere-se aos problemas impostos pelos grupos étnicos e sua persistência. Rechaça a perspectiva de que os grupos mantêm suas culturas diferenciadas através do isolamento geográfico e social, pontificando que as fronteiras culturais persistem, apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. A diferenciação étnica pode permanecer apesar da interação, que, longe de levar ao desaparecimento do grupo por mudanças e aculturação, constitui-se antes nas bases sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes.

A objeção de Barth é com relação a tornar a cultura como suporte existencial e organizacional dos grupos étnicos. Esta concepção traz implicações no que se refere a identificar e discernir os grupos pelos traços aparentes, características morfológicas das culturas, o que significa um ponto de vista preconceituoso. Barth considera que um grupo étnico espalhado por um território dotado de circunstâncias ecológicas variadas apresente diferenças de comportamento resultante de uma *adaptação* ao meio, sem que isso signifique diferença na orientação cultural. Considera que, para analisar tais casos, precisamos de um ponto de vista que não misture os efeitos das condições ecológicas sobre o comportamento com os da tradição cultural, mas que permita que se separem esses fatores e se investiguem os componentes ecológicos.

Grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social, e assim a característica de auto-identificação e identificação pela sociedade envolvente é uma categoria étnica. Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente. Será na medida em que os autores usam identidades étnicas para categorizar, identificar a si mesmo, com objetivos de interação, que eles formarão grupos étnicos no sentido organizacional.

Assim, os traços culturais são utilizados pelos atores como sinais e emblemas de diferenças, outros são ignorados em alguns relacionamentos, diferenças radicais são minimizadas e negadas, ou seja, a diferenciação étnica é uma construção. O conteúdo cultural da diferenciação étnica pode ser analiticamente de duas ordens: sinais ou signos manifestados, quer sejam traços diacríticos que as pessoas procuram e exibem para mostrar sua identidade, ou orientações de valores fundamentais.

3.3 Interação com o Estado a partir das táticas guarani

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los, enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida [...] dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política (CERTEAU, 1994, p. 41).

Essa teoria de Michel de Certeau (1994) propõe o reconhecimento nas *práticas cotidianas* de uma contra-ordem, que se dá como resistência aos mecanismos de controle, alterando o ambiente construído e inserindo, no espaço, *maneiras de fazer* inovadoras e criativas. Muitas dessas *práticas cotidianas* seriam *táticas* e, para a elucidação da afirmativa, Certeau discute a oposição entre o conceito de *táticas* e de *estratégias*.

As *estratégias de poder*⁴¹ seriam, em suma, operações habilitadas a engendrar, produzir, mapear, impor; já a *tática* só poderia utilizar, manipular e modificar a ordem dominante, logo “a *tática* não tem por lugar senão o outro” (CERTEAU, 1994, p. 100). Neste sentido, a atuação da Itaipu foi definida dentro do conceito de *estratégia*, e as ações da comunidade Guarani enquanto *táticas*.

Ela, (a *tática*), opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever “saídas”. O que ela banha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilantes, as falhas que as conjunturas vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Criar ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a *tática* é a arte do fraco (CERTEAU, 1994, p. 101).

⁴¹ Objeto de apreciação mais específica no item 2.3.

Salienta-se que as táticas contêm a ação política, enquanto potência, e é na configuração do engajamento do *fraco* que elas são construídas. Os Guarani foram atores politicamente atuantes no processo de contato com o não-índio, em qualquer período no qual ocorreu o contato-interétnico.

Assim, as ações políticas dos Guarani frente à sociedade nacional são entendidas como movimento social de exigência por territórios, mas fundamentalmente pelo reconhecimento, pelo Estado, de que a mesma é formada por sujeitos políticos, donos de sua organização e dinâmica, sustentando uma maior igualdade em seu relacionamento, discussões, negociações.

Em recente artigo, Levi Marques Pereira (2003) definiu as mobilizações políticas dos Guarani no Mato Grosso do Sul enquanto movimentos sociais. As ações engajadas dos Guarani na defesa da demarcação de suas terras foram identificados pelo autor dentro de um movimento social.

[...] as ações políticas se caracterizam como um movimento étnico, já que o potencial mobilizador está inerentemente relacionado às características organizacionais e aos valores culturais do grupo, mas evidencia também que as ações assumem as feições de um movimento social, segundo as definições correntes nas análises sociológicas (2003, p. 138).

A mobilização política nascida na comunidade *Pirakuá* contagia outras comunidades indígenas do entorno que também sofrem com a lentidão dos órgãos estatais e com a violência dos fazendeiros. Surge a liderança de um capitão, que visitou os diversos grupos, que cobrou o apoio à luta dos *Kaiowá*, uma luta que não era somente de um povo, mas, sim, dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul.

O episódio foi destaque na esfera pública e o grande efeito da mobilização para a demarcação da terra dos *Kaiowá* foi legitimado, concebido como um exemplo a ser seguido pelas diversos coletivos indígenas com problemas territoriais. Esse evento é um dos pontos-chave para as associações de Pereira, uma vez que:

A ação política visando a ruptura com a situação vigente e a instauração de uma nova ordem social, a exemplo das ações de reocupação de terras guarani aqui analisadas, são justamente aspectos que entram na caracterização dos movimentos sociais (2003, p. 143).

Ao associar a ação mobilizadora dos *Kaiowá* enquanto movimento social, o autor quebra conceitos inadequados associados à grupos indígenas: a de serem passivos e dirigidos por interesses alheios. Isto se conclui também ao dialogar com a percepção de Manuela

Carneiro da Cunha, de que os índios foram políticos importantes de sua própria história e não “[...] vítimas de uma fatalidade, mas agentes de seu destino. Talvez escolheram mal. Mas fica salva a dignidade de terem moldado a própria história” (1998. p 19). É dentro deste encaminhamento que estão sendo analisadas as ações dos Guarani *Ñandeva* no Oeste do Paraná.

Nas discussões acima defendi a tese de que os Guarani aceitaram a área imprópria para seu modo de ser e viver guarani. Em seguida, analisarei a dinâmica de suas táticas de luta, as novas práticas reelaboradas com o viver em um espaço concedido pelo branco, que se definiu como sendo a única forma de continuar naquele momento lutando por seus ideais.

As palavras de Cunha são ressaltadas nessa parte da pesquisa, pois se consideraram as sociedades indígenas agentes de seu tempo. Considerou-se também que os Guarani tiveram um propósito ao receber o espaço impróprio, ou seja, se adaptar a essa nova forma de colonização, ou melhor, usurpação moderna de seu território pela sociedade nacional. Entretanto a diferença desta usurpação de território e a da colonização da década de 1940 se apresenta em seu projeto: uma Usina planejada por militares numa forma de governo em que *índio* significava atraso ao progresso dos que estavam no poder.⁴²

Seria inocência supor que os Guarani desconheciam os acontecimentos ocorridos no contexto nacional do período, que estariam alheios a todas as mudanças, leis e políticas. Os Guarani do Oeste do Paraná precisariam, contudo, reelaborar suas formas de luta contra o que estava posto, e bem posto, conforme vimos no capítulo segundo.⁴³

⁴² A relação entre o Estado e as Forças Armadas junto aos povos indígenas durante o período militar foi trabalhada por Egon Dionísio Heck. Sua pesquisa discutiu a construção de um novo indigenismo fundamentado na Doutrina de Segurança Nacional. As características do suposto *indigenismo militarizado* seriam “[...] autoritário, centralizador e repressivo, baseado no binômio segurança e desenvolvimento, que perseguiu claramente o objetivo de aceleração do processo de integração das populações indígenas na ‘comunhão nacional’” (1996, p.126).

⁴³ Uma pesquisa aprofundada sobre a ditadura militar e a comunidade indígena Guarani do Oeste do Paraná ainda precisa ser feita, uma vez que estes habitavam os arredores de Foz do Iguaçu que foi Área de Segurança Nacional, por ser tríplice fronteira. Os documentos relativos à época do regime militar nos arquivos da Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu ainda precisam ser pesquisados por historiadores da temática indígena. Essa fonte viria a contribuir sobre o entendimento do conflito territorial entre a comunidade indígena e os interesses do Estado, ou mesmo se entre os desaparecidos políticos não haveria também lideranças indígenas. Os arquivos foram pesquisados pelo jornalista e ex-guerrilheiro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) Aluizio Palmar, que se dedica, desde que voltou do exílio em 1979, a reconstituir a trajetória do grupo. Suas pesquisas resultaram no livro *Onde vocês enterraram nossos mortos?* Em referência à dificuldade de descobrir o lugar exato da cova de seus amigos mortos na ditadura militar. Sua pesquisa pode nos fornecer o que poderíamos achar nestes arquivos: “Ao esmiuçar os quase vinte mil documentos, buscando pistas que indicassem as circunstâncias das mortes dos desaparecidos políticos e a localização dos seus restos mortais, eu tive acesso a um conjunto de documentos que traçam a história do oeste e sudoeste do Paraná e em particular de Foz do Iguaçu nos últimos trinta anos. São reclamações, investigações e inquéritos sobre as “guerras camponesas” de defesa contra os despejos, executados por jagunços a soldo de latifundiários. Além dos documentos acerca das organizações de esquerda e dos conflitos pela terra, o arquivo da Polícia Federal é farto em documentos sobre questões locais. Estas vão desde as fofocas políticas até uma ou outra articulação

O passo seguinte da pesquisa será discutir quais foram estas formas depois de adentrar a área de Santa Rosa do *Oco'y*, percebendo como estes atuaram, e ressignificaram as práticas de governar - o poder da sociedade nacional -, visíveis em seus agentes estatais - engenheiros agrônomos, advogados, assistentes sociais, funcionários da Usina de Itaipu - que tiveram contato com a comunidade indígena durante as negociações.

Os problemas que começaram a surgir na aldeia foram resultantes da ânsia da Usina em ver tudo resolvido, as comportas deveriam ser fechadas o quanto antes para dar início ao grande projeto arquitetônico humano. A precipitação nas ações foi uma das resultantes da forma errônea com que o assunto foi tratado, desde não considerá-los índios, depois contratando antropólogos que produziram laudos antropológicos duvidosos, que reconheceram apenas 11 famílias como portadoras de indianidade, transferindo-os para uma área extremamente problemática à cultura e à espacialidade guarani. Mesmo assim a Usina de Itaipu considerou findada sua obrigação com os Guarani, alocando-os em outro espaço em compensação do perdido, e prestando ajuda à comunidade apenas nos 3 primeiros meses.

Inocentes foram os dirigentes da Usina que não tiveram a compreensão de que uma sociedade indígena que está a 500 anos de contato e sobrevive com língua, costumes, religiões e práticas sociais, portadora de uma dinâmica cultural que se reelabora, ressignifica, ficaria estática, presa a uma situação de desconforto em relação à usurpação de seus territórios.

Quais foram, então, os problemas surgidos na área que reassentou os Guarani? Para aludir a tais fatos, busquei indícios nas fontes, procurando os pontos que a Itaipu teve que se debater para resolver? No documento de 1988 intitulado: *Síntese de procedimento da Itaipu Binacional na questão indígena dos Avás-Guarani – período de 1975 a 1988* – a Usina apresenta 5 pontos, determinados como *fatos novos* na reserva indígena: a) conflito de demarcação da reserva, b) aumento populacional dos índios, c) conflito religioso, d) retorno do grupo de Fernando Martines, e) reivindicação dos 1.500 hectares (DOC. 41: 1988). Partindo destes pontos, provavelmente se desvendará o posicionamento da Usina e como a comunidade indígena se mostrou visível e atuante nestas questões.

Sabe-se que, para chegar aos 251,15 hectares, houve muitas discussões. As propostas anteriores apresentavam áreas muito menores a esta, e que não foram aceitas. O que pretendo mostrar é que, num primeiro momento, a Funai, Incra e a Itaipu não sabiam qual a forma correta de passar os títulos de terra à comunidade, e o próprio órgão tutelar estatal não tinha ciência desta informação.

Um parêntese aqui é necessário, pois, mesmo que não seja o objetivo principal da pesquisa analisar a atuação da Funai em relação ao conflito territorial com os Guarani, não se pode deixar de relatar que a Funai nem sempre defendeu os interesses dos índios durante a negociação da nova reserva. É o que denuncia um relatório de reunião produzido pelo próprio órgão:

Procurou-se convencer os índios a aceitarem a oferta de Itaipu-Binacional de 200 ha, aproximadamente, dos quais 40 ha de terra agricultáveis de imediato e 160 ha de matas virgens. Como argumento, levantou-se a questão de não existir terras disponíveis na região para atender o pedido inicial de 1500 ha [...] Havendo os índios aceito a proposta de Itaipu (de 200 ha) iniciou-se a assinatura dos títulos de domínio emitidos pelo INCRA em nome de FERNANDO MARTINS, JOÃO LOPES, OVILON BENITES, SALÉCIO ROSA e MÁXIMO VILIANA. Para as demais três famílias existentes no Ocoi, na época do 1º levantamento efetuado pelo INCRA/FUNAI (1976), isto é, SANTIAGO CENTURION, EUZÉBIO PERALTA e JOÃO MARTINS, tentar-se-á obter os títulos de domínio junto ao INCRA. Obtenção de mais estes títulos não condiciona, no entanto, a transferência dos 230 ha para a FUNAI. É válido esclarecer que os índios ignoram que além dos 200 ha ofertados pela Binacional, obteve-se mais 30 ha. **Deste acréscimo não será dado conhecimento aos indígenas e/ou CJP e CIMI até que o fato esteja consumado para evitar-se especulações ou tentativas dessas entidades de forçar ainda mais o aumento da área** (DOC. 17: 26.04.1982, grifo meu).

A omissão do órgão tutelar, já percebida pela forma como a comunidade fora instalada em uma área inadequada, associa-se ao fato de que os militares estavam no comando do órgão naquele momento. O aumento da área não era bem visto. Assim, não revelar a realidade aos diretamente interessados na questão, tratou-se de uma *estratégia de precaução*.

O que, porém, importa neste momento é demonstrar que a forma como a nova área foi transferida à sociedade indígena era errada, não compatível com a legislação vigente. Mais uma vez a pressa de resolver a questão passava por cima da jurisprudência.

Após a identificação das famílias indígenas, a área constituída por metade da Itaipu e outra metade do Incra seria doada aos indivíduos reconhecidos como indígenas em forma de títulos de propriedade particular, familiares.

É mister destacar, nessa identificação, que somente as cinco famílias que estavam na aldeia em 1982 teriam direito à nova área. Assim, as famílias que estavam no Paraguai naquele momento – mas foram identificadas também no primeiro levantamento – não foram aceitas pela Funai enquanto detentoras de direitos à terra. Ora, se somente seriam indenizados aqueles que estavam na aldeia no primeiro levantamento feito pela empresa, uma regra criada

pelos órgãos que dirigiam a questão, logo estes que retornavam do Paraguai, por terem sido expulsos de suas terras, teriam também direitos.

A aceitação das famílias que estavam no Paraguai agora com direito a terra e a forma como estas seriam passadas as famílias indígenas foi notícia nos jornais locais:

A Funai concordou ontem em atender a todas as famílias avás-guaranis da região do Ocoi o oferecimento de novas terras, em troca da área que ocupavam atualmente e que será inundada pela represa da hidrelétrica da Itaipu. Com isso, a fundação nacional do Índio deixará de considerar um controvertido laudo antropológico elaborado em 1981, no qual apenas cinco famílias eram apontadas como apresentando caracteres de indianidade (DOC. 18: 08.05.1982).

Outra questão com a Funai é o fato dela desejar personalizar a titulação, dando um título para cada família. Além de ser uma prática individualista, contrária a cultura dos índios, existe ainda outro problema, segundo Wagner D'Angelis, da Comissão de Justiça e Paz, com essa titulação personalizada as terras perderiam sua condição de Reserva e a Funai não teria responsabilidade nenhuma (DOC. 19: 29.04.1982).

Os fatos denunciados pelos jornais fornecem dados da omissão e do despreparo da Funai em relação à causa indígena. Ter que aceitar que errou em seguir as recomendações do laudo do antropólogo de Célio Host, e considerar que mais famílias teriam direito à terra, não a fez perceber que estes e outros não teriam direitos somente porque estavam no espaço a ser alagado, mas sim por fazerem parte da cultura guarani, e que, se por hora não estavam, estariam em algum momento.

O segundo relato do jornal aponta para mais um erro que a dupla Funai e Itaipu cometeram. Trata-se da titulação de terra, pois logo que estas foram transferidas, tiveram que ser anuladas pelo Incra e o processo todo precisou ser refeito. A demora em resolver a questão da terra, dos marcos de identificação da reserva, trouxe problemas para os Guarani, pois o espaço não demarcado tornava-se alvo de constantes invasões dos *brancos*.

Foi preciso que o assessor jurídico da Comissão Pró-Índio, Carlos Frederico Marés de Souza, se manifestasse num documento intitulado *Sobre a forma de transmissão da propriedade e posse aos índios Ava Guarani do rio Ocoí da nova área a lhes ser destinada*, para informar à Funai e outros qual a maneira correta de tal ato.

Carlos Frederico Marés de Souza inicia seu texto apresentando justificativas até então *desconhecidas* pelo Incra, pela Funai e pela Itaipu quanto à forma de transmissão de terras em casos de coletivos indígenas.

Esclareceu que, independentemente da quantidade de terra a ser destinada ao grupo indígena em questão, e partindo do princípio de que a terra por eles ocupada atualmente faz parte de seu território de posse imemorial e histórica – e por isso mesmo coletiva -, entende-se que não há porque se falar em titulações familiares ou individuais, qualquer terra que lhes destine há de ser coletiva, isto é, para toda a comunidade Guarani.

a) os títulos podem ter sido dados ou como se fossem para colonos/posseiros, ou fundados no art. 33 do estatuto do Índio (usucapião indígena). Se foi dado como se os índios fossem colonos, (legitimação de posse e venda) são nulos porque não pode se tratar dessas figuras jurídicas por não ter competência o Poder Público para “titular” a colonos áreas com posse indígena. b) se foi aplicado o usucapião indígena (citado art. 33) também são nulos porque este artigo exige que o índio ocupe a área como própria e o que havia, e há, na região é ocupação coletiva. O parágrafo único daquele artigo veda esta especialíssima modalidade de usucapião em terras ocupadas por grupos tribais (...). c) a ocupação da área pelos índios avá-guarani às margens do rio Ocoí, por si só, caracteriza a área como bem da União, (art. 4, VI, da Constituição Federal) destinada a posse e usufruto exclusivo das riquezas aos próprios índios e atribuindo-lhe a qualidade de inalienável (art. 198, caput, C.F.), ficando declarada a nulidade e extinção de efeitos jurídicos de qualquer ato que tenha como objetivo o domínio ou posse desse imóvel (art. 198, § 1º, C. F.). d) os atos (titulação) não são passíveis de convalidação. Assim, mesmo que os beneficiados individuais e a FUNAI os aceitem e os levem ao Registro Público Imobiliário competente, os atos continuam nulos porque o direito ofendido é o direito da comunidade ou grupo. Tanto é verdade que, ainda que sem personalidade jurídica, a lei concede ao grupo ou comunidade indígena, nestes casos, capacidade processual para deduzir em juízo sua defesa (art. 37, E.I.) (DOC. 20: 10.05.1982, grifo do autor).

Aparentemente uma simples consulta à legislação que trate da questão indígena no período – Estatuto do Índio e Constituição Federal - poderia ter elucidado o conteúdo e os cinco títulos individuais já concedidos não precisariam ser anulados pelo Inca.

Por fim, o documento esclareceu a forma correta da transferência da nova área pela Itaipu Binacional e pelo Inca, indicando ainda duas possibilidades de fazê-lo. Uma delas foi acatada pela Usina.

Ser passada por escritura pública, diretamente da Empresa à comunidade indígena, sendo recebida pelos representantes dos guarani – como determina o costume – assistidos pela FUNAI (art. 32, combinado com 7, § - E. I.). A escritura pública pode ser de permuta, doação ou venda simbólica (DOC. 20: 10.05.1982).

Partindo do norte dado a simples consulta ao que estava posto pela sociedade nacional ao se tratar de terras e índios, a Usina corrige-se e aliena a área destinada à comunidade indígena na margem esquerda do rio Paraná:

Autorizar a alienação pelo preço total de hum cruzeiro para a comunidade indígena Avá Guarani, assistida pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do Brasil, de uma área com 73,59 ha, formada por 8 glebas, a saber: 8,45 ha , 28,1878 ha, 2,6591 ha e 0,9942 ha, localizada no Imóvel Ocoi, Distrito, Municipal e Comarca de São Miguel do Iguaçu, no Estado do Paraná, Brasil, para a transferência da comunidade indígena Avá Guarani (DOC. 27: 22.06.1983).

Santa Rosa do *Oco'y* não se configurou como uma reserva indígena⁴⁴. Foi identificada, demarcada e homologada pelo Presidente da República com trâmite legal no processo de criação de reservas. Salienta-se que o espaço antes habitado pelos Guarani, *Jacutinga*, também não se constituía numa reserva indígena, sendo apenas uma região em que ambos se refugiavam depois de várias investidas do branco, pois, apesar de o Incra saber da existência do local pelo Projeto PIC– OCOÍ, não avisou a Funai, portanto não houve reconhecimento oficial da presença destes pelo território do Oeste do Paraná.

Esta situação possibilitou que a reserva fosse invadida pelo entorno regional por diversas vezes, retirando os marcos de divisa para que os colonos adentrassem a área com plantações. Algumas medidas paliativas foram feitas para sanar o problema, como uma divisa de planta natural ou uma estrada, optando-se pela segunda opção. Assim, quem visita a aldeia percebe que não existe nada que delimite um espaço do outro, a não ser a plantação dos colonos de um lado, a estrada no meio e a vegetação natural *desalinhada* do outro.

A não demarcação, a não ser nas escrituras, possibilitou mais tarde um outro tipo de invasão, agora não mais para apropriação de terras, e sim de madeiras. O caso envolveu a Itaipu, o Ibama e Incra numa Ação Civil movida pelo Ministério Público Federal, acerca da situação geral da índios Guarani, processo que analisaremos posteriormente.

Não se está aqui a defender as demarcações de terra como a solução para os problemas fundiários das diversas etnias indígenas. Assim, não se trata de cercar, confinar as populações indígenas numa área que pudesse supostamente preservar seu território ou mesmo a reprodução física e cultural. Esta não é a forma correta de se resolver o problema. Apenas

⁴⁴ Apesar de Santa Rosa do *Oco'y* não ser legalmente uma Reserva Indígena, ela é identificada pelo entorno regional como sendo. Assim a pesquisa, por opção da identificação, irá referir-se a ela também como Reserva Indígena.

atentamos para o fato de que o espaço doado aos Guarani não foi demarcado, oficializando o território indígena. Importava apenas a retirada dos índios da área a ser alagada.

Clovis Antonio Brighenti (2004) discute a questão, informando que as demarcações - um dos marcos da política indigenista - passou a ser reinterpretada pelos grupos indígenas como uma necessidade inerente ao processo de preservação de suas terras tradicionais. Apenas, demarcar contudo, não resolveria o problema dos grupos indígenas no Brasil. Um novo posicionamento, pautado no equilíbrio das relações entre Estado e populações indígenas, seria necessário.

A demarcação de terras indígenas hoje se converteu numa necessidade fundamental, devido à escassez de espaços ecologicamente adequados. Os próprios Guarani, que não concebiam terras demarcadas ou “reserva”, estão reinterpretando sua concepção, porque perceberam a limitação dos espaços e porque o relacionamento do Estado com relação às terras demarcadas foi alterado (BRIGHENTI, 2004, p. 130).

Outro ponto muito debatido, e que produziu uma considerável quantidade de documentos (ofícios, memorandos, laudos antropológicos, memórias de reunião), foi o do aumento populacional na reserva depois que ela foi concedida à comunidade. Salienta-se que não importa a pesquisa averiguar com exatidão qual o número de índios antes e depois que se estabeleceram na nova área. Sabe-se que a forma de organização espacial e as relações de parentesco entre a etnia Guarani não segue o padrão da sociedade nacional.

A Itaipu e a Funai jogaram a culpa deste aumento em fatores alheios, ou seja, os movimentos políticos internos, auxiliados pelas entidades religiosas e assistencialistas, como o CIMI, ANAI, CJP, passaram a ser os culpados, desencadeando uma imigração de índios provenientes de outras reservas, mas principalmente do Paraguai. As entidades justificam ainda que, se não fosse este evento, a reserva não seria pequena aos propósitos iniciais, ou seja, assentar as poucas famílias identificadas.

Encontramos a questão do aumento populacional nos documentos quase sempre relacionados às reivindicações de uma maior área, mas, por ora, vamos analisar apenas o primeiro evento citado.

Alegam basicamente que houve aumento do número de famílias, e que historicamente possuíam 1.500 ha, área esta tomada pelos brancos. Entretanto a referida tribo, no primeiro levantamento procedido pela FUNAI, não compreendia mais de 10 famílias, que ocupavam uma área de aproximadamente 30 ha., na região denominada Jacutinga, na Foz do Rio OCOI. Quando a ITAIPU iniciou negociações com a Comunidade, tendo em

vista a inundação da referida área já havia na tribo, 19 famílias. (...) Passados três anos, sem que houvesse razão, volta a Comunidade a insistir na reivindicação dos 1.500 ha. (...) **Acreditamos nós que alguém, fora da Comunidade esteja insuflando e colocando idéias erradas na cabeça do índio.** (...) Alertamos o cacique JOÃO sobre a vinda de novas famílias para a área indígena, fato este que poderia prejudicar a própria Comunidade, reduzindo, em termos de família, o aproveitamento da terra. (...) **nosso ponto de vista é que a área destinada à Comunidade Ava-Guarani é suficiente, necessitando talvez de um aproveitamento mais racional, e principalmente dificultando-se a vinda de novas famílias, providência esta a ser tomada pela comunidade, em primeiro lugar, com assistência da FUNAI (DOC.31: 27.12.1985, grifo meu).**

Conclui-se que a demarcação da nova área se deu de forma totalmente correta, pois o espaço atenderia perfeitamente às exigências dos Guarani. No entanto, o que dificultou foi o aumento populacional migrado e a incapacidade indígena de fazer a área produzir devidamente. As reais raízes do problema seriam essas e não a forma errônea que a Itaipu e Funai conduziram a questão, identificando poucas famílias, em algumas visitas, quando muitos não se encontravam na aldeia e com indivíduos incapacitados para tal averiguação.

Outro fator importante ocorrido dentro da aldeia foi a cisão do grupo indígena, no ano de 1989, em decorrência de divergências entre o grupo que aceitou a proposta da Itaipu, Fernando Martines e o grupo de Pedro Alves, identificados pela Usina como influenciados pelo CIMI. O quadro que se tem é: de um lado os aliados à Itaipu, e de outro os influenciados por agentes externos.

GRUPO FERNANDO MARTINES

28 índios migraram para a Reserva UBATUBA (SP).

- querem voltar para Ocoí.
- de fácil entrosamento.
- acessível e prestativo
- com direitos na Reserva do Ocoí.
- descendente dos Ava-Guaranis.

GRUPO PEDRO ALVES

Morando na Reserva do Ocoí.

- querendo uma outra Reserva de 1.500 ha.
- de difícil entrosamento
- hostil a qualquer atuação na Reserva.
- influenciado pelo CIMI.
- descendentes dos Ava-Guarani e outras tribos (DOC. 41: 16.03.1989).

A alegação da Usina foi de que conflitos religiosos culminaram com a expulsão do grupo de Fernando Martines após uma votação interna. Mas, as constantes idas à aldeia forneceram-me outro subsídio para entender a cisão, pois, ao assinar a ata de aceite da reserva, Fernando Martines entrou em conflito com uma grande parcela da comunidade indígena, e, com o passar do tempo, a convivência tornou-se insustentável.

No laudo antropológico sobre os Guarani, Rubem Thomaz de Almeida definiu a ruptura do grupo como decorrente de disputas do grupo macrofamiliar liderado por Fernando e o restante da comunidade. O conflito chegou a ser violento, com o esfaqueamento de um índio pelo grupo de Fernando:

Conflitos entre grupos macro familiares pela orientação política da comunidade Guarani são conhecidos na literatura etnológica e relativamente corriqueiros. Apesar disso, não deixa de ser grave na medida em que há pouca disponibilidade de terra para que, como sucede dentro da tradição Guarani, um novo tekoha seja formado (THOMAZ DE ALMEIDA, 1995).

A saída de Fernandes Martines da aldeia ao perder sua posição de Cacique provocou novos problemas para a Itaipu, pois, além desta perder sua bancada por lá, estes retornariam anos mais tarde em busca de suas terras, ou seja, eram portadores de direitos à terra, sabiam disso e usariam esta prerrogativa em benefício próprio, haja vista que seu retorno à aldeia do *Oco'y* estava vetada pelo novo Cacique, que reivindicava os 1.500 ha. usurpados pela sociedade nacional. Somente este espaço poderia dar conta de atender a toda a comunidade e ao grupo expulso.

Tal reivindicação não foi, nesse momento, considerada pela Usina, que entendia que alargar o território seria o mesmo que favorecer o aumento populacional. Assim ela se detém apenas no reconhecimento desta cisão, na verificação de que os problemas com a influência do CIMI estavam indo longe demais e que o grupo expulso precisava encontrar novamente seu espaço dentro da mesma área.

Um memorando confidencial de Klaus Greiner, engenheiro agrônomo que coordenou, por vários anos, a questão indígena na Itaipu, mostra-se instigante ao trazer o reconhecimento para a Usina de que esta teria *obrigações* com a comunidade indígena, e vai além, declarando, surpreendentemente, que:

Se analisadas as atuações da ITAIPU na área do Reservatório e, em especial os projetos arrojados ora em andamento, salta à vista que ouço foi realizado efetivamente em prol da comunidade Indígena, que é vista por muitos com ressalvas, rotulando os índios de inativos, criadores de casos e danificadores do Meio-Ambiente, colocações estas que denunciam desinformação e distorção de valores (...) PROCURA-SE PRESERVAR O CACHORRO DO MATO, CRIAR PEIXES EM VIVEIROS FLUTUANTES, RESTABELECEM A MATA CILIAR, CONSTRUIR MARINAS, MAS SE ESQUECEM DOS SERES HUMANOS, QUE PASSAM POR UMA MUDANÇA SOCIAL RADICAL, DECORRENTE DO PROGRESSO, QUE NENHUM BENEFÍCIO LHES TROUXE ATÉ AGORA (DOC. 57: 16.03.1989, grifo do autor).

Uma pergunta logo vem à mente: Será que a Usina se conscientizou de suas ações errôneas em relação à comunidade Guarani? Decidiu a Usina acabar com os discursos e as estratégias e resolver a questão sem assistencialismos ou medidas paliativas? Uma leitura mais apurada do documento, bem como das ações posteriores da mesma, comprova que não. Esta *obrigação* possibilitaria uma nova forma de estratégia de ação dentro da aldeia:

Assim sendo, urge definir uma estratégia de trabalho a ser executado para atender a comunidade AVA-GUARANI, bem como esvaziar, de uma vez por todas, os movimentos e o uso do índio por entidades e terceiros para fins políticos (...) Resta a ITAIPU executar INICIALMENTE um projeto modelo na Ilha de 170 hectares, já oferecida à comunidade, com participação direta do grupo de FERNANDO MARTINES que retornaria para sua área de origem e de direito. O PROJETO NA ILHA CARACTERIZARÁ A PRESENÇA FÍSICA DA ITAIPU NO ASSUNTO INDÍGENA E SUA IMPLANTAÇÃO PODERÁ ALTERAR A POSIÇÃO DOS ÍNDIOS INDÍGENAS HOSTÍIS, COM POSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DOS TRABALHOS PARA A ÁREA DO CONTINENTE (ATUAL RESERVA) (DOC. 57: 16.03.1989, grifo do autor).

Cria-se, então, o *Programa de Assentamento do Grupo Indígena Ava-Guarani* em 1989, voltado especificamente para realocar o grupo de Fernando Martines na reserva e na nova área oferecida à comunidade, a Ilha. Todavia, os objetivos que estão por detrás do projeto são “voltados para o controle e desenvolvimento das áreas ocupadas e contíguas ao Reservatório” (DOC. 51: 06. 1989). Tais intenções denotam estar efetivamente dentro da aldeia, atuantes na viabilização de seus projetos, na direção da questão, não mais permitindo que o assunto seja alvo de especulações pela imprensa regional ou nacional, mas, acima de tudo, “servirá para extrair novas experiências para o setor elétrico e, principalmente, servirá para contribuir para o esvaziamento das pressões e críticas de agências internacionais de financiamento contra as hidroelétricas, planejadas no norte do País” (DOC. 51: 06. 1989).

E, por fim, a reivindicação dos 1.500 hectares pela comunidade Guarani. Não consegui precisar o início de tal exigência na documentação consultada, mas, sim, a contrariedade do fato. A Itaipu buscou sempre negar que este território um dia foi de posse Guarani. Conseqüentemente negou também que a reivindicação tenha sido feita nos anos iniciais em que as primeiras negociações estavam sendo realizadas.

Na ordem cronológica da documentação, em 1982 encontramos indícios desta reivindicação em uma carta do grupo indígena à Funai, onde consta: “[...] não podemos perder 1500 ha e receber 121 ha. a lei garante 1500 ha para nós, mas a Itaipu parece que não conhece

a lei” (DOC. 21: 22.03.1982). Todavia esta reivindicação, razão da mobilização guarani, não poderia ter surgido apenas no ano de 1982 quando estes estavam prestes a serem reassentados. O documento evidencia, porém, que a Usina conhecia a exigência e que a mesma não surgiu anos depois da criação da reserva, como influência das entidades assistencialistas.

Assim, uma das primeiras estratégias empreendidas pela Usina nesta questão foi procurar destruir a afirmativa guarani de que historicamente possuíam 1.500 hectares no Oeste do Paraná.

Entretanto a referida tribo, no primeiro levantamento procedido pela FUNAI, não compreendia mais de 10 famílias, que ocupavam uma área de aproximadamente 30 ha., na região denominada Jacutinga, na Foz do Rio OCOI. Quando a ITAIPU iniciou negociações com a Comunidade, tendo em vista a inundação da referida área já havia na tribo, 19 famílias. (...) Passados três anos, sem que houvesse razão, volta a Comunidade a insistir na **reivindicação dos 1.500 ha., da qual não existe nenhum registro histórico, pelo menos conhecido.** O assunto se encerrou quando, tanto a Comunidade, em 1974 só possuíam na gleba 251 ha. de terras, que representava mais 8 vezes a área possuída. **Acreditamos nós que alguém, fora da Comunidade esteja insuflando e colocando idéias erradas na cabeça do índio** (DOC. 31: 27.12.1985, grifo meu).

Tal estratégia de conduzir o problema se apresenta em praticamente toda a documentação, desde as negociações para o aumento da área, até quando a Itaipu é chamada judicialmente a prestar contas de suas ações em relação à comunidade indígena. É mister observar que, em todos os momentos, a empresa reforçou seu discurso de responsabilidade e competência no conflito com os Guarani e acirrou sua ofensiva contra as influências externas, que, segundo ela, prejudicaram as negociações e o convívio entre Usina e índios.

Isso ficou bem exposto num documento de 1987, em que a Usina presta esclarecimentos ao seu órgão superior, a Eletrobrás, quanto aos seus procedimentos em relação à comunidade indígena:

Todas as ações foram efetivadas para atender aos problemas causados pela implantação do Reservatório e a comunidade vive atualmente sua vida normal, dentro dos seus padrões culturais. Há evidências de que a atual comunidade tem sido afetada e influenciada por pessoas e/ou instituições extragovernamentais, não pertencentes às origens culturais da nação Guarani. Estas interferências certamente impedem a livre expressão cultural da comunidade e dificulta a progressiva evolução natural, de integração dessa comunidade com as comunidades em cujo meio se encontram (DOC. 35: 13.02.1987).

É interessante perceber que tais *interferências*, além de prejudicar os trabalhos dos agentes da Usina na aldeia, atrapalham a *progressiva evolução natural da sociedade indígena*, ou seja, não permitem que os mesmos ingressem na sociedade nacional, compartilhem dos mesmos interesses, e deixem de ser dependentes da mesma, pois, conforme a legislação indígena vigente, o processo de assimilação pela sociedade nacional era a indicação mais positiva.

A análise da atuação da ANAI e principalmente do CIMI na questão dos Guarani no Oeste do Paraná ainda precisa ser feita. Não é a proposta desta pesquisa, no entanto pode-se afirmar que tal atuação foi permanente em todos os momentos de embate com a sociedade nacional. Isso se destacou tanto na documentação proveniente da Itaipu quanto na própria documentação produzida pelo CIMI, principalmente no seu periódico *Porantim e Luta Indígena*, constituído de um discurso engajado em favor dos Guarani e extremamente ofensivo contra a Itaipu e a Funai. Este posicionamento do CIMI ficou explícito nos próprios títulos de artigos publicados no periódico *Luta Indígena: Racismo: Funai estabelece critérios de indianidade (1981); Itaipu & Funai: contra os Guarani (março de 1982); Ocoi: solução que envergonha o país, ameaça os Guarani e favorece transnacional (agosto de 82); Itaipu genocídio à brasileira (dezembro de 1982); Ocoi: a aldeia Guarani que põe medo em Itaipu e irrita a Funai (1983)*.

Os periódicos constituíam-se também de um espaço de publicação dos documentos produzidos pelos Guarani. Muitos destes documentos não foram anexados ao acervo AVÁ-GUARANI organizado pela Itaipu, mas são encontrados nestes periódicos.

Outra estratégia arquitetada pela Usina frente ao novo problema, ou seja, as reivindicações de uma área maior pelos índios, era a negligência em relação ao assunto, desmentir, enrolar, esperar, defender o histórico das ações, e seguir sempre a orientação de “aguardar, se for o caso, nova provocação para o tema” (DOC. 31: 27.12.85). A mesma estratégia foi empregada dois anos mais tarde, ainda na discussão da ampliação da área onde a diretriz foi “se a Itaipu puder deixar de se manifestar durante algum tempo talvez fique mais fácil o diálogo” (DOC. 38: 13.07.1987).

A negligência era uma estratégia arquitetada, uma vez que a área que tinham para oferecer aos Guarani não era do agrado deles e não condizia com as reivindicações. Novamente não ouviram a comunidade e não tinham especialistas para tratar da questão indígena. Percebe-se que, apesar de a Usina, em diversos relatórios, acusar erros na sua atuação, os jornais estarem constantemente denunciando por arbitrariedades em relação aos Guarani e, conseqüentemente, ser penalizada por isso, não modifica suas políticas, tomando o

histórico das relações entre Itaipu e os Guarani como experiência. As negociações por uma nova área se iniciam e ela segue os mesmos desacertos.

Um documento em caráter confidencial produzido pelo Diretor Jurídico da Itaipu, Clovis Ferro Costa, que esteve na direção de diversas políticas desenvolvidas pela empresa, ajuda na compreensão de que a Itaipu tinha ciência de que suas políticas foram inapropriadas para os Guarani ao apontar que a postura nas ações empreendidas pela Usina não foram as corretas:

A minha convicção pessoal, hoje, é de que o pleito dos índios não é desarrazoado, de um lado; de outro, é evidente que o relatório sobre o qual se baseou ITAIPU não é veraz. Digo isso em caráter confidencial, para evitar explorações judiciais e políticas. Com efeito, os Avá Guarani foram apresentados como tendo anteriormente apenas área em torno de 34 ha. E como ITAIPU transferiu-lhes cerca de 250, a nossa postura teria sido generosa. Ocorre que o dado inicial é, manifestamente, incorreto, já pelos antecedentes de ocupação da área, já pelas informações coligidas. O próprio alegado nomadismo há evidência de que não se reuniram eles numa área tão pequena. Dessa maneira, ao invés de ITAIPU ter sido generosa, provavelmente terá subtraído muita área aos indígenas (DOC. 36: 10.04.1987).

3.4 As táticas indígenas reelaboradas com o viver na reserva indígena

Se, no início do capítulo, propus que as táticas indígenas foram organizadas na busca de apropriar-se de códigos da sociedade nacional, que permitiriam aos mesmos movimentar-se com uma certa desenvoltura na nova fase que se erguia para a comunidade Guarani, ou seja, a Usina de Itaipu, analisarei os próximos eventos no território do Oeste do Paraná, entre Usina e índios, como reflexos desta resignificação. Aponta-se que os fatos que seguem o período de 1986 a 1997 são polêmicos por muitos fatores, como veremos. No entanto duas questões sobressaem: o engajamento político dos Guarani em relação ao seu território, e as consequências disso para a Itaipu e a Funai.

Convêm citar que, logo após a aceitação da reserva, os Guarani iniciaram as reivindicações de sua ampliação. Tanto por ela ser imprópria, o que já sabiam mesmo antes de chegarem na nova área, quanto pelas novas dificuldades que a todo momento ela apresentava. A diminuição da terra pelo desbarrancamento nas margens e os conflitos com os agricultores da região tornaram-se problemas cotidianos. Assim, apesar de a documentação fornecer indícios de um atuação mais sistemática a partir do ano 1986, em 1985 houve uma exigência dos Guarani da presença do Presidente da Itaipu na aldeia para discutir o problema do

desbarrancamento da terra, e iniciar as negociações de um espaço maior para o coletivo (DOC. 29: 25.11.1985).

Foi em 1986, no entanto, que os Guarani começaram a usar novas táticas em sua luta. Se dirigiram diretamente ao financiador dos militares, o Banco Mundial. Enviando-lhe uma carta de 4 páginas com 58 assinaturas, relatando a trajetória de luta da comunidade e, numa seqüência de fatos bem coerentes, denunciavam a negligência da Usina. O documento aponta algumas questões, a se destacar: a) o território de 1.500 hectares que tinham e que foram usurpados pelo branco; b) a violência a que foram submetidos no início da colonização da região pelo Incra e pelos pioneiros; c) o reconhecimento pela Funai de índios no Oeste do Paraná; d) o antropólogo que afirmou não existir índios na região e sim paraguaios; e) a pressão da Itaipu em fazê-los aceitar os 251,15 hectares inadequados à organização espacial da cultura Guarani, f) as tentativas de conversar com a Usina para resolver a questão e as diversas frustrações neste sentido; g) o conflito com os colonos do entorno porque a Itaipu não demarcou a reserva; h) os diversos problemas que a comunidade enfrenta numa terra inadequada, como a malária, o veneno nas águas e na terra por causa dos colonos; i) e o descaso tanto da Funai como da Itaipu perante estes e outros problemas que a comunidade enfrentou depois que foi retirada de seu território e assentadas em outro muito menor (DOC. 32: 10.1986).

Por fim, apontam a responsabilidade do Banco Mundial na questão, pois, sendo o financiador da Usina, precisavam saber o quanto o mesmo estava prejudicando índios e agricultores da região.

Voces emprestaram dinheiro à ITAIPU para que eles pudessem machucar a nós e aos brancos que estão na mesma situação que nós. ITAIPU fez um grande estrago aqui na América, mas voces emprestaram dinheiro só para isso, e à FUNAI para que pudessem pagar pessoas para atirar nos índios, porque temos enormes direitos (sic) (DOC. 32: 18.09.1986).

Tal tática empreendida pelos Guarani repercutiu polemicamente na imprensa tanto quanto dentro da Usina, implicando novas estratégias de ações para esta. É interessante destacar, contudo, que esta tática foi gerada pelos índios quando estes souberam como a Usina foi planejada e estruturada. Se as portas para o diálogo estavam fechadas, dado o descaso, ou a mera indicação de esperar novas provocações, estas vieram e foram intensas.

Em 1987 o Banco Mundial enviou ao Brasil dois funcionários, Dr. Robert Goodland e Dr. Schelton Davis, do Escritório de Meio Ambiente e Assuntos Científicos, para averiguar as denúncias. Os representantes do Banco elaboraram um relatório das políticas desenvolvidas

pela Usina, apresentando metas para a solução da questão e, principalmente, para a ampliação da reserva (DOC. 33: 19.02.1987). Cacique e membros da comunidade, Funai, Itaipu, Eletrobrás e Banco Mundial se encontraram na reserva, um belo encontro que não foi documentando, mas podemos saber o que aconteceu a partir do episódio.

A primeira ação da Itaipu foi prestar esclarecimentos à Eletrobrás (DOC. 35: 13.02.1987). O órgão superior, por não acompanhar todo o histórico das ações da empresa em relação aos índios, foi pego de surpresa. Num determinado momento teve que prestar contas ao Banco Mundial de um problema de sua alçada, que foi relegado a funcionários sem experiência na questão indígena e, pelo que já percebemos, em legislação indígena.

Anteriormente citamos um documento confidencial que admitiu erros nas ações, mas propunha também “que desbravar essa possibilidade de reconciliação, sobretudo em face à pressão do Banco Mundial, seria um bom serviço” (DOC. 36: 10.04.1987). O que temos é uma nova tomada de posição da Itaipu? Provavelmente não, mas algo mudou. A partir desse momento, a ampliação da área já era possível.

Se a meta era conseguir a abertura nas negociações e a atenção para a reivindicação dos 1.500 hectares, os Guarani obtiveram sucesso. Todavia o que deve ser percebido nesta ação foi a sabedoria com que lidaram com o assunto, e isso não se apresentou somente neste momento. Todas as táticas são impregnadas de mobilização, liderança e engajamento político.

A ação indígena repercutiu até mesmo entre os agricultores, que, ao perceberem que a questão indígena avançava a cada dia, os resultados não demorariam a aparecer, ou seja, novas áreas seriam elencadas para a ampliação e possivelmente a demarcação de uma nova reserva.

A primeira proposta de mobilização em prol do Parque repercutiu em âmbito internacional. A ampliação da área envolvia uma Reserva Florestal que estava junto à área indígena e mais duas ilhas, perfazendo um total aproximado de 200 hectares. No entanto, a Reserva Florestal não poderia ser oferecida aos indígenas, pois já havia sido concedida a agricultores para ser reflorestada em 1983.

Mesmo assim, os agricultores tiveram receio de que seus contratos fossem cancelados, e resolveram manifestar-se dando várias justificativas contrárias à ampliação do espaço indígena nessas terras. É o que fica bem evidente na carta que Danilo José Hartmann enviou à Usina, reclamando da possibilidade de perder seus investimentos nas terras de que cuidou e que eram alvo dos interesses indígenas, e das suas constantes invasões para o roubo de frutas. Assim, suas terras não seriam apropriadas pelos Guarani, e as outras terras que ficavam perto das suas também não, pois, se estes fossem vizinhos, ele e sua família estariam “expostos a

doenças transmissíveis por mosquitos, pois os indígenas estão infestados com mais frequência” (DOC. 37: 02.06.1987).

A Itaipu, certa de que as duas ilhas seriam aceitas sem algum problema, mostrou-se surpresa quando soube que estes não aceitaram a proposta e que continuaram a reivindicar os antigos 1.500 hectares, levantando a hipótese de pedir o Parque Nacional do Iguaçu para o novo reassentamento (DOC. 38: 13.07.1987). Datam-se deste momento as primeiras referências ao Parque como espaço ideal para a sobrevivência da comunidade Guarani, o que não foi visto com bons olhos pela Usina.

Um ponto a ser observado nesse período foi o desentendimento entre a dupla Itaipu e Funai. Trata-se de uma estratégia construída pela Usina para confirmar novamente a postura justa de suas ações e para responsabilizar a Funai pelos problemas na reserva. A atitude era compreensível, ao passo que era preciso achar um culpado para a situação, pois permanecer com a Eletrobrás e o Banco Mundial a penalizar não era bom à imagem da Itaipu. Para tanto, elaborou um relatório que apresentou a problemática dos Guarani e as políticas da Usina em todos os períodos:

Cremos que com as explicações acima V. Sa. terá em mãos elementos para informar ao Banco Mundial que a atuação da Itaipu foi sempre correta e atendeu aos anseios da Comunidade Indígena ali existente, mas que **não é de sua atribuição continuar alargando horizontes de uma comunidade indígena, pois isso é competência da FUNAI**, que deve por meios próprios tentar estabilizar a comunidade ou arcar com os problemas decorrentes de sua instabilidade demográfica. Nada ficou pendente em ITAIPU quanto ao reassentamento da Comunidade Ava Guarani (DOC. 40: 1987, grifo meu).

De acordo com o documento, a *estratégia de negligência* da Usina não tinha sido deixada de lado. O discurso desta vez era: não ser de sua alçada *alargar horizonte de uma comunidade indígena*, em suma, resolver a problema territorial dos Guarani.

A dubiedade do discurso da Itaipu, associada à sua negligência resultou para a comunidade indígena em uma nova tática de luta. Se o Banco Mundial decretou soluções para a Usina e estas não foram atendidas, principalmente referindo-se à ampliação da área, as denúncias iriam retornar ao Banco, com mais ênfase:

Nós estamos agora 37 familia e 2002 pessoa nessa pequena terra 231 hectares, agora nós vemos que vocês não tem preocupação de nós e de ninguém, vocês fala mas não faz se tivece preocupação de nós ja tia solucionado nosso probrema, vocês não tem mesmo preocupação de nós, porque a carta ja bem 2 vezes, ai que nós vemos que vocêis não vai ajudar a nós (sic) (DOC. 42: 02.08.1988).

O fundamental neste caso é perceber a amplitude da ação indígena ao escrever ao Banco, uma vez que recorrer ao Estado já não apresentava mais resultados, e frente a essa contingência as táticas precisavam ser reelaboradas. João Pacheco de Oliveira (2002) aponta que o destino dos povos indígenas no mundo globalizado atual não está fadado a serem afetados somente por políticas públicas de Estados Nacionais, sejam elas de usurpação de seus territórios ou de metas para a incorporação destes à sociedade nacional. Segundo ele, nos últimos cinquenta anos, desenvolveram-se espaços internacionais que ditaram regras, doutrinas e concepções jurídicas sobre os direitos das populações indígenas e tribais, juntamente com o debate da preservação dos recursos naturais, pela Organização das Nações Unidas.

A ação foi resultante da pressão da opinião pública para que fossem seguidas tais recomendações, cujas agências financiadoras passam a estabelecer critérios e procedimentos para a avaliação dos projetos a serem financiados.

Dentro deste espaço, inclui-se o Banco Mundial, que elaborou um conjunto de normas e requisitos técnicos para gerir tais questões, e, principalmente no caso aqui analisado, salvaguardar os direitos das populações indígenas que estivessem em contato com os projetos financiados pelo Banco, independentemente do programa – hidroelétricas, modernização agrícola, implantação de pólos indústrias (OLIVEIRA, 2002, p. 106).

Em consonância com isso, Oliveira expõe que o Banco, no ano de 1982, ditou diretrizes incisivas para a questão indígena, sendo o marco referencial que baseou a Diretriz Operacional (OD) 4.20, de 1991,

Já em 1982, a primeira diretriz do BM para as sociedades indígenas (a OMS 2.34) ponderava que essas populações estavam “mais sujeitas do que outras a serem prejudicadas, mais do que beneficiadas, por projetos destinados a beneficiários distintos das populações tribais” e que, portanto, o desenho de tais projetos “deveria incluir medidas ou componentes necessários à salvaguarda de seus interesses”. No mesmo documento, é afirmado categoricamente que somente serão apoiados pelo BM projetos que, pelas medidas que adotem, efetivamente demonstrem salvaguardar “a integridade e bem-estar das populações tribais” (OLIVEIRA, 2002, p. 106).

Nota-se que a diretriz não determina sobre não arquitetar projetos em territórios indígenas, nem sobre deslocamento de sociedades indígenas de suas áreas de ocupação tradicional, todavia reforça que a integridade e o bem-estar delas deveriam ser salvaguardados. Mas o que isso significa? Apropriar-se de um espaço de ocupação imemorial

e transferir os *donos* para um outro menor e inadequado à sua cultura, apresentando com o passar dos anos inúmeros problemas e conflitos, estaria permitido? A pergunta essencial é: Qual seria o conceito de integridade e bem-estar das populações indígenas para o Estado?

A diretriz também mostra como foi oportuna a ação política dos Guarani em recorrer duas vezes ao Banco. Talvez os problemas não foram resolvidos como se esperava, mas foi graças à vinda dos representantes do Banco à reserva que o diálogo da ampliação da área indígena tornou-se possível.

A carta provocou várias manifestações. A própria Itaipu passou a ser alvo de constantes cartas de repúdio pelo seu descaso à questão indígena, cartas vindas de diversas instituições nacionais, como a *Comissão Pró-Índio de São Paulo* (DOC. 43: 25.08.1988), ABA (DOC. 45: 20.09.1988), *Instituto de Estudos Sócio-Econômicos/INESC* (DOC. 46: 20.09.1988), *CRAB/Comissão Regional de Atingidos por Barragens* (DOC. 47: 29.09.1988), *Comissão Justiça e Paz de São Paulo* (DOC. 48: 02.11.1988), *CEACON/ Centro de Estudos e Atividades de Conservação da Natureza* (DOC. 49: 30.11.1988), *Instituto Sul Mineiro de Estudos e Preservação da Natureza* (DOC. 50: 20.12.1988), que cobraram novas atuações da Usina e um comprometimento responsável com a comunidade Guarani.

Diante deste contexto, somente restou à Itaipu identificar uma área de 1.500 hectares para a relocação da comunidade indígena. Diversas áreas foram visitadas em Cascavel, Catanduvas, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu, Matelândia e Diamante do Oeste. O relatório que aludiu ao assunto queixa-se da dificuldade de encontrar na região uma área deste porte, mas menciona duas, uma em Catanduvas e outra em Três Barras do Paraná, que apresentaram características pretendidas pelos índios, e ressaltou, ainda:

Outrossim, informamos que ambas as áreas encontram-se próximas à Reserva Indígena Rio das Cobras, município de Laranjeiras do Sul e da Administração Regional da Funai, sediada no município de Guarapuava, onde a comunidade poderá obter maior e melhor atendimento (DOC. 39: 06.07.1988).

Poder-se-ia invocar aqui mais uma estratégia da Itaipu em reassentar a comunidade Guarani o mais longe possível, alegando que estes poderiam ter melhores condições de vida? As denúncias dos Guarani de que a Usina sempre quis transferi-los para regiões longínquas não são sem fundamento, principalmente se se associar o fato de que ela sempre teve planos de reaver a reserva Santa Rosa do *Oco'y*. Caso os índios recebessem outra área, resultaria na saída dos Guarani do quintal da Usina.

A sugestão do Parque Nacional do Iguaçu pelos Guarani em uma reunião com a Itaipu e Funai, como uma área adequada a ser pleiteada para a ampliação da reserva, não foi aceita, deixada de lado desde o início das negociações. Se, por um lado, não se queria ampliar a área, muito menos se desejava que o Parque fosse habitado pelos índios.

Se houver possibilidade de aumento de área, fatalmente será impossível controlar essa imigração e a importação de moléstias, que hoje não existem ao longo do reservatório, tais como a tuberculose e a já constatada malária (DOC. 40: 1987).

Desde que a idéia da transferência do Parque Iguaçu foi repelida pelas autoridades, até porque esses índios já adquiriram o lamentável hábito de abater arvores e vender a madeira ilegalmente, [...] esses índios estão praticamente aculturados, já praticam foot-ball, usam bicicleta, ouvem rádio e alguns até internamente trabalham como bóias frias nas plantações vizinhas [...] Possuem uma área espetacular de terra roxa e vivem com fome, recebendo alimentação mensal doada através da FUNAI, em plena abundancia circundante (DOC. 56: 31.01.1989).

Para a Itaipu, os Guarani estariam em pleno processo de aculturação pela sociedade nacional deixando de serem índios e de valorizar a natureza. Assim, os costumes do branco adquiridos pelos índios possibilitariam o desmatamento - como andavam fazendo - do Parque, sem se preocuparem com a questão ambiental.

Sabe-se como essa concepção arcaica prevaleceu, pois não houve, até aquele momento, nos quadros de funcionários da empresa, indivíduos especializados que fomentassem um conhecimento científico sobre o tema indígena relacionando à cultura, etnicidade, alteridade e direito indígena. O mesmo documento trata do assunto e diz, que por divergências tanto da Itaipu e da Funai, não houve acordo quanto ao antropólogo a se contratar.

Ana Valeria Araújo (2004) alude ao assunto ao discutir a necessidade de a sociedade nacional e seus órgãos assumirem uma nova postura em relação aos territórios indígenas, deixando de considerá-los enquanto espaço de atraso:

Este novo contexto, que vem permitindo o resgate de alguns erros do passado, permite também que se lance um novo olhar sobre as Terras Indígenas, reconhecendo a sua importância para a preservação dos recursos naturais e a biodiversidade, um dos maiores patrimônios do país. Imagens do satélite demonstram que na Amazônia hoje, as áreas de florestas mais preservadas estão dentro dos limites de Terras Indígenas. Sabe-se que a relação harmoniosa que esses povos mantiveram com o seu ambiente ao longo dos tempos responde pela preservação das florestas e de seus recursos (ARAÚJO, 2004, p. 36).

A pesquisa adentra a década de 90 e os dois últimos fatos/exemplos acima citados serão melhor analisados com os eventos que seguiram o início do ano de 1990. Um deles foi a abertura de um inquérito pela Justiça Federal com o objetivo de apurar a invasão da reserva para a retirada ilegal de madeiras, fato amplamente divulgado pela imprensa regional, pois suspeitava-se que a Funai negligenciava o assunto.

Um trecho de um artigo de jornal que trata da omissão da Funai merece a atenção, “O cacique dos avas, Pedro Alves, disse que a Funai – que tem um só representante na região, Valderico Ferreira – ‘não dá nenhuma assistência. Quando a gente precisa, tem de procurar por ele nos bares de São Miguel, quando não está pescando no Rio Paraná’”(DOC. 59: 10.04.1990). Era a denúncia de que a Funai raramente estava na reserva e assim totalmente alheia ao que acontecia por lá, como o desmatamento.

O inquérito instaurado foi o início da comprovação pública de que se naquele momento havia problemas na aldeia, e que eram resultados da péssima atuação da Usina e da Funai. A dupla era a responsáveis pela comunidade indígena, pela sua integridade, bem-estar e pelo meio ambiente da reserva.

As táticas guarani continuavam a surtir efeitos. Um relatório foi elaborado pelo engenheiro agrônomo Klaus Greiner, que esteve por muito tempo envolvido com a questão, com o intuito de esclarecer à Itaipu sobre todas as medidas já tomadas e diagnosticar decisões que poderiam equacionar o problema em definitivo. A diretriz era “[...] dispor, a baixo custo, dada à limitada dimensão e circunscrição do problema, de um ‘tratamento modelar’, que seria útil ao setor elétrico que, neste campo, vem sofrendo até mesmo injunções nos financiamentos internacionais, em decorrência da questão indígena” (DOC. 60: 19.04.1990).

O documento enfatiza categoricamente que a Usina foi considerada, pelo Estado, como responsável pelo assunto. Para preservar a sua imagem e a do setor elétrico do país, seria necessário liquidar a situação com algumas políticas, que permeavam desde a participação da comunidade nas decisões, ao entrosamento com as diversas instituições envolvidas com a questão. O documento destaca também a importância de se contratarem profissionais com experiência no assunto indígena, verificar outras experiências no setor elétrico do país e evitar o paternalismo (DOC. 60: 19.04.1990).

Em referência ainda a este relatório, a Itaipu pediu a seus advogados do escritório do Rio de Janeiro para avaliar juridicamente a real responsabilidade que ela teria sobre a reserva indígena. A advogada Maria Agueda S. Torres, que se responsabilizou pela tarefa, elaborou um memorando citando diversas partes do Estatuto do Índio e várias partes da Constituição

Federal para isentar a Itaipu da responsabilidade com relação à comunidade indígena, afirmando que à Funai caberiam todos os encargos:

A entidade, através de escritura de Compra e Venda, a favor daquela comunidade indígena, tutelada pela FUNAI, transferiu todo o domínio, posse, uso e gozo, direitos e ações que tinha e exercia sobre as referidas terras. Desse modo é nosso entendimento, que a partir da data da lavratura da escritura, a Itaipu se exime de toda e qualquer responsabilidade com a referida comunidade, ficando a cargo da FUNAI, como tutora [...] E, sobre o desmatamento na área [...] acreditamos que à Entidade Itaipu, não cabe intervenção alguma, vez que o assunto é da alçada da Funai (DOC. 63: 30.04.1990).

Legalmente estava pronunciada a inocência da Usina, seja em relação ao desmatamento e aos diversos problemas da aldeia, mas o que adiantava tudo isso se os problemas continuavam a existir. Em 11 de maio de 1990 foi divulgada em Foz do Iguaçu novamente a negligência da Usina em relação aos Guarani. O folheto intitulado *Essa terra tem dono*, pediu a indenização da área indígena inundada e uma nova, de acordo com as reivindicações dos índios, trazia diversos telefones para contato e apoio ao *Movimento Ava-Guarani* encabeçado por diversas entidades (DOC. 62: 11.05.1990).

Em 10 de outubro de 1990, o Ministério Público Federal requereu na Justiça *Ação Civil em favor da Ecologia e Comunidade Ava-Guarani*, acusando a Itaipu de não se preocupar com o desmatamento que a mesma permitiu e, além disso, autorizou a prática agrícola nas margens do lago. A ação acusava também a Itaipu de ter autorizado a retirada de madeira desvitalizada na área dos colonos, e não fiscalizava o comércio desta madeira, e que a área concedida aos índios era insuficiente e não prestava para a agricultura. O lago próximo à terra dos índios servia de proliferação ao inseto transmissor da malária, e que a Usina era responsável pela devastação da área indígena (DOC. 54: 10.10.1990). Todos estes pontos foram duramente debatidos e contestados pela Usina em diversos documentos que novamente a inocentavam das acusações.

Enquanto a perícia era realizada, a Justiça Federal, por meio de uma limitar determinou ações de curto prazo para o problema, proibiu o corte e a retirada de qualquer tipo de madeira, o reavivamento das divisas da reserva pela Usina e pela Funai e determinou que a Funai providenciasse assistência médica, alimentação – doação de cestas básicas, sementes e todas as providências possíveis para a conservação do nível de vida dos índios (DOC. 69: 1991).

Em 1991, no mesmo ano da liminar, um grupo de trabalho foi criado com a participação de diversas entidades – Itaipu, prefeitura de São Miguel do Iguaçu, CIMI, OAB, CJP - sob a coordenação da Funai, que visou buscar soluções para o problema da comunidade Guarani, particularmente sobre a nova área a ser destinada a estes, propondo apresentar áreas para a avaliação da comunidade em dez dias.

Como fruto dos trabalhos do grupo, foi elaborada, pela Funai, uma minuta de convênio considerando a terra doada à comunidade Guarani insuficiente, e tal comunidade deveria ser ressarcida com a transferência para uma nova terra em consonância com as reivindicações, e também por meio de um programa de assistência e apoio por 2 anos, que visava preservar o bem-estar da comunidade (DOC. 65: 27.06.1991).

Ao conhecer a minuta, a Itaipu se negou a aceitá-la, pois compreendia que a proposta somente a abrigava ao trabalho, excluindo de responsabilidade os demais participantes. No entanto, a Itaipu também alegava que, se houvesse algumas mudanças, e se fosse criado um grupo de discussão dentro da própria Usina, com a participação de um antropólogo, para apresentar algumas emendas na minuta, o convênio poderia ser assinado,

Pelo documento, a responsabilidade por todas as ações de relocação dos índios, deverá ser da Entidade, tanto no que se refere à compra da nova área, como na preparação da sua infra-estrutura. O acompanhamento da instalação da comunidade na nova área, ao longo de 2 anos, também será de responsabilidade da entidade, com destinação de recursos mínimos iguais ao custo da relocação. Está entendido pela minuta, que a área atual da Reserva Indígena continuará com essa característica (DOC.67: 18.06.1991).

Contudo, se houver destinação de outra área, a atual Reserva deverá ser desativada totalmente, reincorporando-se definitivamente à Faixa de Proteção Permanente [...] Fica terminantemente entendido que, concluído um possível tramite de destinação de outra área, a IB se retirará definitivamente do processo dando por encerrada sua participação na questão indígena em pauta (DOC. 68: 27.06.1991).

Enquanto a dupla não chegava ao consenso e duelava entre compromissos e responsabilidades a serem assumidos, a comunidade indígena mobilizava-se para a obtenção de 5.000 hectares dentro do Parque Nacional do Iguaçu. A *tática* naquele momento era ocupar diversos espaços para legitimar a reocupação do Parque e desmentir que estes estariam desmatando a reserva do *Oco'y*. Para tanto, elaborou um documento com 49 assinaturas de índios, documento que não foi destinado apenas à Usina, mas também a deputados e vereadores.

Nosso pensamento voltar a viver de novo no mato, porque o mato da saúde para criança e para adulto também. Porque nós nunca detruismo o mato,

porque a gente não tem capacidade, porque o mato e nossa casa Quem destrui a propria casa? (sic) (DOC. 70: 04.02.92).

Fernando Collor de Mello recebeu, no mesmo ano, uma correspondência da Survival,⁴⁵ que expressava o seu apoio à ocupação do Parque pelos Guarani, pois o concebia como “terra historicamente ocupada pelos Guarani” e repudiava as ações da Itaipu Binacional que já havia reconhecido que a área doada aos Guarani era inadequada em termos de espaço territorial (DOC. 75: 02.03.1992). A entidade já havia firmado compromisso com a causa dos Guarani no ano de 1990 quando a secretária da Survival fez uma visita à aldeia e verificou as péssimas condições da mesma e determinou que pressionaria as autoridades responsáveis, denunciando-as através das campanhas que faziam pela Europa (DOC. 61: 01.12.1990).

O CIMI também se organizou, elaborando um relatório do histórico do grupo Guarani e das políticas indigenistas do Estado para com estes, e o enviando a todos os deputados estaduais. O relatório é extenso e aborda o processo de usurpação do território guarani pela sociedade nacional, dando seu golpe final com a construção da Usina e alagamento da área *Jacutinga*. Relata a forma como os índios foram confinados num espaço inadequado que trouxe problemas à cultura guarani, como o desmatamento da área ocorrerá, acusando a Usina e o engenheiro agrônomo Klaus Greiner de terem patrocinado a questão doando uma motoserra e propondo a construção de uma serraria na reserva. Denunciaram ainda que a liminar da Justiça Federal não estava sendo cumprida, no que diz respeito às cestas básicas. Terminaram considerando o Parque Nacional do Iguaçu como posse imemorial dos Guarani e espaço adequado para o reassentamento deste povo (DOC. 73: 07.04.1992).

A última minuta de convênio não foi efetivada, pelas divergências já citadas, mas faz com que a Eletrobrás, como interveniente, assumira novamente a direção do problema e firma um convênio mediando a Usina e a Funai. Nele foram definidas as devidas responsabilidades para cada entidade. À Funai caberia definir, em conjunto com a Itaipu, programas de ações disponibilizando os atendimentos de praxe da entidade (atendimento médico, jurídico, técnico e aposentadoria) ao programa. Caberia também indicar dois representantes, sendo um deles antropólogo. A Itaipu ajudaria nestas definições, designaria técnicos para os trabalhos e

⁴⁵ A Survival Internacional foi criada em 1969 e atualmente tem seções na Inglaterra, Estados Unidos, França, Espanha e Itália. A entidade realiza campanhas contra o genocídio das minorias étnicas, como as nações indígenas. As campanhas realizadas pela Survival objetivam pressionar as autoridades responsáveis pelo atendimento das reivindicações indígenas e educar os participantes com envios de mensagens as autoridades. A Survival acredita que a opinião pública é a força mais eficaz para a mudança. Assim ela usa desta estratégia em denúncias e campanhas pelos países. Survival: Apresentação. Disponível em: < <http://www.survival.com>> .Acesso em: 23 de outubro 2006.

participaria das atividades de estudo e de implementação do programa, fornecendo todos os subsídios que se fizerem necessários. A Eletrobrás participaria, na medida do possível, com busca de recursos financeiros no Brasil e no exterior para atender ao programa, e designaria um representante para atuar no equacionamento e acompanhamento do programa (DOC. 72: 21.07.1992). Este Convênio foi melhor elaborado e efetivado em 1993.

Ainda em 1992 saiu o laudo pericial da Ação Civil do Ministério Público contra a Funai, Itaipu e Ibama (DOC. 54: 10.10.1989), que avaliou os prejuízos ecológicos ocorridos na área - o processo de erosão e desmatamento - e a suficiência da extensão da área doada em relação ao número de indígenas residentes. O laudo é extenso e, num primeiro, momento expõe a legislação indigenista brasileira e, depois, o histórico dos Guarani e a Usina. Dois pontos abordados no laudo serão aqui analisados: as causas do desmatamento da área e as políticas empreendidas pela Usina no momento da doação e depois nos projetos de assistência.

O objetivo era saber se o desmatamento efetuado pelo grupo indígena teria sido para o comércio da madeira ou para preparar áreas para o desenvolvimento de atividades agrícolas. Antes de chegar a uma conclusão, o laudo apresenta a forma como os Guarani trabalhavam a terra para a sua agricultura, a *roça do toco*, maneira rudimentar que efetivava o desmatamento de uma área deixando as raízes na terra para facilitar o trabalho e depois plantavam entre os seus tocos. Não usavam fertilizantes e corretivos de solo, e depois que a terra desgastava - 3 a 5 anos - era deixada em *pousio* e os índios procuravam uma nova área para a sua lavoura (DOC. 74: 13.010.1992, p. 18).

O documento averiguou que não poderia responder à questão, visto que não sabia precisar se o índio procurou áreas para desmatar com o objetivo da venda ou de lavoura. Descobriu-se que os índios não entendiam que era necessário uma autorização para remover a madeira que atrapalhava sua roça. Concluindo que a madeira retirada tinha sido vendida com a autorização da Funai, pois não haveria como o chefe do posto indígena ter desconhecimento do assunto (DOC. 74: 13.010.1992, p. 19).

Assim, entendia-se que Funai e a Itaipu eram responsáveis pela comunidade indígena. Logo seriam também responsáveis pelo desmatamento ocorrido na aldeia. Quanto às políticas desenvolvidas pela Usina em relação ao assentamento do grupo, o laudo averiguou se estas foram condizentes com a realidade dos mesmos e se promoveram o desenvolvimento da reserva. Aparentemente todas as ações da Usina foram satisfatórias.

Em consonância com isso, a Itaipu, apesar de ser culpada pelo desmatamento da área, saiu inocentada da questão fundiária de Santa Rosa do *Oco'y*, uma vez que a área tornou-se

imprópria com o aumento populacional posterior, e o laudo termina com as seguintes perguntas:

1º) Deve o estado brasileiro abrigar este problema independente de sua origem, ou deve passar a trabalhar em conjunto com os outros países para evitar este agravamento ocorrido, e que pode tornar-se ainda maior? 2º) Caracterizado o crescimento populacional anormal, devem a FUNAI e a ITAIPU Binacional serem responsabilizados? (DOC. 74: 13.010.1992, p. 26).

Apesar das conclusões do laudo, nada efetivamente foi feito contra a dupla Funai e Itaipu, ficando caracterizado que o problema maior era de âmbito nacional. O Estado teria que organizar políticas contra a imigração de indígenas, especialmente do Paraguai. Que, não encontrando alguma assistência em seu país, vinham para o Brasil obtê-la, principalmente na questão de saúde.

As discussões sobre os convênios estavam em pauta. As entidades definiam seus campos de atuações, o que ficou visível numa reunião na aldeia com diversos representantes da Usina e da Funai no dia 3 de agosto de 1993 (DOC. 83: 03.08.1993). Na presença do Diretor Geral da Itaipu os Guarani reivindicaram mais terra, sendo que todas as suas falas foram neste sentido. O Diretor explanou o histórico das boas ações da Usina, e da negatividade do aumento populacional. Pediu o apoio da Funai para a solução da questão por meio de um Convênio de Cooperação (DOC. 77: 10.05.1993) e afirmou não ser aquele o momento adequado para se falar na compra da nova área, pois precisavam de mais conhecimentos para discutir o assunto.

O representante da Funai rebateu a fala do diretor e colocou em questão os diversos convênios propostos pela empresa e os rotulou como secundários, cuja prioridade naquele momento para todos era a expansão da área dos Guarani. Mas a reunião ficou mesmo no debate da prevenção do aumento populacional no *Oco'y* e na nova área a ser lhes destinada. O avanço foi a Funai responsabilizar-se por analisar o convênio com os representantes da comunidade indígena e no aceite do ingresso do CIMI nas discussões. Pela primeira vez as políticas não seriam construídas somente nos escritórios e sim também na aldeia.

É mister salientar que o teor do convênio citado é evasivo e dúbio sobre a questão indígena, mas foi bem produzido em relação às tarefas atribuídas à Usina e à Funai, para evitar complicações entre as duas. Resumidamente, o objeto do convênio foi “a cooperação técnica [...] visando a adoção de medidas quanto ao cumprimento da política indigenista, assegurando o equilíbrio biológico e cultural do índio” (DOC. 77: 10.05.1993).

Os avanços seguem com a presença do antropólogo Silvio Coelho e da antropóloga Analise Nacke, da Universidade Federal de Santa Catarina, em uma reunião na Usina. Após terem visitado a aldeia e colhido informações com o cacique e o chefe do posto indígena, instruíram a Itaipu sobre a organização socioespacial e cultural dos Guarani. Provavelmente se as instruções do antropólogo transcritas no relatório da reunião tivessem sido consideradas pela Usina logo nos primeiros contatos, teriam evitado as políticas equivocadas da Itaipu.

Quando a região Oeste do Paraná foi descoberta pelo branco, os guarani já a habitavam. O Avá-Guarani desta região é um pequeno grupo integrante do grande grupo dos guaranis. Essa minoria, tem direitos reservados por lei, e como tal, devem ser respeitados como minoria. O guarani quando pode, se refugia e fica longe de organização administrativa do branco. Eles possuem uma ideologia de “procura de terra sem males”. Esta terra estaria localizada além do Atlântico, e por esta razão eles se direcionam a leste. O Guarani continua migrando e andam a pé. Em sua trajetória, quando encontram mata, param e fazem artesanato para garantir a sobrevivência. A aparente pobreza dos índios, é o seu modo tradicional de viver. O ir e vir fazem parte de sua tradição. Fronteiras é coisa arbitrária para eles. O movimento em direção ao litoral continua... De 05 anos para cá, se fizeram algumas definições sobre as áreas indígenas. Para o guarani estão se definindo pequenas áreas, tipo ilhas de refúgios (sic) (DOC. 82: 10.02.1994).

Embora exista uma extensa bibliografia sobre a dimensão cultural e histórica do grupo Guarani no Brasil e nos países vizinhos, a Itaipu, bem como a Funai, não o levaram em consideração para embasar-se e posicionar-se de forma adequada sobre o assunto, principalmente tratando-se de grupos etnicamente diferenciados.

Os antropólogos Silvio Coelho e Anelise Nacke diagnosticaram a situação dos Guarani no reserva de Santa Rosa do *Oco’y* num informe que, além de instruir as entidades não deixou dúvidas que a Itaipu tinha responsabilidades em relação à comunidade. Apontou, ainda, que o único laudo antropológico condizente com a realidade dos Guarani foi o do antropólogo Edgard de Assis Carvalho, que não foi considerado pela Itaipu (DOC. 78: 02.1994). Diante da atuação da Usina, a responsabilidade não caberia somente ao grupo indígena do Brasil, mas também do Paraguai. Para tanto, o informe sugeriu alguns posicionamentos que a empresa deveria tomar para “corrigir e resolver os problemas criados no passado”:

1. que sejam retornadas as convenções interrompidas entre os indígenas, diferentes ONGs, a Funai, a Procuradoria da República, o Governo do Estado, o Bispado, e a Itaipu, com o objetivo de (a) compreender e encaminhar as legítimas reivindicações dos indígenas do Ocoí, na sua condição de atingidos pelos projeto da UH; b) definir um projeto de

cooperação entre as diferentes entidades, com a participação das lideranças indígenas, objetivando atender as reivindicações dos índios; c) equacionar outras questões relativas a indígenas, de uma forma ou outra também vítima da implantação da UH (caso, p. ex. dos Guarani que saíram das áreas do Jacutinga/Ocoí, e que estão precariamente localizados no município de Inácio Martins – Pr); 2) considerar as especificidades socioculturais e econômicas dos Avá-Guarani e a sua condição de integrantes de um povo dividido pelas fronteiras de diversos países, o que impõe a emergência de políticas governamentais claras voltadas para o seu reconhecimento e defesa; 3) considerar a legislação constitucional, o direito internacional, as normas sócioambientais adotadas pelos país e pelo setor elétrico, além das recomendações dos organismos internacionais de financiamento, no que se referem aos direitos das minorias indígenas e as responsabilidades dos estados e de outros entes que, por diferentes razões, possam a vir interferir no seu cotidiano, ameaçando sua existência e colocando em risco sua permanência enquanto entidades socioculturais alternas. 4) considerar que o trato dessas questões requer a participação de diferentes especialistas, entre eles o antropólogo (DOC. 78: 02.1994).

3.5 O laudo antropológico de 1995: um marco nas negociações

As orientações do informe foram acatadas em dois projetos encabeçados pela Itaipu e Funai: no *1º Encontro Integrado de Ação da Reserva Indígena do Ocoí* (DOC. 80: 10-12.05.1994), no mês de maio de 1994, e na constituição de um Grupo de Trabalho deliberado no evento (DOC. 79: 06.05.1994). O Encontro debateu durante três dias os diversos posicionamentos das entidades presentes – Funai, Itaipu, Prefeitura de São Miguel do Iguazu, CIMI, Emater, Assessoria Indígena do Paraná, Seed/PR – sobre a questão indígena, trocando informações, criando programas de melhorias da condição de vida dos Guarani na reserva e debatendo o problema fundiário destes. Definiu-se que um laudo antropológico deveria ser elaborado para contribuir na caracterização da comunidade e na legitimidade da reivindicação de uma nova terra.

O Grupo de Trabalho elaborou um relatório (DOC. 81: 20.05.1994) dois meses depois, apresentando algumas questões que merecem ser esmiuçadas por serem inovadoras, e distintas do que até então estava posto nos outros programas e convênios que foram analisados até o momento.

Aparentemente a diferença inicia-se pela presença do sertanista Cornélio Vieira de Oliveira e pela metodologia de trabalho adotada, uma vez que os pontos a serem analisados e diagnosticados pelo Grupo de Trabalho foram observados em reuniões com a comunidade indígena, que os havia discutido e os deliberados por assembleias indígenas. Estes indicavam em direção à melhoria da infra-estrutura da reserva, e principalmente para o problema fundiário.

As reuniões na aldeia não mais nos escritórios da empresa e a dinâmica de consultar os indígenas devem ser considerados como um avanço, ainda mais se isso for associado ao fato que esta consulta se estendeu também ao grupo Guarani que estava no Rio das Cobras e que desejavam retornar ao seu local de origem.

O relatório traz um histórico dos primeiros contatos entre a Usina e os Guarani, narrando o processo de conflito territorial, a constituição da reserva indígena, os diversos problemas ocorridos com a área inadequada - saúde, alimentação, migração, espaço territorial – mas sem o velho discurso da Usina de posturas justas e sem responsabilidades com o assunto. O novo também se apresenta no relatório quando este discute a especificidade cultural dos Guarani norteando o entendimento de suas migrações, relações de parentesco e sua organização espacial.

Arquitetava ainda um programa de ação que visava respeitar as diretrizes estabelecidas no convênio Funai/ Eletrobrás de 1987, que estabeleceu as responsabilidades sociais para cada parte, na busca de minimizar os impactos diretos e indiretos dos empreendimentos do Setor Elétrico brasileiro. Em suma, pretendia-se desenvolver uma política indigenista responsável que não fomentasse o paternalismo, a dependência do grupo e a políticas assistencialistas, mas o contrário, que permitisse o desenvolvimento da autonomia e auto-determinação da comunidade indígena.

Com essa prerrogativa foi criado o *Programa Avá-Guarani*, com a meta de ser uma experiência ímpar no indigenismo brasileiro, e ímpar para o contexto do oeste paranaense, pois se pretendiam solucionar problemas que se acumulavam desde o período de colonização da região. Os objetivos gerais do programa eram:

1 - Equilibrar as relações econômicas e culturais entre a comunidade indígena e a sociedade nacional; 2 – Garantir o usufruto exclusivo da área demarcada, definida para os índios Avá-Guarani, conforme a Lei 6.001, artigo 2º, Parágrafo 9º; 3 – Melhorar as condições gerais de vida, segundo as aspirações dos próprios Avá-Guarani; 4 – Ampliar a compreensão dos avás-Guarani acerca da realidade socio-política brasileira (DOC. 81: 20.05.1994, p. 16).

Um subprograma foi criado especificamente para o problema fundiário e a meta era elaborar um laudo antropológico que averiguasse a reivindicação de 1.500 hectares, a constituição de uma comissão com a participação de um Guarani, para localizar as possíveis áreas que atendessem às exigências da comunidade.

O que mais causou estranhamento foi, porém, a discussão dos royalties do relatório. Até então nenhum documento havia trazido qualquer informação sobre a possibilidade de a comunidade receber esta compensação:

Esta proposição encontra fundamentos no trato que, desde 1993, a União, Estado e Município vêm se beneficiando com o pagamento de royalties advindos da produção de energia pela ITAIPU. Esses royalties são destinados à compensação pelos efeitos causados pela formação do reservatório e conseqüentemente inundação das terras. Tanto assim que a Lei Orgânica do Município de São Miguel do Iguçu, promulgada em 05.abr.90, preocupava-se com a questão, definindo que tais recursos, a nível daquele município, “serão preferencialmente aplicados nas comunidades diretamente atingidas pelo reservatório da ITAIPU BINACIONAL, e comunidade indígena Avá-Guarani” (sic) (DOC. 81: 20.05.1994, p. 11)

Os jornais do período informavam que os Guarani teriam direitos adquiridos de receber 2% do dinheiro recebido pela Prefeitura de São Miguel do Iguçu pela Lei Orgânica de 1989 (DOC. 83: 13.02.1994). Sabe-se que a comunidade não teve acesso a esta forma de compensação, embora os montantes sejam expressivos, principalmente se comparados às necessidades indígenas.

No o ano de 1995, a Itaipu, pressionada pelo Ministério Público sobre a demora da demarcação de uma nova terra em benefício da comunidade Guarani, elaborou uma correspondência que, por incrível que pareça, retomou o seu posicionamento de que os problemas da reserva foram de responsabilidade do aumento populacional e da Funai, por ser este o órgão estatal que deveria administrá-la (DOC. 85: 20.04.1994).

A Itaipu esperava pelo laudo antropológico que estava sendo feito pelo antropólogo Rubem Thomaz de Almeida, indicado pela ABA e contratado pela empresa. O laudo forneceria subsídios para encontrar uma área adequada ao reassentamento dos Guarani. A dificuldade estava em encontrar uma área que atendesse à reivindicação de 1.500 hectares, numa região em que a estrutura fundiária estava consolidada, com um alto grau de degradação ambiental resultante da agricultura intensiva.

A situação se agravou para a Usina com a *invasão* de 60 índios, em 15 de junho de 1995, em uma das suas propriedades, do Refúgio Biológico Bela Vista, área considerada de preservação permanente, sujeita a restrições de uso e de proteção legal. Num discurso ofensivo, a Usina reclamou da invasão à Funai, caracterizando-a como intolerável, ilegal e desassociada de qualquer reivindicação legítima ou jurídica. O que a Usina quis deixar claro foi que, apesar dos inúmeros esforços da mesma – o seu último programa exemplar especificamente - ela “tem primado em preocupar-se constantemente com a situação dos

silvícolas em questão, sem que isso implique em assunção de responsabilidades legais que não lhe cabem” (DOC. 88: 22.06.1995), mas sempre os problemas surgem sob sua jurisdição em detrimento da péssima atuação do órgão tutelar.

O laudo antropológico sobre a comunidade forneceu, posteriormente, mais informações sobre o episódio e levantou uma questão relevante: a *tática* de adentrar um espaço de 450 hectares, denominando o espaço de Paraná Porá. Foi *invasão* ou *reocupação*?

Considero que os Guarani-Ñandeva do Oco’y entenderam ser seu território a região compreendida, grosso modo, pelas cidades de Foz do Iguaçu, Toledo e Guaira; considerando que seus direitos, garantidos pelas Constituições brasileiras (todas!), bem como por legislação ordinária, são imprescindíveis; considerando que a comunidade Ñandeva tem sido obrigada a esperar estes 15 anos para que se encaminhe suas reivindicações; considerando-se que no processo de desapropriação de suas terras foram criadas situações jurídicas que hoje se configuram desfavoráveis, teria havido uma “reocupação” daquelas terras (THOMAZ DE ALMEIDA, 1995).

Para a comunidade Guarani *Ñandeva*, o termo correto seria *entrada* – *jaike* = entramos; *jaha jaike* = vamos adentrar – caracterizando o movimento de adentrar terras que são consideradas suas e usurpadas pela sociedade nacional. Assim, as entradas “pretende(m) substituir os termos ‘invasões’, utilizadas por fazendeiros, e ‘ocupação’, ‘reocupação’ ou ‘retomada’, utilizados por aliados dos índios” (THOMAZ DE ALMEIDA, 200, p. 148).

De fato as negociações caminhavam para a solução definitiva do problema. A Usina aceitava a reivindicação dos Guarani sem mais contestar, e um criterioso laudo estava sendo elaborado com dois fatores favoráveis: o antropólogo era indicado pela ABA e tinha aceitação dentro da aldeia pela comunidade indígena.

Se o histórico das relações entre Usina e índios nunca foi, porém, baseado na confiança e na responsabilidade, principalmente da Usina, não caberia aos Guarani depositarem o futuro do grupo em suas mãos e assim desistirem da luta porque a situação parecia ser um pouco melhor. Reocupavam um espaço tradicional como forma de protesto, de mobilização política dado o descumprimento de prazos acordados numa reunião com o Diretor Geral da Itaipu (DOC. 88: 22.06.1995).

A Funai, apesar de ter recebido o informe da Usina, de que, enquanto os Guarani permanecessem na área *invadida*, as negociações e acordos já firmados ficariam suspensos, enviou um ofício à Itaipu cumprimentando-a pela iniciativa da elaboração do laudo. Ela acatava todas as sugestões feitas pelo mesmo, e assumia como tarefa seguinte procurar alternativas concretas para o reassentamento dos Guarani em uma nova área.

Disponibilizava-se também para ajudar na busca dos espaços, assistência no deslocamento dos Guarani, mas informava que não tinha recursos para a compra de uma nova reserva (DOC. 98: 07.02.1996).

No ano de 1996 foi aprovado um requerimento da solução imediata dos problemas guarani na reserva Santa Rosa do *Oco'y*, requerimento que foi apresentado pelo deputado Florisvaldo Fier à Câmara dos Deputados do Paraná. Assim a Itaipu se comprometeu, em audiência pública em Curitiba (com o Cacique Inocêncio Tupã Rendarey Acorta) em viabilizar uma área de 1.500 hectares à comunidade indígena. Ficou estabelecido também que, tanto a Funai, quanto a Itaipu não mediriam esforços para encontrar a área e providenciar o reassentamento definitivo desta comunidade. Enquanto a área não fosse encontrada, arrendaria gratuitamente aos Guarani 7 hectares na área invadida para o cultivo agrícola e doaria uma carroça com tração animal para o transporte da água para a população na área (DOC. 90:14.03.1996).

As primeiras áreas averiguadas pelo antropólogo foram: Refúgio Bela Vista, Terra Roxa e Refúgio Santa Helena, mas as áreas não preenchiam os requisitos para o reassentamento, ora por serem pequenas, ora por serem perto de cidade, ora porque não havia mata, nascentes e terras adequadas à agricultura (DOC. 91: 01.04.1996).

Posteriormente outra área foi visitada pelo antropólogo e representantes da Itaipu. Foi o território escolhido para a reserva *Tekoha Añetete*. O antropólogo encarregado desta missão, assim a definiu:

São aproximadamente 1700 ha. localizados na confluência dos rios São Francisco e São Domingos, águas definem mais da metade do perímetro da propriedade – que sugere a figura de um triângulo cujo vértice mais agudo é formado pelos dois rios. A área, situada a 13 kms, da sede do município, é constituída por uma montanha não muito elevada que se estende por entre os dois rios. É coberta, em boa parte, por mato. Apesar de não estar intacto, parece conter características valorizadas pelos índios, tais como diversidade de árvores e plantas, utilizadas como matéria prima para construção de suas habitações, utensílios e, principalmente, os **pohã ñana**, ou plantas medicinais para seus remédios. Pela inclinação do morro, parece ser difícil a prática agrícola, em moldes ocidentais, sem recursos financeiros e técnicos. O relevo não deve impedir, contudo, que os Guarani ocupem espaços mais altos e nas proximidades do mato, distribuindo suas casas e cultivando suas lavouras tradicionais, as **kokue** – onde a diversidade prevalece frente à quantidade de cultivos (DOC. 92: 11.07.1996, grifos do autor).

Logo após a vistoria da área, Rubem entrou em contato com os índios em Bela Vista - o espaço estabelecido para as negociações - expondo os procedimentos da empresa em relação

às áreas visitadas. O que, porém, preocupava a comunidade indígena era não ter sido chamada para participar das visitas, solicitando que o antropólogo solucionasse o caso. Por ora ficariam em Paraná Porá, cultivando a terra arrendada na espera de ocupar a nova reserva ainda em 1996.

O grupo indígena Inocêncio Acosta, Alfredo Centurión, Adriano Chanorro, Paulo Benites, Ernesto Centurion e Manuel da Silva visitaram Diamante do Oeste com apoio material fornecido pela Itaipu. Percorreram a área em sua total extensão averiguando se esta condizia com a organização cultural do grupo. O relatório feito por Rubem expôs que a comunidade teria gostado do espaço, da quantidade de água existente, do clima e da extensão da terra. Após a visita reuniram-se para discutir sobre o assunto e, quem sabe, chegar a alguma decisão:

Ao terceiro dia na hora do mate, apresentaram decisão positiva sobre a área. Inocêncio, como mboruvixa (líder, orientador político) de ocoy, encarregou-se de anunciar que haviam discutido na noite anterior e estavam decidindo por mudar-se para aquela área. Antes de uma deliberação porém, deverão discutir com o restante da comunidade em Paraná Porá e Ocoy (DOC. 93: 05.09.1996).

Com a evidente solução do problema fundiário dos Guarani, alguns procedimentos foram elaborados pela Usina em relação à compra da área. Foi feita uma consulta ao Banco Mundial com o objetivo de verificar se este a custearia. O Banco não aceitou investir na compra da área, ficando os encargos para a Itaipu. Todavia outro complicador se apresentava: não conseguiam efetivar a compra da terra por divergências com o dono.

Outra área foi visitada pelo antropólogo em busca de resolver o problema, mas Matelândia apresentou vantagens e desvantagens em relação a Diamante do Oeste. Isso fez com que fez Rubem recomendasse à Usina a retomada das negociações com o proprietário do espaço já escolhido pelos Guarani. Diante de uma impossibilidade, a comunidade deveria ser informada e um novo diálogo, pautado na transparência dos fatos reais, deveria ser iniciado.

O antropólogo Rubem fez algumas considerações sobre o processo de verificação das áreas. Um dos primeiros aportes foi anunciar que deveriam ser os Guarani a escolher a área. Posteriormente, uma política indigenista baseada na transparência e no comprometimento com a solução do problema deveria ficar visível à comunidade indígena e encabeçada pela Itaipu em compensação das ações do passado. A Funai deveria atuar antes e depois do novo reassentamento, pois, sem programas que auxiliassem os índios, eles não conseguiriam sobreviver e novos problemas apareceriam, uma vez que a nova terra era desprovida de tudo e

não tinha nenhuma infra-estrutura. O antropólogo considerava também que, com a compra da nova área, a responsabilidade da Itaipu com os Guarani não existiria mais. Dali em diante seria papel da Funai.

3.6 O novo *Tekoha*: a segunda reserva indígena no Oeste do Paraná

A área comprada foi a de Diamante do Oeste, no mês de março de 1997. Optou-se por ela, pois foi a escolhida dos índios e para que não houvesse demora no processo de reassentamento. Assim Itaipu e Funai firmaram um protocolo de intenções, em que a Itaipu assim que adquirisse a área, a doaria à comunidade. À Funai caberia o traslado de 160 índios para a nova reserva. No mesmo documento ficou determinado que se esgotariam todas as responsabilidades da Usina sobre os destinos e problemas da comunidade Guarani (DOC.104: 03.1997).

O memorando da Itaipu registrou publicamente a compra da nova reserva:

Como já é do conhecimento dessa Fundação, a mencionada área rural foi adquirida em estrito cumprimento das recomendações especializadas do antropólogo Rubens Thomaz de Almeida, excedendo em mais de 200 hectares os 1.500 hectares apontados como necessários à comunidade de aproximadamente 260 indivíduos e preenchendo todas as condições naturais desejadas. Conseqüentemente, com a destinação dessa área rural, a ITAIPU Binacional considerará encerrada qualquer responsabilidade que porventura ainda tivesse no que tange aos silvícolas afetados pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica (DOC. 99: 13.03.1997).

Novos problemas surgiram depois que a área foi comprada, postergando sua ocupação pelos Guarani. O contratempo se deu na retirada dos animais e dos trabalhadores da fazenda adquirida. Além disso, o antigo proprietário fez diversas propostas aos representantes da Usina para que estes dificultassem a retirada dos animais e que permitissem a retirada de madeira do local (DOC. 103: 17.03.1997).

Os preparativos do traslado do grupo foram iniciados com um levantamento pelo antropólogo do número de famílias que ocupariam a nova área, bem como da exigência de uma estrutura para que estes pudessem ocupá-la imediatamente. Conforme Rubem, seriam 32 famílias – 163 indivíduos – que deveriam se mudar para a nova reserva, 21 famílias que estavam em Paraná Porã e 11 famílias que deixariam Santa Rosa do *Oco'y* (DOC. 100: 01.04.1997).

Com a demora da desocupação pelo antigo proprietário, a nova área não recebeu melhorias para que pudesse abrigar os Guarani logo após a ocupação. Segundo o antropólogo, algumas necessidades deveriam

[...] ser contempladas visando a ocupação imediata da comunidade da nova área. Trata-se de lonas plásticas, ferramentas e alimentação. Viabilizando a construção de casas provisórias e o início dos trabalhos agrícolas. São condições básicas para a paulatina estruturação do grupo em sua ocupação efetiva da terra, para torná-la, dentro do modelo econômico e social guarani, produtiva e habitável (DOC. 100: 01.04.1997).

Conforme o mesmo documento: “Com a aquisição definitiva da terra e sua ocupação pelos índios, a Funai deverá ampliar atenções e responsabilidades sobre essa população, atuando de modo a desobrigar a Itaipu Binacional de funções e atuação indigenista” (DOC. 100: 01.04.1997). Deste modo, a implementação do *Programa Transitório de Apoio à Comunidade Avá-Guarani do Tekoha Añetete*, destinado a apoiar a comunidade no seu processo de consolidação da ocupação da nova área, teve apenas 3 meses de execução, sendo a função da Usina colaborar com o suporte financeiro e a Funai desenvolver todo o programa com seus funcionários (DOC. 101: 14.06.1997).

Os primeiros anos vividos na terra são analisados por Zélia Costa (2002), que constatou que a falta de planejamento e da precariedade do acompanhamento nos primeiros três anos levaram a comunidade a um quadro crítico no que se refere à subsistência e saúde, uma vez que, ao início da ocupação da terra, os Guarani “encontram uma ‘terra limpa’, sem nenhuma infra-estrutura. Em pouco tempo, as dificuldades começaram aparecer e antigos artifícios utilizados na TI Ocoí, como ir a depósito sanitário à procura de alimentos e esmolar, tiveram que ser acionados” (COSTA, 2002, p. 68).

Desta forma, as inúmeras dificuldades na nova terra foram agravadas novamente pela negligência da Itaipu com os problemas guarani. Todavia a trajetória guarani na nova reserva, bem como as políticas da Itaipu e suas estratégias de poder, não serão aqui analisadas.

Por fim, resta dizer que a Itaipu trabalhou muito bem a divulgação dos resultados da negociação, puxando para si e para a Funai a responsabilidade pelo sucesso da demarcação da de *Tekoha Añetete* constituída como a segunda reserva indígenano Paraná. Restabelecendo, assim, o poder e a imagem da Usina perante a sociedade nacional

Esqueceu-se como tudo se processou, a negligência, o sofrimento dos Guarani, valorizando-se apenas o resultado: com a demarcação o problema fundiário dos Guarani teria

sido resolvido com uma terra maior que a solicitada, pois se os problemas da comunidade se refletiam na falta de terra, estes não existiriam mais.

Hoje, no momento em que, finalmente, a gestão atual da ITAIPU-BINACIONAL se dispôs a resolver de fato o problema da terra e que há a proposta concreta de aquisição de área acima inclusive do pleiteado pelos indígenas, manifestamos o nosso apoio às gestões da ITAIPU, assim como reiteramos nossa vontade de acompanhar todo desenvolvimento do processo envolvendo os avá-guarani do Ocoí, seja na questão fundiária ou mesmo nos aspectos de produção, saúde, educação e outros fatores intrínsecos à melhoria de qualidade de vida dos referidos indígenas (DOC. 105: 08.04.1997).

As estratégias da Itaipu não param com a demarcação da segunda reserva indígena. Ela foi obrigada a atuar dentro da aldeia em diversos momentos, elaborando e patrocinando diversos programas, como, por exemplo, o projeto de construção de casas indígenas na ordem de R\$ 800.000,00 nas duas reservas (DOC. 106: 2005). Neste sentido, precisou arquitetar novas ações frente à mobilização guarani cada vez mais atuante.

No entanto, o interessante é perceber que, se esta permaneceu até a atualidade desenvolvendo políticas públicas, principalmente na *Tekoha Añetete*, foi fruto das táticas guarani que, ao se instrumentalizar de códigos da sociedade branca, conseguiu infiltrar-se e reivindicar seus direitos e melhorias para o seu modo de viver.

Segundo apontamentos de Tibes Ribeiro, estar nos espaços conquistados é uma tática de *longevidade* do grupo - definida pela autora como a magnitude da permanência dos Guarani no Oeste paranaense -, por sua vez, transformá-lo ao seu modo de viver, uma *arte*,

[...] permanecer no *Ocoí* e em Diamante do Oeste representa ocupar uma parcela, mesmo que reduzida, do seu território tradicional. Progressivamente expropriados de suas terras, eles reconstróem e vivenciam os lugares que restam, transformando-os em espaços guaranis. O Oeste, portanto longe de compor o cenário de homogeneidade cultural almejado pela sociedade nacional, é uma região pluriétnica e multilíngüe (2002, p.113).

Atualmente, cada vez mais, estudos de diversas áreas da ciências sociais tem focado a mobilização política dos grupos indígenas em prol da recuperação do seu território tradicional. Uma das pesquisas a se destacar é de Meire Adriana da Silva (2005), que analisa as ações dos Guarani e *Kaiowá* no Mato Grosso do Sul, na busca da reocupação e recuperação de seus territórios usurpados pela sociedade nacional. Para Adriana da Silva os Guarani e os *Kaiowá* têm dado provas suficientes de seu poder de organização e de sua capacidade de

recuperação de seus territórios, a partir do leque de alianças e estratégias que construíram junto a entidades de apoio como o CIMI e o Projeto *Kaiowá Nãndeva* e junto a FUNAI. A análise destes contatos possibilitaram a autora afirmar que:

Os índios, conhecedores natos de seus territórios e aliados a essas entidades, promoveram ações no sentido de legitimar o processo de recuperação de seus territórios. As alianças eram amplas e o CIMI teve um papel fundamental nesse processo, mas a iniciativa e ações dos Guarani e Kaiowá foram determinantes. As ações internas, entre grupos indígenas da mesma área ou entre várias lideranças de outras áreas foram fundamentais para o sucesso das retomadas. O fato destes grupos indígenas se relacionarem com entidades de apoio, principalmente com o CIMI, e de se apropriarem de costumes dessa entidade, por conta deste contato, não foi um fator negativo nesse processo, mas sim entendido como uma mistura necessária. Essas misturas fizeram parte de processo da dinâmica organizacional e das estratégias dos Guarani e Kaiowá, que souberam se “misturar”, e ao mesmo tempo, manter a sua diferença, mesmo diante da expropriação de seus territórios (ADRIANA DA SILVA, 2005, p.155).

Outro autor que tem contribuído significativamente com seus estudos para a temática é Antônio Jacó Brand (1993; 1997; 2004). Em um recente artigo o autor analisa as iniciativas indígenas de reocupação de territórios que foram expulsos por frentes não indígenas. A partir da discussão do histórico de colonização do sul do Mato Grosso do Sul, e do confinamento da população indígena em oito reservas constituídas neste espaço, Brand discute os desafios internos que o grupo indígena Guarani e *Kaiowá* enfrenta após o seu confinamento. Um dos desafios está na falta de engajamento político das gerações mais novas, uma vez que, para estas a terra não tem o mesmo significado que tem para os mais velhos da reserva. Brand salienta, que 55% da população deste grupo é formada por jovens que desconhecem grande parte de sua história recente, em especial, o processo de criação das reservas indígenas e do confinamento.

Torna-se, portanto, fundamental a ampliação da discussão sobre esta temática, vinculando-se a abordagem do tema não apenas à perspectiva da tradicionalidade da ocupação, de interesse direto das gerações de mais idade, incluindo a memória histórica da presença indígena nessas áreas. Mas, tendo presente, também os inúmeros conflitos decorrentes da busca de maior autonomia das famílias confinadas e o contexto vivenciado pelos jovens, direcionando as discussões para a construção de alternativas de desenvolvimento, visualizadas e buscadas por essas gerações que se constitui em maioria nas reservas indígenas kaiowá e guarani hoje (BRAND, 2004, 145).

As discussões de Antônio Brand permitem pensar em novas perspectivas de análises para a compreensão do processo de luta dos Guarani no Oeste do Paraná, em busca de parcelas de seu território tradicional.

Uma luta que não se encerrou com a conquista de *Tekoha Añetete*. Atualmente novas táticas estão sendo reelaboradas pela comunidade indígena. Uma das mais expressivas foi a *entrada* de 55 índios da reserva Santa Rosa do *Oco'y* no Parque Nacional do Iguaçu no dia 3 de setembro de 2005. Conforme Alex Emmanuel Gonçalves Coimbra (2006) os índios entraram 500 metros no interior do Parque, abriram uma clareira, improvisaram suas casas e tentaram reproduzir, segundo o cacique Simão Retã Tupã Villalva, seu modo tradicional de vida, pois a reserva não oferecia condições mínimas de sobrevivência.

Durante os 80 dias que permaneceram ali, confeccionaram lanças, arcos, flechas e através de cerimônias religiosas anunciaram guerra contra quem tentasse retirá-los do Parque. No dia 22 de novembro de 2005, 80 dias após a instalação no interior do Parque, forças policiais retiraram os índios, com violência, no cumprimento do mandato de reintegração de posse em favor do Parque Nacional do Iguaçu, e os levaram de volta para a reserva (COIMBRA, 2006, p. 8).

Faz-se imprescindível resistir. E os Guarani resistem.

(TIBES RIBEIRO, Sarah I. G.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ditadura militar, regime de governo que vigorava no período da construção da Usina de Itaipu, foi singular, se comparada a todas as outras formas posteriores de governo desenvolvidas no Brasil. Ela tinha em seu comando indivíduos, os militares, que passaram a governar o país depois do Golpe de 64, que se concebiam como um *poder moderador* dentro da sociedade. Visava à organização da nação que, segundo os militares, se encontrava numa *situação crítica*, tanto na questão política quanto na econômica.

Estes, os militares, a todo o momento buscaram sustentar a sua *arte* de governar e a sua forma de conduzir a política através da repressão. Na economia, implementaram planos de desenvolvimento e progresso dirigindo a sociedade por meio da censura. Mantiveram também uma aversão explícita à ameaça comunista, ideologia anti-comunista esta que fora introduzida pelos norte-americanos e seu modo de produção capitalista. Tiveram, enfim, em suas ações, interesses muito específicos, além de constituir o Brasil uma *potência de emergência*.

No contexto da guerra fria, redimensionava as questões centrais no país. Assim, as medidas tomadas pelo governo militar foram de introduzir o Brasil no âmbito do sistema capitalista e sua forma de gerir a economia, ou seja, o liberalismo econômico, a visão de desenvolvimento interno através da implantação de capitais estrangeiros, e a aversão a tudo o que se referisse ao comunismo. O Brasil apresentava-se, portanto, como um espaço estratégico dentro da América Latina, daí a reafirmação do mesmo como um país capitalista, sendo um país estratégico diante da competição mundial entre capitalismo e socialismo.

Neste contexto, a Usina de Itaipu foi planejada e construída com o objetivo de alavancar o progresso do setor industrial interno, através da geração de energia elétrica para suprir as demandas exigidas, almejando o mercado externo.

A Usina foi arquitetada, no entanto, com objetivos muito mais específicos do que o exposto. Ela representou os anseios de uma nação que buscava a sua emergência, e, acima de tudo, sua soberania frente a outros países da América Latina. E esta afirmação sustenta-se quando analisamos a maneira como o Estado elaborou e organizou seus acordos com o país fronteiriço, para a construção da Usina.

Neste sentido, a Usina representou para o Estado algo muito mais que uma mera usina, pois esta foi a concretização de sua forma de governar, ou seja, o regime militar empreendeu projetos que visavam a níveis de desenvolvimento nunca vistos no país, e consolidaria o Brasil como uma potência capitalista emergente.

Quando a área já estava definida, a Usina de ITAIPU deparou-se com um grupo de indígenas que se localizava em terras que seriam alagadas com a formação do reservatório da Usina. Para solucionar o problema, o governo federal elaborou uma série de estratégias que objetivavam desconfigurar a hipótese de a região Oeste do Paraná se constituir como um espaço indígena.

O referido grupo indígena era o Guarani do Oeste do Paraná e estava localizado em um território denominado por eles de *Jacutinga*. As primeiras ações empregadas pelo governo objetivaram desqualificar a presença ou mesmo negar a existência de índios na região. Para tanto, a Itaipu e a Funai constituíram um Subgrupo de Trabalho que elaborou propostas visando atender aos interesses do Estado quanto à presença indígena na região. Como resultado dos trabalhos realizados, constatou-se a presença de 11 famílias indígenas que habitavam naquele momento uma área que seria alagada com a formação do reservatório da Usina. Baseada neste relatório, a Itaipu elaborou a sua proposta de remoção e assentamento dos índios em outra área.

Descontente com a situação que se configurava, ou seja, as negociações da nova área para o assentamento e a constituição da reserva indígena, a Usina de Itaipu novamente exigiu que a Funai elaborasse um laudo antropológico que determinasse com exatidão os *verdadeiros índios* Guarani, que teriam direito à terra.

Novo laudo antropológico foi organizado e estabeleceu que apenas 5 famílias possuíam a indianidade e seriam *verdadeiros* Guarani. O restante dos indivíduos não se enquadrava em seus *indicadores*, e foram identificados como não-índios, portanto sem direito à concessão de terra pela Itaipu.

Calculada nesses novos dados, a empresa decidiu, em 1982, pelo assentamento dos Guarani numa área de 251,15 hectares às margens do reservatório de Itaipu, criando, assim, sob a tutela da Funai, a reserva indígena Santa Rosa do *Oco'y*, para abrigar as 5 famílias. Essa área, a cada dia que passava, tornava-se insuficiente para a sobrevivência dos assentados, pois inúmeras outras famílias, que tinham ficado fora do relatório, e que não foram considerados índios, vieram se juntar ao seu povo.

Todo esse processo gerou a emergência da mobilização política dos Guarani para a recuperação de seu território tradicional no Oeste do Paraná. As negociações com o Estado sobre uma nova área para o assentamento foram desgastantes ao grupo. Assim, a aceitação da nova área pela comunidade Guarani foi pensada como uma tática de sobrevivência e de política de manutenção cultural de uma sociedade distinta etnicamente.

Receber a nova área seria uma forma de criar um novo espaço de negociação com a Itaipu e a Funai, mas a luta pelos ideais guarani continuaria. As práticas seriam, porém, construídas a partir da experiência de viver naquele novo espaço. Estar na reserva permitiria conhecer melhor o outro, a sociedade nacional, e construir formas de luta para se pensar o amanhã e reocupar o território tradicional de aproximadamente 1500 hectares. O conceito de cultura de *resistência adaptativa*, de Almeida, fornece sustentação para a tese de que os Guaranis se fortaleceram e aprenderam a usar das próprias políticas do Estado para reocupar seus territórios.

Uma tática de luta reelaborada foi a determinação da comunidade Guarani em se dirigir diretamente ao financiador da Itaipu, o Banco Mundial, enviando-lhe uma carta de 4 páginas com 58 assinaturas, relatando a trajetória de luta da comunidade e denunciando a negligência da Usina em relação aos seus direitos. Não deixaram de apontar a responsabilidade do Banco Mundial na questão, pois, enquanto financiador da Usina, precisava saber o quanto o mesmo estava prejudicando os índios e agricultores da região.

Tal tática empreendida pelos Guarani repercutiu polemicamente tanto na imprensa quanto internamente na Usina, pressionando-a a adotar novas estratégias de ação. Assim, um novo conjunto de negociações iniciou-se para o reassentamento da comunidade em uma outra área. Buscava-se então uma nova reserva pautando-se nos resultados do laudo antropológico elaborado por um antropólogo indicado pela ABA. Este cientista determinou, em seus estudos, que a reserva do *Oco'y* era inadequada aos Guarani, e que uma nova área deveria ser demarcada e deveria identificar-se com a organização espacial e social dos Guarani, respeitando assim os seus padrões culturais.

Mesmo assim, a Usina não deixou de lado suas estratégias de poder. Uma delas foi a *estratégia de negligência* - desmentir, *enrolar*, esperar, defender o histórico das ações, e seguir sempre a orientação de aguardar novas provocações. A justificativa era que não competia à Usina *alargar horizonte de uma comunidade indígena*. É mister observar ainda que, em todos os momentos, a empresa reforçou seu discurso de ausência de responsabilidade e de ausência de competência no conflito com os Guarani e acirrou sua ofensiva contra as influências externas, que, segundo ela, prejudicaram as negociações e o convívio entre Usina e índios.

Apesar de toda a polêmica, em 1997, a *Tekoha Añetete* foi conquistada. A segunda reserva indígenano Oeste do Paraná contava com aproximadamente 1.700 hectares. A Itaipu trabalhou muito bem a divulgação dos resultados da negociação, puxando para si e para a Funai a responsabilidade pelo sucesso da demarcação da nova reserva, e restabelecendo assim

o poder e a imagem da Usina perante a sociedade nacional. É importante destacar, no entanto, que a documentação analisada, provinda da Itaipu, permitirá ainda uma infinidade de estudos e reflexões acerca da trajetória dos Guarani pela região, uma vez que é a partir da construção da Usina que se *descobre existirem* índios no Oeste do Paraná.

Ressalta-se que as conclusões apresentadas são apenas aproximativas, não absolutas, introduzidas objetivando uma discussão, mantendo abertas as possibilidades de reformulações posteriores por estudos que possam ser desenvolvidos. É apenas uma representação, pautada em fontes, as quais possibilitaram compreender os posicionamentos do Estado e seu aparelho de poder, que se aliam em um objetivo supremo à Usina de Itaipu. Isso possibilita a visibilidade da mobilização política dos Guarani na recuperação de seus territórios tradicionais e na manutenção de um povo distinto etnicamente com seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIANA DA SILVA, Meire. *O movimento dos Guarani e Kaiowá de reocupação e recuperação de seus territórios em Mato Grosso do Sul e a participação do CIMI (Conselho Indigenista e Missionário) 1978 – 2001*. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

ALMEIDA, Maria Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidades e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALVIM, Thereza Cesário. *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimentos do mundo*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

ARAÚJO, Ana Valéria. Terras indígenas no Brasil: retrospectiva, avanços e desafios do processo de reconhecimento. In: RICARDO, Fany. *Terras indígenas & unidade de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA, 2004. p. 26-36

ARAÚJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo: Moderna. 2000.

ARRUDA, Rinaldo S. Vieira. Imagens do índio: Signos de intolerância. In: GRUPIONI, Luís D. Benzi; VIDAL, Lux; FISCHANN, Roseli. (Orgs.). *Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 43-61.

ASSOCIADOS DOS DIPLOMATAS DE ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Itaipu: suas conseqüências para o desenvolvimento do Paraná e da região Oeste do Estado*. Cascavel, 1975.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 187-227.

BENEVIDES, Maria Vitória. *O governo Kubitschek*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BERNARDES, Lysia M. C. Distribuição da população no Estado do Paraná em 1940. *Revista Brasileira de Geografia*, RJ, n. 4, 1950. p. 57-75.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, RJ, v. 14, n. 4, 1952. p. 53-79.

BERWAGNER, Nelzira M. S. *Itaipu: o discurso de modernidade e o aumento da violência na região de fronteira (1973-1995)*. 1995. 150 f. Monografia (Especialização em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

BRAGAGNOLLO, Oscar; MACIEL, Clori Fernandes. *Toledo e sua história*. Toledo/PR: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

BRAND, Antônio Jacó. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. 1997. 382 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. *Revista Tellus*, Campo Grande, ano 4, nº 6, p. 137-150, 2004.

_____. *O confinamento e seu impacto sobre os Pai/Kaiowá*. 1993. 276f. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americano) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. A territorialidade guarani e a ação do estado – estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Tellus*, Campo Grande, v. 6, n. 4, 2004, p. 111-135.

CABEZA DE VACA. Alvar Nunez. *Naufraágios y comentarios*. Madrid: Espana-Calpe, 1971.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Edgar Assis de. *Avá Guarani do Ocoí – Jacutinga: Parecer antropológico*. CIMI/CJP/ANAI, 1981. (Texto digitado).

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. arte de fazer*. Petrópolis, Rj: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COIMBRA, Alex Emmanuel Gonçalves. *Ocupação do Parque Nacional do Iguaçu por Índios Guarani: dilemas e reflexões*. 2006. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de História) - Universidade União das Américas, Foz do Iguaçu.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. *As Estratégias do Poder: a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de ITAIPU e a atuação dos órgãos governamentais diante da presença indígena*. 2003. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

COSTA, Zélia. *Tekoha Añetete: o reassentamento de um grupo indígena Avá-guarani atingido pela construção da UHE Itaipu Binacional*. 2002. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Política Indigenista no século XIX. In: Cunha, Manuela Carneiro da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.133-154.

- DIAS, Antonio Luiz. *O poder da imprensa e a imprensa do poder: a Folha de São Paulo e o golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 1993.
- DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1987.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. *Da pré-história à História indígena: (re)pensando a Arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. 2002. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- _____. A historia indígena em Mato Grosso do Sul: dilemas e perspectivas. *Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, 2 (2): 115-124, 2001.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6 ed. São Paulo: Edusp, 1999.
- FLORES, Moacyr. *Guairá: rotas de contrabando entre São Paulo e Assunção*. Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas, Marechal Candido Rondon, v. 6, n. 1., p. 151-171. 1998.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidade? In: RICARDO, Fany (Org.). *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza o desafio das sobreposições*. ISA, São Paulo, p. 37-41. 2004.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- _____. Ritual and social change: a Javanese exemple. In: *American Anthropologist*. V. 59, n. 1, 1957.
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel/PR: Edunioeste, 2002.
- GRÜNBERG, Friedl. *Reflexões sobre a situação dos guarani no Mato Grosso do Sul*. Brasil. EAG – CTI, p. 1-22. 2002. (Texto digitado).
- GUEDES, Hardy. *Naipi e Tarobá: a lenda das cataratas do Iguaçu*. 2.ed. Curitiba, HGF, 1997.
- HECK, Egon Dionísio. *Os índios e a caserna: políticas indigenistas dos governos militares (1964 a 1985)*. 1996. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- GINZBURG, Carlo. Anthropology and history in the 1980's: a comment. *The Journal of interdisciplinary history*, v. XII, n. 2, p. 277-278, 1981.
- KARDEC, Allan. *Evangelho segundo o Espiritismo*. 17ª edição. Paris: Editora LAKE, 1978.
- LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MAGNOLI, Demetrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geo-política e política externa do Brasil (1808-1912)*. São Paulo. Ed. Unesp, 1997.

MARINI, Rui Mauro. A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil in: *A dialética da Dependência*. São Paulo: Editora Vozes, 2001.

MAZZAROLLO, Juvêncio. *A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MELIÁ, Bartolomeu. A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia. *Revista de Antropologia*, n. 33, p. 33-46, 1990.

_____; GRÜNBERG, Friedl; GRÜNBERG, Georg. Los Pas – Tavyterã: etnografia Guarani del Paraguay contemporáneo. Assunción: Centro de Estudios Antropológicos, Universidade católica ‘ Nuestra Snora de Asunción’, 1976.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: AnnaBlume, 1996.

MENGARDA, Salete Maria. *Itaipu a “obra do século”*: barragem de exclusão social. 1997. 150 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In SILVA, A L.; GRUPIONI, L. D. B. (org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 221-236.

_____. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a historia épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1924)*. Maringá: Eduem, 1994.

_____. NOELLI, Francisco Silva. Índios, jesuítas, bandeirantes e espanhóis no Guairá nos séculos XVI e XVII. *Revista Geonotas*, v. 3, n. 3, 1999. Não paginado.

NOELLI, Francisco S. Por uma revisão das hipóteses sobre os centros de origem e rotas de expansão pré-históricas dos Tupi. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, 1994, 107-135.

NOVAES, Sylvia Caiuby. *Jogo de espelhos: imagens e representações de si através dos outros*. São Paulo: Edusp, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de; NETO, J. B. Mendes. A construção da Hidrelétrica de Itaipu e seu impacto regional. *Cadernos de Ciência da Terra*, São Paulo, n. 56, 1975, p. 1 – 14.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. Cidadania e Globalização: povos indígenas e agências multilaterais. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; HOFFMANN, Maria Barroso (Orgs). *Além da Tutela: bases para uma nova política indigenista III*. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2002.

_____; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a FUNAI. In: OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa Livraria, 1998. p.69-123.

_____. *Ensaaios em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

_____. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana – Estudo de Antropologia Social*, vol. 4, n. 1, Rio de Janeiro, 1998.

_____. Terras Indígenas no Brasil. *Boletim do Museu Nacional*, n 44, 1983.

PACHECO, Rosely Aparecida Stefanos. *Mobilizações Guarani Kaiowá e Nandeva e a (re)construção de territórios (1978 - 2003): novas perspectivas para o direito indígena*. 2004. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados.

PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 2001.

PARANÁ. *Atlas do Estado do Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento/Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, 1987

PERERIRA, Levi Marques. O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS. *Revista Tellus*, Campo Grande, v. 3, n. 4, 2003, p. 137-147.

_____. *Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno*. 2004. 426 f.. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

PREZIA, Benedito. *Caminhando na luta e na esperança: retrospectiva dos últimos 60 anos da Pastoral Indigenista e dos 30 anos do CIMI*. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. *O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná (1977-1997)*. 2002. 330 f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. Um passe de mágica: breve ensaio sobre a construção da inexistência de índios no Oeste paranaense. *Revista Tempo de Ciência*, Toledo, v. 8, n. 15, p. 56-68, 2001.

_____. *Sob o domínio da tradição: um estudo sobre as manifestações do poder nas lideranças políticas Guarani (1534-1579)*. 1996. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. Os Guarani no Oeste do Paraná: espacialidade e resistência. *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon, v. 6, n. 13, 2005, p. 27-30.

_____. *O indígena e a colonização do oeste do Paraná*. UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon. Relatório anual/final de Projeto de Pesquisa vinculado ao TIDE, 1997.

_____. Diversidade étnica e historicidade: possíveis contribuições das formulações teóricas de Cornelius Castoriadis para o estudo de sociedade indígena. *BIBLOS*, Porto Alegre, v. 15, 2003, p. 7-15.

_____. Os guarani do Oco'y: a questão da historicidade das estruturas culturais. In: *O ensino e a pesquisa em história na Uniãoeste*. Cascavel: Edunioeste, 1998. p. 109 – 141.

ROCHA, Elaine Pereira. *Canal de desvio: um estudo da experiência de agricultores e índios no confronto com a Itaipu*. 1995. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. *Avá-guarani!* – laudo histórico sobre a comunidade Avá-guarani do Ocoí. Xanxerê/SC: CIMI, inédito, 1991.

SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel/PR: Assoeste, 1984.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

SCHILLING, Paulo R.; CANESE, Ricardo. *Itaipu: geopolítico e corrupção*. São Paulo: CEDI, 1991.

SCHMIDT, Róbi J. *Cenas da constituição de um mito político: memórias de Willy Barth*. Cascavel: Edunioeste, 2001.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. Contribuição para o estudo de um projeto de colonização no Oeste do Paraná: fundamentos socioculturais. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Espaços da memória. Fronteiras*. Cascavel: Edunioeste, 2000. p. 93-110.

SILVA, Manoel Henrique. *Subimperialismo à brasileira? Alguns apontamentos sobre o expansionismo e as pretensões hegemônicas brasileiras no cone Sul*. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 27, n. 1, p. 101 – 109, 2005.

SOUZA, Edson Belo Clemente de. *A região do lago de ITAIPU: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. A “identificação” como categoria histórica. In: OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). *Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa Livraria, 1998. p.171-220.

_____. Instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades de trabalho do antropólogo em laudos periciais. In: OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). *Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa Livraria, 1998. pp. 269-295.

STEPAN, Alfred. *Os militares na Política*. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1975.

WACHOWICZ, Rui. *Obrageiros, mensus e colonos: história do Oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982.

_____. *Historia do Paraná*. 10 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem. *Laudo antropológico sobre a comunidade Guarani – Ñandeva do Oco’y/Jacutinga – PR*. Rio de Janeiro, 1995. Não paginado.

_____. A “Entrada” no Tekoha. In: RICARDO, Carlos Alberto. *Povos indígenas no Brasil 500*. 1996/2000 Porto Inseguro. São Paulo: ISA, 2000. p. 745-748.

_____. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

VASCONCELOS, Cláudio A. de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: Ed. Da UFMS, 1999. 159 p.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

FONTES

Relação de alguns documentos que compõem o Arquivo da Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional. A catalogação seguiu a norma do Projeto Etno-História Indígena, uma vez que na Usina os documentos não se encontram organizados, somente arquivados em pastas.

DOC. 1: Pasta: 1976, Seção: Mapas, Título: Reservatório Itaipu: mapa chave, Assunto: Situação atual das famílias indígenas localizadas na área PIC OCOÍ II. Data: 02.1976. Emitente: Matrix S/A Engenharia. Destinatário: FUNAI.

DOC. 2: Pasta: 1977, Seção: Portaria, Título: Portaria n. 162, Assunto: Constituição de subgrupo de trabalho, componentes e prazos. Data: 23.03.1977, Local: Brasília/DF. Emitente: MI/FUNAI.

DOC. 3: Pasta: 1977, Seção: Relatórios, Título: Relatório do Subgrupo do Trabalho "XV", Assunto: Situação das áreas: a) Colônia Guarani (Município de Foz do Iguaçu); b) PIC – OCOI (Município de São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu), Data: 19.04.1977. Emitente: Presidência da FUNAI.

DOC. 4: Pasta: 1977, Seção: Ofício, Título: Ofícios enviados pela presidência da Funai à diretoria da Itaipu. Assunto: Realocação de indígenas que estão na área a ser inundada pelo reservatório de ITAIPU, Data: 01.06.1977 e 22.06.1977. Emitente: MI/FUNAI/GP. Destinatário: ITAIPU/GDG.

DOC. 5: Pasta: 1977, Seção: Memorandos, Título: Índios na área do reservatório, Assunto: Verificação de números de famílias e chefia da aldeia, Data: 20.07.1977, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU/AJ. Destinatário: ITAIPU/DJ.

DOC. 6: Pasta: 1978, Seção: Ofício, Título: Proposta de assentamento das 11 famílias indígenas, Assunto: Assentamento, Data: 04.01.1978, Local: Rio de Janeiro. Emitente: ITAIPU/DGB. Emitente: MI/FUNAI/GP.

DOC. 7: Pasta: 1981, Seção: Relatórios, Título: Relatório de viagem, Assunto: Comprovação de identidade étnica dos índios no *Oco'y* para a titulação, indenização e reassentamento, Data: 03.04.1981, Local: Aldeia Guarani, São Miguel do Iguaçu/PR. Emitente: MI/FUNAI. Destinatário: ITAIPU.

DOC. 8: Pasta: 1981, Seção: Relatório, Título: Gráfico demonstrativo da identificação étnica dos habitantes do PIC OCOI, Assunto: Perícia antropológica, Data: 05.1981, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Célio Horst (antropólogo). Destinatário: FUNAI.

DOC. 9: Pasta: 1981, Seção: Relatório, Título: Relatório de Viagem, Assunto: Perícia antropológica, Data: 03.06.1981, Local: Brasília/DF. Emitente: Célio Horst (antropólogo)/FUNAI.

DOC. 10: Pasta: 1981, Seção: Ofícios, Assunto: Identificação de cinco famílias indígenas, Data: 19.06.1981, Local: Curitiba/PR. Emitente: 4ª Delegacia Regional/FUNAI. Destinatário: Coordenadoria Regional/INCRA.

DOC.11: Pasta: 1981, Seção: Laudos, Título: Parecer Antropológico, Assunto: Avá-Guarani do Ocoí-Jacutinga, Data:1981, Local: São Paulo/SP. Emitentes: Edgar de Assis Carvalho (antropólogo) /ABA/CIMI.

DOC. 12: Pasta: 1982, Seção: Correspondências, Assunto: Duas cartas que rejeitam propostas de reassentamento, Data: 05.02.1982, Local: Barra do Ocoí-Jacutinga, Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Comunidade Guarani do Ocoí-Jacutinga. Destinatário: ITAIPU/DGB e MI/FUNAI/GP.

DOC. 13: Pasta: 1982, Seção: Boletim, Título: Luta Indígena: Itaipu & Funai, contra os Guarani, Assunto: Um boletim especial que somente trata a questão dos Avá-Guarani no Oeste do Paraná, Data: 03.1982, Local: Xanxêre/SC. Emitente: CIMI/SUL

DOC. 14: Pasta: 1982, Seção: Ata, Título: Memória de reunião entre Funai e Itaipu, Assunto: Oferta de área para realocização dos Guarani no Oco'ý, Data: 11.03.1982, Local: São Paulo. Emitente: MI/FUNAI/DGPI.

DOC. 15: Pasta: 1982, Seção: Correspondências, Data: 06.05.1982, Local: Aldeia Guarani, Rio Ocoí, Rio Jacutinga. Emitente: Pedro Avalos; Terezino Centurião; Fernando Martins; Lucas Vilalba; Casimiro Pereira; João Centurião; Inocêncio Acosta; (ilegível) Centurião e Delassanto Pereira. Destinatário: ITAIPU/DGB e MI/FUNAI/GP.

DOC. 16: Pasta: 1982, Seção: Ata, Título: Descritivo do aceite do reassentamento dos Guarani, Assunto: Reserva indígena, Data: 12.05.1982, Local: Acampamento dos índios Ava-Guarani/PR.

DOC. 17: Pasta: 1982, Seção: Relatório, Título: Relatório da reunião realizada com a ITAIPU Binacional, Data: 26.04.1982, Local: Foz do Iguaçu Emitente: Harry L. A Teles. MI/FUNAI/GP. Destinatário: ITAIPU/AJ.

DOC. 18: Pasta: 1982, Seção: Matéria de Jornal, Título: Mais guarani beneficiados, Data: 09.05.1982, Local: Cascavel, Gazeta do Povo.

DOC. 19: Pasta:1982, Seção: Matéria de Jornal, Título: Índios aceitam última proposta de Itaipu, Data: 29.04.1982, Local: Curitiba, o Estado do Paraná.

DOC. 20: Pasta: 1982, Seção: Parecer Jurídico, Título: Sobre a forma de transmissão da propriedade e posse aos índios Ava Guarani do rio Ocoí da nova área a lhes ser destinada, Data: 10.05.1982, Local: Curitiba, Emitente: Carlos Frederico Marés de Souza Filho. Destinatário: ITAIPU/AJ.

DOC. 21; Pasta: 1982, Seção: Correspondência, Título: Para: Funai, Assunto: Solicitação de área maior e recusa da área proposta pela Itaipu, Data: 22.03.1982, Local: Aldeia *Oco'y*, São Miguel Do Iguaçu/PR. Emitente: Comunidade Guarani do Posto Indígena de Santa Rosa do *Oco'y*. Destinatário: Funai.

DOC. 23: Pasta 1982, Seção: Correspondência, Assunto: Solicitação de área maior e recusa da área proposta pela Itaipu, Data: 22.03.1982, Local: Aldeia *Oco'y*, São Miguel Do Iguaçu/PR. Emitente: Comunidade Guarani do Posto Indígena de Santa Rosa do *Oco'y*. Destinatário: Funai.

DOC. 24: Pasta: 1982, Seção: Relatório, Assunto: Denúncia do estado de abandono em que se encontrava o grupo indígena Guarani, Data: 22.05.1982, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Comissão Pró-Índio do Ocoí.

DOC. 25: Pasta: 1983, Seção: Ofício, Título: Retirada de religiosos do meio dos índios, Assunto: Informações ao CIMI sobre as razões que levaram a Funai a retirar as religiosas do meio dos índios Avá-Guarani, Data: 25.04.1983, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Funai. Destinatário: Diocese de Foz do Iguaçu.

DOC. 26: Pasta: 1983, Seção: Títulos de reconhecimento de domínio, Assunto: Títulos de reconhecimento de domínio que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA ortoga a Fernando Martins, Máximo Vilialba, João Centurião e Pedro Alves, Data: 22.08.1983, Local: Curitiba.

DOC. 27: Pasta: 1983, Seção: Resolução, Título: Reunião do Conselho de Administração – Ordinária, Data: 22.06.1983, Local: Foz do Iguaçu, Emitente: Maria Helena Marques Rodrigues/ Secretária do Conselho. Destinatário: ITAIPU/AJ.

DOC. 28: Pasta: 1984, Seção: Atas; Título: Memória, Assunto: Situação da área indígena Avá-Guarani no Município de São Miguel do Iguaçu/PR, Data: 25.10.1984, Local: Brasília/DF. Emitente: MI/FUNAI/DPI.

DOC. 29: Pasta: 1985, Seção: Correspondência, Título: Para ITAIPU Binacional, Assunto: Solicitação de área maior e chamada para a reunião do Diretor da Usina, Data: 25.11.1985, Local: Aldeia *Oco'y*, São Miguel Do Iguaçu/PR. Emitente: Comunidade Guarani do Posto Indígena de Santa Rosa do *Oco'y*. Destinatário: ITAIPU.

DOC. 30: Pasta: 1985, Seção: Memorando, Assunto: Considerações sobre a reivindicação dos Guarani de uma área maior, Data: 27.12.1985, Local: São Paulo, Emitente: Paulo José Nogueira da Cunha/ITAIPU/DJ, Destinatário: DR. Luiz Eduardo Veiga Lopes/ ITAIPU/DCA.

DOC. 31: Pasta: 1985, Seção: Memorando, Assunto: Pleiteamento de uma área maior pela Comunidade Guarani, Data: 27.12.1985, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU/DJ. Destinatário: ITAIPU/DCA.

DOC. 32: Pasta: 1986, Seção: Correspondência, Assunto: Carta ao Banco Mundial, Data: 18.09.1986, Local: Área Indígena de Santa rosa do *Oco'y*, São Miguel Do

Iguaçu/PR. Emitente: Lideranças Guarani da Área Indígena de Santa rosa do *Oco'y*.
Destinatário: Banco Mundial.

DOC. 33: Pasta: 1987, Seção: Relatórios, Assunto: Relato de visita dos emissários do Banco Mundial Drs. Robert Goodland e Schelton Davis à Comunidade Avá-Guarani, Data: 19.02.1987, Local: Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'y*, São Miguel do Iguaçu/PR. Emitente: Robert Goodland e Schelton Davis.

DOC. 34: Pasta : 1987, Seção: Relatório, Assunto: Aumento de área para a Comunidade Avá-Guarani, Data: 27.03.1987. Emitente: ITAIPU/AJ.

DOC. 35: Pasta: 1987, Seção: Memorando, Assunto: Prestação de contas a ELETROBRÁS sobre as ações da Usina em relação aos Guarani, Data: 13.02.1987, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU/DC. Destinatário: ELETROBRÁS.

DOC. 36: Pasta: 1987, Seção: Memorando, Assunto: Ponderações sobre as políticas empreendidas pela Itaipu, Data: 10.04.1987, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU/DJ. Destinatário:ITAIPU/DC.

DOC. 37: Pasta: 1987, Seção: Correspondência, Assunto: Reclamação de lindeiro contra a possibilidade de ampliação da área indígena com suas terras, Data: 02.06.1987, Local: Santa Cruz do Ocoi/PR. Emitente: Danilo José Hartmann. Destinatário:ITAIPU.

DOC.38: Pasta: 1987, Seção: Memorando, Assunto: Relatório da reunião na aldeia com a comunidade Guarani sobre a ampliação da área, Data: 13.07.1987, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU/AJ. Destinatário:ITAIPU/DJ.

DOC. 39: Pasta: 1987, Seção: Relatório, Assunto: Averiguação de áreas para a ampliação da reserva, Data: 06.07.1988, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Armando José Cerca e Rubens Fernandes Pires. Destinatário:ITAIPU.

DOC. 40: Pasta: 1987, Seção: Minuta, Assunto: Minuta que relata as políticas empreendidas pela Itaipu no caso Guarani, Data: 1987, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Diretor de Planejamento e Engenharia. Destinatário: Eletrobrás.

DOC. 41: Pasta : 1988, Seção: Registro geral, Título: Os Avá-Guarani do Ocoí, Assunto: Síntese dos procedimentos da Itaipu Binacional na questão indígena (1975-1988). Emitente: ITAIPU.

DOC. 42: Pasta: 1988, Seção: Correspondência, Assunto: Carta ao Banco Mundial, Data: 02.08.1988, Local: Área Indígena de Santa rosa do *Oco'y*, São Miguel Do Iguaçu/PR. Emitente: Lideranças Guarani da Área Indígena de Santa rosa do *Oco'y*. Destinatário: Banco Mundial.

DOC. 43: Pasta: 1988, Seção: Correspondência, Assunto: A solução imediata do problema quanto ao território inadequado aos Ava-Guarani, Data: 25.08.1988, Local: São Paulo/SP. Emitente: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Destinatário: ITAIPU/DJ.

DOC. 44: Pasta: 1988, Seção: Correspondência, Assunto: Reivindicação do direito dos índios Guarani, Data: 14.09.1988, Local: Itabuna/BA. Emitente: CIMI/Regional Leste. Destinatário: ITAIPU/DJ.

DOC. 45: Pasta: 1988, Seção: Correspondência, Assunto: Repúdio a situação que vivem os Avá-Guarani, Data: 20.09.1988, Local: Campinas/SP. Emitente: Antônio Augusto Arantes/Presidente/ABA. Destinatário: ITAIPU/DJ.

DOC. 46: Pasta: 1988, Seção: Correspondência, Assunto: Reivindicação da solução imediata para a questão da comunidade indígena Avá-Guarani, Data: 20.09.1988, Local: Brasília/DF. Emitente: Instituto de Estudos Sócio-Econômicos/INESC. Destinatário: ITAIPU/DJ.

DOC. 47: Pasta: 1988, Seção: Correspondência, Assunto: A solução imediata do problema dos Avá-Guarani, Data: 29.09.1988, Local: Erechim/RS. Emitente: CRAB/Comissão Regional de Atingidos por Barragens. Destinatário: ITAIPU/DJ.

DOC. 48: Pasta: 1988, Seção: Correspondência, Assunto: 40ª Declaração Universal dos Direitos Humanos e solucionar a questão indígena do Ocoí, Data: 02.11.1988, Local: São Paulo/SP. Emitente: Comissão Justiça e Paz de São Paulo. Destinatário: ITAIPU/DJ.

DOC. 49: Pasta: 1988, Seção: Correspondências, Assunto: Solicitação de uma maior atenção para com os índios Guarani de Ocoí, Data: 30.11.1988, Local: São Paulo/SP. Emitente: CEACON/ Centro de Estudos e Atividades de Conservação da Natureza. Destinatário: ITAIPU/DJ.

DOC. 50: Pasta: 1988, Seção: Correspondência, Assunto: O reconhecimento do direito de uma população indígena à preservação de seu território e habitat natural, Data: 20.12.1988, Local: Monte Belo/MG. Emitente: Instituto Sul Mineiro de Estudos e Preservação da Natureza. Destinatário: ITAIPU/DJ.

DOC. 51: Pasta: 1989, Seção: Projetos, Título: Programa de Assentamento Indígena de Itaipu, Assunto: Projeto Avá-Guarani, Assunto: Sugestão de um projeto para “otimização” dos recursos da aldeia do *Oco'y* visando melhores condições de vida para os Guarani, Data: 16.03.1989, Local: São Paulo. Emitente: ITAIPU/AREAJ/SP. Destinatário: ITAIPU/DJ/RJ.

DOC. 52: Pasta: 1989, Seção: Memorandos, Título: Projeto Avá-Guarani, Data: 21.06.1989, Local: São Paulo. Emitente: Klaus Greiner (engenheiro agrônomo)/ITAIPU.

DOC. 53: Pasta: 1989, Seção: Correspondências, Assunto: Retirada de famílias indígenas da área de reflorestamento de Itaipu, Data: 6.10.1989, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU/DJ. Destinatário: ITAIPU/DC.

DOC. 54: Pasta: 1989, Seção: Memorandos, Assunto: Ação Civil pública em defesa da ecologia e dos Guarani no Oco'y, Data: 10.10.1989, Local: Curitiba/PR. Emitente: ITAIPU/AREAJ/SP. Destinatário: ITAIPU/DJ/RJ.

DOC. 55: Pasta: 1990, Seção: Escritura, Título: Escritura Pública de declaração, Assunto: Registro de conclusão de achados arqueológicos. Data: 06.02.1990. Registrada no 12º Tabelionato de Curitiba/PR. Dr. Epaminondas Faria de Macedo Filho. Emitente: Doutor Igor Chmyz.

DOC. 56: Pasta: 1989, Seção: Correspondência, Assunto: Prestação de contas sobre denúncias ao Ministério das Minas e Energia, Data: 31.01.1989, Local: Rio de Janeiro/RJ. Emitente: ITAIPU/DJ. Destinatário: Ministério das Minas e Energia.

DOC. 57: Pasta: 1989, Seção: Memorando, Assunto: Projeto Ava-Guarani, Data: 16.03.1989, Local: São Paulo/SP. Emitente:ITAIPU/AJ/SP. Destinatário: ITAIPU/DJ/RJ.

DOC. 58: Pasta: 1990, Seção: Boletim, Título: Índios do sul debatem seus problemas, Data: 31.03.1990. Local: Xanxerê/SC. Emitente: CIMI/SUL.

DOC. 59: Pasta: 1990, Seção: Matéria de Jornal, Título: Juiz instaura inquérito para apurar invasão de reserva, Data: 10.04.1990, Local: Curitiba, O Estado do Paraná.

DOC. 60: Pasta: 1990, Seção: Relatórios, Assunto: A questão indígena e a Itaipu, Data: 19.04.1990, Local: São Paulo. Emitente: Klaus Greiner/ITAIPU.

DOC. 61: Pasta 1990, Seção: Artigo de jornal, Título: Avas Guarani recebem apoio de entidade internacional, Assunto: Relata a visita da secretária da Survival a Reserva Indígena e o comprometimento da entidade com a causa dos Guarani, Data: 01.12.1990, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: A Gazeta do Iguaçu.

DOC. 62: Pasta: 1990, Seção: Panfleto, Assunto: *Essa terra tem dono*, Data: 11.05.1990, Local: Foz do Iguaçu. Emitente: Movimento Avá-Guarani.

DOC. 63: Pasta: 1990, Seção: Memorando, Assunto: Entendimentos da luz do direito, Data: 30.04.1990, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente:Vice-superintendente de Meio Ambiente. Destinatário: ITAIPU/DC.

DOC. 64: Pasta: 1991, Seção: Atas, Título: Questão Indígena no Oco'ý, Assunto: Formação de comissão para resolver os problemas dos Guarani, Data: 16.04.1991, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: FUNAI. Destinatário:ITAIPU.

DOC. 65: Pasta: 1991, Seção: Convênios e Minutas, Data: 27.06.1991, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente:ITAIPU/AREAJ/SP. Destinatário: ITAIPU/DJ/RJ.

DOC. 66: Pasta: 1991, Seção: Ofícios, Assunto: Posição da Itaipu na resolução da questão dos Guarani no Oco'ý, Assunto: Projeto Avá-Guarani, Data: 18.09.1991, Local: Curitiba/PR. Emitente:ITAIPU/DGB.

DOC. 67: Pasta: 1991, Seção: Memorando, Assunto: Discordâncias da Minuta de Convênio elaborada pela Funai, Data: 18.06.1991, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Divisão de Educação Ambiental. Destinatário: Departamento de Meio Ambiente Social.

DOC. 68: Pasta: 1991, Seção: Memorando, Assunto: Minuta de Convênio elaborada pela Funai, Data: 27.06.1991, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Vice-superintendente de Meio Ambiente. Destinatário: ITAIPU.

DOC. 69: Pasta: 1991, Seção: Relatório, Assunto: Resumo de ocorrências na Reserva Indígena Ocoí, Data: 1991, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU.

DOC.70: Pasta: 1992, Seção: Correspondências, Assunto: Solicitação de 5000 hectares do Parque Nacional do Iguaçu, Data: 04.02.1992, Local: Área Indígena do Ocoí. Emitente: Avá-Guarani.

DOC. 71: Pasta: 1992, Seção: Relatórios, Título: Síntese de reunião na reserva Indígena do Ocoí, Data: 12.02.1992, Local: Posto Indígena de Santa Rosa do Ocoí, São Miguel do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU.

DOC. 72: Pasta: 1992, Seção: Convênios, Título: Convenio ITAIPU/FUNAI/ELETROBRÁS, Assunto: Questão Avá-Guarani, Data: 21.07.1992, Local: Curitiba. Emitente: ITAIPU/FUNAI/ELETROBRÁS.

DOC. 73: Pasta 1992, Seção: Relatório, Assunto: Relatório feito pelo CIMI que discutiu o histórico dos Guarani e as políticas da Itaipu e Funai, Data: 07.04.1992, Local: São Miguel do Iguaçu/PR. Emitente: CIMI. Destinatário: Deputados Federais.

DOC. 74: Pasta 1992, Seção: Laudo Pericial, Assunto: Laudo da Ação Civil do Ministério Público contra Funai, Itaipu e Ibama, Data: 13.10.1992, Local: Curitiba/PR. Emitente: Justiça Federal.

DOC. 75: Pasta: 1992, Seção: Correspondência, Assunto: Apoio da ocupação do Parque Nacional do Iguaçu para o assentamento do Grupo Indígena Avá-Guarani, Data: 02.03.1992, Local: Londres. Emitente: Survival. Destinatário: Presidente da República Fernando Collor de Mello.

DOC. 76: Pasta: 1993, Seção: Ofícios, Assunto: Não cumprimento dos compromissos firmados com a Funai por parte de Itaipu, Data: 10.05.1993, Local: Brasília/DF. Emitente: MI/FUNAI/DAF. Destinatário: ITAIPU/DGB.

DOC. 77: Pasta 1993, Seção: Convênio de Cooperação, Assunto: Convênio de trabalhos que a Itaipu, Funai e Eletrobrás firmaram para analisar o problema fundiário da terra, Data: 07.04.1992, Local: Foz do Iguaçu/PR.

DOC. 78: Pasta: 1994, Seção: Relatório, Assunto: Informe sobre os índios Avá-Guarani, ocupantes da AI Ocoí (PR) realocizados pela UH Binacional Itaipu, Data: 02.1994, Local: Ilha de Santa Catarina/SC. Emitente: Prof. Dr. Silvio Coelho dos Santos. Destinatário: ITAIPU, FUNAI.

DOC. 79: Pasta: 1994, Seção: Portarias, Títulos: Portaria n. 454, Assunto: Constituição de Grupo de Trabalho, Data: 06.05.1994, Local: Brasília/DF. Emitente: FUNAI.

DOC. 80: Pasta: 1994, Seção: Relatório, Título: 1º Encontro Integrado de Ação da Reserva Indígena do Ocoí, Assunto: Centro de Estudos e Pesquisas/CEPI, Data: 10-12.05.1994, Local: Ecomuseu de Itaipu/Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU.

DOC. 81: Pasta: 1994, Seção: Relatório, Título: Protocolo de Interações, Assunto: Relatório do grupo de Trabalho FUNAI/ITAIPU BINACIONAL, Data: 20.05.1994, Local: Foz do Iguaçu/PR.

DOC. 82: Pasta 1994, Seção: Relatório, Assunto: Reunião com a presença de antropólogos sobre o modo tradicional de vida dos Guarani, Data: 10.02.1994, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Itaipu.

DOC. 83: Pasta 1994, Seção: Artigo de jornal, Título: Índios de Itaipu podem ter direito a royalties, Assunto: Apresenta a lei Orgânica de 1989 do Município de São Miguel do Iguaçu, Data: 13.02.1994, Local: Londrina/PR. Emitente: Folha de Londrina.

DOC. 84: Pasta: 1995, Seção: Laudos, Título: A implantação de Usinas Hidrelétricas e os Indígenas no Sul do Brasil, Data: 19.01.1994, Local: Florianópolis/SC. Emitente: Silvio Coelho dos Santos e outros.

DOC. 85: Pasta: 1995, Seção: Ofícios, Assunto: Respostas ao Ministério Público sobre a prática de postergar soluções quanto à questão das terras indígenas, Data: 20.04.1994, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU. Destinatário: Ministério Público Federal.

DOC. 86: Pasta: 1995, Seção: Convênios, Título: Compromissos entre Funai e Itaipu, Assunto: Execução de atividades na Reserva indígena do Ocoí durante o ano de 1995, Data: 01.1995, Emitente: FUNAI e ITAIPU.

DOC. 87: Pasta: 1995, Seção: Correspondências, Assunto: "... temos recebido várias denúncias sobre a morosidade no reassentamento dos Avá-Guarani. Estamos preocupados com essa demora, pois está causando uma série de problemas e "stress" aos índios...", Local: Londres/Inglaterra. Emitente: Organização não Governamental "Survival para os indígenas". Destinatário: ITAIPU.

DOC. 88: Pasta: 1995, Seção: Memorando, Assunto: Invasão de área da Itaipu Binacional, Data: 22.06.1995, Local: Curitiba/PR. Emitente: ITAIPU/DG. Destinatário: Funai.

DOC. 89: Pasta: 1996, Seção: Correspondências, Título: Andamento das tratativas e relatórios antropológicos, Assunto: Comunidade Avá-Guarani do Ocoí, Data: 08.01.1994, Local: Curitiba/PR. Emitente: ITAIPU/DGB. Destinatário: Procuradoria da República no Estado do Paraná.

DOC. 90: Pasta: 1996, Seção: Correspondências, Assunto: Confirmação de compromisso assumido em audiência pública, Data: 14.03.1996, Local: Curitiba/PR. Emitente: ITAIPU/DGB. Destinatário: Cacique Inocência Tupã Rendarey Acorta/Comunidade Avá-Guarani.

DOC. 91: Pasta: 1996, Seção: Relatório, Título: Breves comentários sobre possíveis áreas para assentamento da comunidade Guarani-Nhandeva de Oco'ý-Paraná, Data: 01.04.1996, Emitente: Rubem Thomaz de Almeida. Destinatário: ITAIPU/DGB

DOC. 92: Pasta: 1996, Seção: Relatórios, Título: Averiguação inicial para assentamento da comunidade Guarani Nhandeva do Oco'ý, Assunto: Relatório de visita à área localizada entre os rios São Francisco e São Domingos, Município de Diamante do Oeste/PR, Data: 11.07.1996, Local: Rio de Janeiro/RJ. Emitente: Rubem Thomaz de Almeida. Destinatário: ITAIPU E FUNAI.

DOC. 93: Pasta: 1996, Seção: Relatórios, Título: Visita a terras que serão eventualmente destinadas pela Itaipu e Funai à comunidade Guarani-Chiripa do Ocoy, Assunto: Relatório de viagem a Fazenda Padroeira, Diamante do Oeste/PR, Data: 05.09.1996, Local: Rio de Janeiro/RJ. Emitente: Rubem Thomaz de Almeida. Destinatário: ITAIPU E FUNAI.

DOC. 94: Pasta: 1996, Seção: Relatórios, Título: Visita a terras que serão eventualmente destinadas pela Itaipu e Funai à comunidade Guarani-Chiripa do Ocoy, Assunto: Rápida visita ao Paraná Porã, Data: 10.09.1996, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Rubem Thomaz de Almeida. Destinatário: ITAIPU E FUNAI.

DOC. 95: Pasta: 1996, Seção: Relatórios, Título: Relatório de visita a área no município de Ramilândia-PR, para eventual assentamento da comunidade Guarani de Ocoy, Assunto: Visita ao município para averiguar os 2.500 hectares para perceber se a área tem os requisitos para o assentamentos dos Guarani, Data: 21.11.1996, Local: Rio de Janeiro/RJ. Emitente: Rubem Thomaz de Almeida. Destinatário: ITAIPU E FUNAI.

DOC. 96: Pasta: 1996, Seção: Correspondência, Assunto: Proposta de cronograma para o traslado dos Guarani na área definitiva do assentamento., Data: 17.12.1996, Local: Rio de Janeiro/RJ. Emitente: Rubem Thomaz de Almeida. Destinatário: ITAIPU E FUNAI.

DOC. 97: Pasta: 1996, Seção: Ofício, Assunto: Alternativas concretas para o assentamento da comunidade indígena – PR, Data: 07. 02.1996, Local: Brasília. Emitente: FUNAI/Presidente. Destinatário: ITAIPU/DC.

DOC. 98: Pasta: 1996, Seção: Memória de reunião, Assunto: Reunião com o presidente da Funai sobre as possíveis áreas de assentamento da comunidade, Data: 07.02.1996, Local: Brasília. Emitente: FUNAI/Presidente. Destinatário: ITAIPU/DC.

DOC. 99: Pasta: 1997, Seção: Ofício, Assunto: Área rural adquirida pela Itaipu Binacional para a comunidade indígena pela formação do Reservatório de Itaipu: transferência dos silvícolas, Data: 13.03.1997, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU/DGB. Destinatário: FUNAI.

DOC. 100: Pasta: 1997, Seção: Relatório, Título: Duas visitas aos Guarani de Ocoy (PR) Assunto: Relato da visita e solicitação a Itaipu quanto ao traslado da comunidade

para a nova área, Data: 25.03.1997, Local: Rio de Janeiro. Emitente: Rubem Thomaz de Almeida. Destinatário: ITAIPU/GDG.

DOC. 101: Pasta: 1997, Seção: Convênio, Título: Convênio de cooperação que entre si celebram a Itaipu Binacional e a Fundação Nacional do Índio-Funai, objetivando a implantação de programas de apoio à comunidade indígena de Tekoha Añetete, Data: 14.06.1997, Local: Foz do Iguaçu/PR.

DOC. 102: Pasta: 1997, Seção: Relatório, Título: Avaliação de imóvel rural, municípios de Ramilândia e parte de Diamante do Oeste, Data: 29.07.1997, Local: Cascavel/PR. Emitente: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento/Departamento de Economia Rural/DERAL.

DOC. 103: Pasta: 1997, Seção: Relatório, Assunto: Relatório semanal da área adquirida em Diamante do Oeste, Data: 17.03.1997, Local: Foz do Iguaçu. Emitente: João Carlos Bernardes. Destinatário: ITAIPU.

DOC. 104: Pasta: 1997, Seção: Protocolo de Intenções, Assunto: Funai e Itaipu em relação aos procedimentos de trabalho com a nova Reserva, Data: 03.1997, Local: Rio de Janeiro/RJ. Emitente: Rubem Thomaz de Almeida. Destinatário: ITAIPU/GDG.

DOC. 105: Pasta: 1997, Seção: Correspondência, Assunto: Cumprimentos a Itaipu da compra da nova área aos Guarani, Data: 08.04.1997, Local: Curitiba/PR. Emitente: Governo Estado do Paraná/ Assessoria Especial para Assuntos Indígenas. Destinatário: ITAIPU/DC.

DOC. 106: Pasta: 2005, Seção: Relatório, Título: Comunidade Avá-Guarani: Terra Indígena Ocoy, Terra Indígena Tekoha Añetete, Assunto: Levantamento da situação atual nas duas reservas indígenas, Emitente: Rubem Thomaz de Almeida.

DOC. 107: Pasta: s/d, Seção: Mapas, Título: Planta de localização da Reserva do Ocoí. Emitente: ITAIPU.

DOC. 108: Pasta: s/d, Seção: Mapas, Título: Croqui da área da Reserva do Avá-Guarani. Emitente: ITAIPU.

Documentos encontrados no acervo do CIMI/SUL em Chapecó/SC.

Boletim Luta Indígena nº 15, Tema: Racismo: Funai estabelece “critérios de indianidade”.

Boletim Luta Indígena nº 16, Ano: Março de 1982, Tema: Itaipu & Funai: Contra os Guarani.

Boletim Luta Indígena nº 17, Ano: Agosto de 1982, Tema: Ocoí: solução que envergonha país ameaça os Guarani e favorece transnacional.

Boletim Luta Indígena nº 18, Ano: Dezembro de 1982, Tema: Itaipu: Genocídio à Brasileira.

Boletim Porantim nº 19, Ano: Junho de 1983 , Tema: Ocoí: a aldeia Guarani que põe medo em Itaipu e irrita a Funai.

Boletim CIMI-SUL nº 44, Ano: 31 de março de 1990, Tema: Índios do Sul debatem seus problemas.

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Mapa do Estado do Paraná e área de estudo.

Anexo 2 – Mapa da área de *Jacutinga*.

Anexo 3 – Croqui da reserva de Santa Rosa do *Oco'y*.

Anexo 4 – Croqui comparativo da antiga e da atual área da reserva Santa Rosa do *Oco'y*.

Anexo 5 - Ofício da Funai informando a existência oficial de índios na área que seria alagada pelo reservatório da Itaipu (DOC. 4: 01.06.1977).

Anexo 6 – Relatório da denúncia da situação de abandono em que se encontrava o grupo indígena Guarani. Emitente: Comissão Pró-Índio do Ocoí. (DOC. 24: 22.05.1982).

Anexo 7 – Solicitação a Funai de uma área maior e recusa da área proposta pela Itaipu, Emitente: Comunidade Guarani de Santa Rosa do *Oco'y*. (DOC. 21: 22.03.1982).

Anexo 8 – Correspondências a Funai e Itaipu solicitando uma nova área em compensação a alagada. Emitente: Pedro Avalos; Terezino Centurião; Fernando Martins; Lucas Vilalba; Casimiro Pereira; João Centurião; Inocêncio Acosta; (ilegível) Centurião e Delassanto Pereira. (DOC. 15: 06.05.1982).

Anexo 9 – Alienação de área para a comunidade indígena Guarani, na margem esquerda do rio Paraná. Emitente: Maria Helena Marques Rodrigues/ Secretária do Conselho de Administração. Destinatário: ITAIPU/AJ. (DOC. 27: 22.06.1983).

Anexo 10 - Carta a Itaipu solicitando uma área maior e convocando para uma reunião o Diretor da Usina. Emitente: Comunidade Guarani de Santa Rosa do *Oco'y*. (DOC: 29: 25.11.1985).

Anexo 11 - Memorando ponderando sobre as políticas empreendidas pela Itaipu. Emitente: ITAIPU/DJ. DOC. 36: 10.04.1987).

ANEXO 12 – Síntese dos procedimentos da Itaipu Binacional na questão indígena (1975-1988). Emitente: ITAIPU. (DOC. 41: 1988).

Anexo 13 – Carta de denúncia ao Banco Mundial. Emitente: Lideranças Guarani de Santa Rosa do *Oco'y*. (DOC. 42: 02.08.1988).

Anexo 14 – Projeto Avá-Guarani. Emitente: Klaus Greiner/ITAIPU. (DOC. 52: 21.06.1989).

Anexo 15 – Segunda carta ao Banco Mundial. Emitente: Lideranças Guarani de Santa Rosa do *Oco'y*. (DOC. 32: 18.09.1986).

Anexo 16 – Memorando sobre a invasão dos Guarani na área da Itaipu. Emitente: ITAIPU/DG. Destinatário: Funai. (DOC. 88: 22.06.1995).

Anexo 17 – Relatório de viagem a Fazenda Padroeira, Diamante do Oeste/PR. Emitente: antropólogo Rubem Thomaz de Almeida. (DOC. 93: 05.09.1996).

Anexo 18 – Relatório da visita aos Guarani de *Oco'y* e solicitação a Itaipu do traslado da comunidade para a nova área. Emitente: antropólogo Rubem Thomaz de Almeida. (DOC. 100: 25.03.1997).

Anexo 19 – Ofício a Funai sobre a nova área rural adquirida pela Itaipu para a comunidade indígena. Emitente: ITAIPU/DGB. (DOC. 99: 13.03.1997).

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 28 de fevereiro de 2007.

CARLA CRISTINA NACKE CONRADI